



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 02 DE JULHO DE 2021

Aprova as alterações no PPC do curso Técnico Subsequente em Administração do *campus* Tabuleiro do Norte.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e:

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em sua 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2021;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23489.000805/2021-56,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma do anexo, as alterações no Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente em Administração do *campus* Tabuleiro do Norte.

Art. 2º Estabelecer que esta Resolução entra em vigor a partir de 02 de julho de 2021.

JOSÉ WALLY MENDONÇA MENEZES
Presidente do CEPE



Documento assinado eletronicamente por **Jose Wally Mendonca Menezes, Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em Exercício**, em 02/07/2021, às 10:53, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2787010** e o código CRC **2518EA77**.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
CEARÁ - *CAMPUS* DE TABULEIRO DO NORTE**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM
ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO**

Tabuleiro do Norte, 2021



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS DE TABULEIRO DO NORTE**

Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República

Milton Ribeiro
Ministro da Educação

Wandemberg Venceslau Rosendo dos Santos
Secretária de Educação Profissional e Tecnológica

José Wally Mendonça Meneses
Reitor do IFCE

Cristiane Borges Braga
Pró-Reitora de Ensino do IFCE

Reuber Saraiva de Santiago
Pró-Reitor de Administração e Planejamento do IFCE

Marcel Ribeiro Mendonça
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas do IFCE

Ana Cláudia Uchoa Araújo
Pró-Reitora de Extensão do IFCE

Joélia Marques de Carvalho
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFCE

Francisco Sildemberny Sousa dos Santos
Diretor-Geral do IFCE - *campus* Tabuleiro do Norte

Samuel Lazaro Luz Lemos
Chefe do Departamento de Administração e Planejamento do IFCE - *campus* Tabuleiro do Norte

Adriano Erique de Oliveira Lima
Chefe do Departamento de Ensino do IFCE - *campus* Tabuleiro do Norte

Maria do Socorro Araújo Vale
Coordenadora Técnico Pedagógico – CTP do IFCE - *campus* Tabuleiro do Norte

**COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO DO PROJETO DO CURSO TÉCNICO EM
ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO**
PORTARIA Nº 13/GAB-TAB/DG-TAB/TABULEIRO, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Paulo Cícero Sousa
Presidente da Comissão

Samuel Lazaro Luz Lemos
Professor da Área Técnica

Tulio Cristiano Soares de Oliveira
Professor da Área Técnica

Maria Joceli Noronha de Andrade
Professor da Área Comum

Jarbas Nunes Vidal Filho
Professor da Área Técnica

Adriano Erique de Oliveira Lima
Chefe do Departamento de Ensino

Júlia Livia Viana França
Técnica em Assuntos Educacionais

Fernanda Saraiva Benício
Bibliotecária

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	8
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	9
2.1. As Finalidades do Instituto Federal, Conforme Art. 6º da Lei N° 11.892/2008.....	9
2.2. Histórico do IFCE e do campus de Tabuleiro do Norte.....	9
2.3 Inserção do Curso.....	14
3. JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO.....	16
4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	24
5. OBJETIVOS DO CURSO.....	26
6.1. Objetivo Geral.....	26
6.2. Objetivo Específico.....	26
6. FORMAS DE INGRESSO.....	27
7. ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	28
8. PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL.....	29
9. METODOLOGIA.....	30
9.1. Formação humana integral.....	30
9.2. Construtivismo.....	32
9.3. Humanismo.....	32
9.4. Os quatro pilares da educação para o século XXI.....	33
9.5. Técnicas e atividades de ensino-aprendizagem.....	34
9.6. Estratégias de apoio e acompanhamento aos discentes.....	35
9.7. Educação em direitos humanos e educação ambiental.....	35
9.8. Atendimentos educacionais especializados.....	36
9.9. Estratégia de integração curricular.....	36
10. ESTRUTURA CURRICULAR.....	39
10.1. Organização Curricular.....	39
10.2. Matriz Curricular.....	40
10.3. Fluxograma Curricular.....	42
11. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	43
12. FORMAS DE AVALIAÇÃO.....	45
12.1. Sistemática de avaliação.....	46
12.2. Recuperação da aprendizagem.....	46
12.3. Recuperação paralela.....	46

13. PRÁTICA PROFISSIONAL.....	48
14. ESTÁGIO CURRICULAR (OPCIONAL).....	54
15. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA ANTERIORES.....	56
16. DIPLOMA.....	57
17. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO.....	58
17.1. Avaliação do Projeto Pedagógico.....	58
17.2. Avaliação do Desempenho Docente.....	59
18. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES NO PDI NO ÂMBITO DO CURSO.....	60
19. APOIO AOS DISCENTES.....	61
19.1 Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE)	61
19.2 Coordenadoria Técnico-Pedagógica (CTP)	63
19.3 Biblioteca.....	64
20. CORPO DOCENTE.....	65
21. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	66
22. INFRAESTRUTURA.....	67
22.1. Biblioteca, Instalações e Equipamentos.....	67
22.1.1. Acervo.....	67
22.1.2. Serviços Oferecidos.....	68
22.2. Infraestrutura Física e Recursos Materiais.....	68
22.2.1. Auditório.....	69
22.2.2. Sala de Videoconferência.....	69
22.2.3. Sala dos Professores.....	69
22.2.4. Atendimento Individualizado dos Alunos.....	70
22.2.5. Instalações Sanitárias.....	70
22.2.6. Espaço de Convivência e Alimentação.....	70
22.2.7. Acessibilidade e Inclusão.....	70
22.3. Infraestrutura de Laboratórios.....	71
22.3.1. Infraestrutura de Laboratório de Informática conectado à Internet.....	71
22.3.2. Laboratórios Específicos à Área do Curso.....	71
REFERÊNCIAS.....	72
ANEXOS.....	77
PLANOS PLANOS DE UNIDADES DIDÁTICAS (PUDS).....	81

DADOS DO CURSO

Dados da Instituição de Ensino

Nome:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – <i>campus</i> de Tabuleiro do Norte				
End.:	Rodovia CE 377, km 02, Sítio Taperinha, (85) 3401-2282, gabinete.tabuleiro@ifce.edu.br				
Cidad	Tabuleiro do Norte	UF:	CE	CEP:	62.960-000
Cargo:	Diretor Geral				
Nome:	Francisco Sildemberny Souza dos Santos				
e-mail:	sildemberny@ifce.edu.br				

Informações Gerais do Curso

Denominação do Curso	Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio
Eixo Tecnológico	Gestão e Negócio
Forma de Oferta	Subsequente ao Ensino Médio
Titulação Conferida	Técnico de Nível Médio em Administração
Habilitação	Técnico em Administração
Nível	Médio
Modalidade	Presencial
Duração do curso	Período mínimo de 1,5 anos
Periodicidade oferta de vaga	Anual
Periodicidade de Matrícula	Semestral
Forma de Ingresso	Processo seletivo, normatizado por Edital; Como transferido, segundo determinações publicadas em Edital; Como aluno especial, mediante solicitação.
Número de Vagas	40
Turno de Funcionamento	Noturno
Início de Implantação do Curso	2017.2
Carga horária total dos componentes curriculares	1120 horas/aula (933 horas/relógio)
Carga horária das práticas profissionais	80 horas/aula (60 horas/relógio)
Carga Horária Total do Curso	1120 horas/aula (933 horas/relógio)
Prazo de Integralização da Carga Horária	Um ano e meio
Local de Oferta do Curso	IFCE – <i>campus</i> Tabuleiro do Norte, Rodovia CE 377, km 02, Sítio Taperinha, Fone: (85) 3401-2282, gabinete.tabuleiro@ifce.edu.br
Coordenador do Curso	Paulo Cícero Sousa Mestre em Planejamento – UECE e-mail: paulocicero@ifce.edu.br

1 APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio, pertencente ao eixo tecnológico Gestão e Negócios, foi elaborado pelo IFCE - *campus* de Tabuleiro do Norte com a finalidade de responder às exigências da realidade regional e local, na perspectiva de formar profissionais proativos e cidadãos comprometidos com a sociedade em que vivem.

Este projeto representa não apenas o processo de expansão do *campus* de Tabuleiro do Norte, mas também de sua articulação com diferentes campos do conhecimento científico e de atuação profissional. Ele surge como uma proposta de crescimento e de consolidação das melhores práticas profissionais e do incremento constante à formação de Técnicos em Administração que vejam no mercado de trabalho um campo a ser construído constantemente.

A responsabilidade do *campus* de Tabuleiro do Norte, ao implantar este curso, é capacitar profissionais para atuarem de maneira proativa nos contextos sociais, do mundo do trabalho e empreendedorismo, através do domínio técnico, teórico e interpessoal que consolidem o perfil desse profissional, por meio da aquisição de conhecimentos. De maneira geral, os objetivos do curso estão vinculados à necessidade de oferta de uma Educação Profissionalizante, de modo a permitir ao egresso a continuidade dos estudos e/ou inserção no mundo do trabalho.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

2.1 As Finalidades do Instituto Federal, Conforme Art. 6º da Lei Nº 11.892/2008

Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

- a) ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- b) desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- c) promover a integração da educação básica à educação profissional e educação superior, bem como a verticalização dos níveis de ensino, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- d) orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento, no âmbito de atuação do Instituto Federal, das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural;
- e) constituir-se centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- f) qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- g) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- h) realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

2.2 Histórico do IFCE e do *campus* Tabuleiro do Norte

A Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica no Brasil, na qual o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) está inserido, vem, ao longo de mais de cento e cinco anos, atuando em todo o país como irrefutável referência de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, o Instituto Federal do Ceará, nas localidades onde finca sua bandeira, traz consigo a insígnia de uma instituição comprometida com o saber ensinar, o saber pesquisar e o saber dialogar com os mais diversos setores da comunidade local. Tais prerrogativas se fundam no horizonte de sua missão: produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

É nessa perspectiva que o Instituto Federal se relaciona com o amplo circuito de nichos socioeconômicos, reverberando em atuação efetiva em vários segmentos, sejam de tecnologia, de serviços, de recursos humanos, de formação docente e outros.

A história do IFCE remonta a 1909, quando o Presidente Nilo Peçanha criou, mediante o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas à formação profissional dos pobres e desvalidos da sorte.

No ano de 1941, com o início do processo de industrialização no Brasil, ocorreu a transformação da Escola de Aprendizes Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza. No ano seguinte, passa à denominação de Escola Industrial de Fortaleza, ofertando cursos de formação profissional, com objetivos distintos daqueles traçados para as artes e ofícios, mas certamente voltados ao atendimento das exigências do momento vivido pelo parque industrial brasileiro, como forma de contribuir com o processo de modernização do país.

O crescente processo de industrialização, realizado anteriormente apenas com tecnologias importadas, provocou a necessidade de formar mão de obra técnica para operar esses novos sistemas industriais e para atender às necessidades governamentais de investimento em infraestrutura. Com a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, a Escola Industrial de Fortaleza ganhou a personalidade jurídica de autarquia federal, passando a gozar de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, incorporando mais uma missão, a de formar profissionais técnicos de nível médio.

A referida escola, no ano de 1965, passa à denominação de Escola Industrial Federal do Ceará. Em 1968, recebe a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará. Com isso, desenvolveu-se a trajetória de consolidação da imagem de instituição de educação profissional de elevada qualidade, responsável pela oferta de cursos técnicos de nível médio nas áreas de edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química industrial, telecomunicações e turismo.

A crescente complexidade tecnológica gerada pelo parque industrial, nesse momento, voltado para a exportação, originou a demanda de evolução da rede de Escolas

Técnicas Federais e, já no final dos anos 70, um novo modelo institucional, denominado Centros Federais de Educação Tecnológica, foi criado no Paraná, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

Somente em 1994, a Escola Técnica Federal do Ceará, juntamente com as demais Escolas Técnicas da rede federal, é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), mediante a publicação da Lei Federal nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que estabeleceu uma nova missão institucional, a partir da ampliação das possibilidades de atuação no ensino, na pesquisa e na extensão. Ressalta-se que, embora incluído no raio de abrangência do instrumento legal atrás mencionado, o CEFET-CE somente foi implantado efetivamente em 1999.

Cabe aqui registrar que, no interstício entre a publicação da citada lei e a efetiva implantação do CEFET-CE, mais precisamente em 1995, com o objetivo de promover a interiorização do ensino técnico, a instituição estendeu suas atividades a duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs), localizadas nas cidades de Cedro e Juazeiro do Norte, distantes, respectivamente, 385km e 570km da sede de Fortaleza. Em 1998, foi protocolizado junto ao Ministério da Educação (MEC) seu Projeto Institucional, com vistas à implantação definitiva da nova instituição, o que se deu oficialmente em 22 de março de 1999. Em 26 de maio do mesmo ano, o Ministro da Educação aprova o respectivo Regimento Interno, pela Portaria nº. 845.

O MEC, reconhecendo a prontidão dos CEFETs para o desenvolvimento do ensino em todos os níveis da educação tecnológica e ainda visando à formação de profissionais aptos a suprir as carências do mundo do trabalho, incluiu, dentre suas finalidades, ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, mediante o Decreto nº 5.225, de 14 de setembro de 2004, artigo 4º, inciso V.

A reconhecida importância da educação profissional e tecnológica no mundo inteiro desencadeou a necessidade de ampliar a abrangência dos CEFETs. Ganha corpo então o movimento a favor da implantação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, cujo delineamento foi devidamente acolhido pela Chamada Pública 002/2007, ocasião em que o MEC reconheceu tratar-se de uma das ações de maior relevo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O Governo Federal, por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, cria 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, espalhados por todo o país e cada um constituindo uma autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação e

supervisionada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, todos dotados de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, pedagógica e disciplinar.

A Educação Profissional e Tecnológica, graças à visão estratégica do MEC, a partir de 2008, salta de 140 unidades, em 93 anos, para 354, até 2010, com a meta de atender um milhão de alunos, estando assim efetivada a maior expansão de sua história.

Hoje, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) dispõe de trinta e três *campi* implantados distribuídos em todas as regiões do Estado, além da Reitoria e do Polo de Inovação em Fortaleza-CE.

A ampliação da presença do IFCE no interior do Estado atende a meta do programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e leva em consideração a própria natureza dos Institutos Federais, no que diz respeito à descentralização da oferta de qualificação profissional, cujos propósitos incluem o crescimento socioeconômico de cada região e a prevenção ao êxodo de jovens estudantes para a capital.

O Instituto Federal do Ceará está presente em todas as regiões do Estado, atendendo atualmente um número acima de 32.000 estudantes, por meio da oferta de cursos regulares de formação técnica e tecnológica, nas modalidades presenciais e à distância. São oferecidos cursos superiores tecnológicos, licenciaturas, bacharelados, além de cursos de pós-graduação, especificamente, especialização e mestrado.

Completando as ações voltadas à profissionalização no Ceará, foram implantados 50 Centros de Inclusão Digital (CIDs) e dois Núcleos de Informação Tecnológica (NITs), em parceria com o Governo do Estado, com o propósito de assegurar à população do interior o acesso ao mundo virtual.

O IFCE coordena também o programa de Educação à Distância no Estado, com 29 polos espalhados em municípios cearenses, ofertando, via rede, cursos técnicos, tecnológicos e de formação profissional, respectivamente por meio dos projetos Universidade Aberta do Brasil (UAB), Escola Técnica Aberta do Brasil (E-TEC Brasil) e Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público.

A história do IFCE – *campus* Tabuleiro do Norte teve sua origem a partir da primeira fase de expansão da Rede Federal. Em 2006, diferentes escolas federais foram implantadas em estados ainda desprovidos dessas instituições. Concomitantemente, buscou-se implantá-las em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de

centros urbanos, sem deixar de atentar para a articulação dos cursos com as potencialidades locais de geração de trabalho.

Na segunda fase dessa expansão, que veio sob o tema “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”, o MEC publicou a portaria 687, de 9 junho de 2008, autorizando o CEFET a promover o funcionamento de sua primeira Unidade de Ensino Descentralizada – a UNED de Limoeiro do Norte.

Em algumas localidades, foi aproveitada a infraestrutura física já existente, cedida para implantação dos novos *campi*. Em Limoeiro do Norte, o Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC) teve sua estrutura física, patrimônio e alunos cedidos para a UNED. Com a intenção de reorganizar e ampliar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), é aprovada a Lei 11.892, de 20 de dezembro de 2008, que transforma as UNEDs em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

A expansão da RFEPT continuou seu crescimento com a implantação de várias unidades de *campi* Avançados no país. Considerando uma característica dos IFs – a de ofertarem cursos sempre sintonizados com as realidades e necessidades regionais – o *campus* Limoeiro do Norte, em sintonia com os arranjos produtivos locais e com a identificação de potenciais parcerias, implantou os *campi* Avançados de Tabuleiro do Norte, Morada Nova e Jaguaribe, todos vinculados ao *campus* Limoeiro do Norte.

As atividades do *campus* Avançado de Tabuleiro do Norte iniciaram em 17 de abril de 2012 com a oferta dos cursos Técnicos em Manutenção Automotiva e Petróleo e Gás Natural (Portaria N° 330, 23/04/2013).

Nesse contexto, o IFCE – *campus* Avançado Tabuleiro do Norte aderiu ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), do Governo Federal, instituído no dia 26 de outubro pela Lei N° 12.513/2011, como parte da reforma na educação profissional e tecnológica (EPT) brasileira.

Através da portaria N° 330, publicada no Diário Oficial da União em 23 de abril de 2013, a Unidade adquiriu a condição de *campus* convencional. Isso implicaria mais autonomia para gerir seus recursos e construir suas diretrizes.

Avançando ainda mais, na busca por desenvolver-se de maneira célere e sustentável e sob o pressuposto de que seria preciso um olhar mais pontual na região de atuação – e que para isto a autonomia financeira e de outros aspectos do planejamento do *campus* seriam importantes – em abril de 2013, conforme a portaria n° 330 publicada no Diário Oficial da União, o *campus* Tabuleiro do Norte evoluiu ao *status* de *campus* convencional.

Com base na cadeia produtiva local e no potencial da cidade e região onde o *campus* atua, inicialmente os cursos oferecidos foram o técnico subsequente em Manutenção Automotiva e técnico subsequente em Petróleo e Gás (2013). A partir de 2017, passaram também a ser ofertados enquanto cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Posteriormente, o *campus* Tabuleiro do Norte passou a oferecer o curso técnico subsequente em Soldagem, sendo inclusive, o primeiro curso dessa área ofertado pelo IFCE em todo o estado. Tais cursos vieram na perspectiva de atender em curto e médio prazo a demanda por mão de obra em âmbito local e regional no que tange ao polo Metalomecânico, afinal, não por acaso, a cidade que sedia o *campus* é adjetivada como a "Terra dos Caminhoneiros". Sua localização entre estradas importantes para o escoamento de produtos é um fator que justifica a importância desses cursos técnicos.

Recentemente, com o intuito de atender à demanda local por cursos no eixo de “gestão de negócios”, o *campus* passou a ofertar, a partir do segundo semestre de 2017, o curso técnico subsequente de Administração, sendo motivado pelo alto volume de atividades na área de serviços, principalmente, relacionados ao setor Metalomecânico.

Além desses cursos, o *campus* Tabuleiro do Norte se comunica constantemente com a comunidade local, através da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada em diversas áreas do conhecimento, a saber: Eletricista Predial, Eletricista Industrial, Soldagem, AutoCad, Hardware, Excel Básico e Avançado, Raciocínio Lógico, Matemática Básica, Inglês, Espanhol, Libras, dentre outros.

Dessa forma, o IFCE consolida-se como instituição de ensino público e de qualidade, que preconiza os princípios éticos e humanísticos, fundamentais para o exercício da cidadania, da liberdade de expressão e de consciência socioambiental.

2.3 Inserção do Curso

O *campus* Tabuleiro do Norte vem trabalhando na perspectiva de adequar a oferta do ensino, da pesquisa e da extensão às especificidades locais, por entender que, capacitando bem seu profissional contribui direta/indiretamente para o desenvolvimento da economia local, pois a educação de qualidade emancipa e prepara para os desafios no âmbito da vida social e profissional.

Dessa forma, o Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio foi estruturado de modo a atender às demandas das empresas e indústrias da Região do Baixo Jaguaribe, capacitando recursos humanos para o desenvolvimento de atividades técnicas,

tecnológicas e administrativas suprindo a demanda da cadeia produtiva local, formando cidadãos críticos, reflexivos e participativos.

As cadeias produtivas mais importantes da cidade de Tabuleiro do Norte, que se apresentam como eixos do desenvolvimento econômico, estão reunidas, especialmente, em três grupos: Manutenção Automotiva, Metalmecânico e Comércio, como amplamente discutido no Estudo de Potencialidade da Região do Baixo Jaguaribe. Nesse sentido, a oferta do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio pelo *campus* Tabuleiro do Norte deverá em curto e médio prazo, contribuir para suprir a demanda de profissionais dessa área.

Pretende-se com esse curso, contribuir para o desenvolvimento de atitudes proativas dos indivíduos e contribuir efetivamente para a formação de profissionais críticos, reflexivos e conscientes da realidade em que vivem, possibilitando a preparação de técnicos capacitados para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade.

3 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO

O município de Tabuleiro do Norte está localizado na região leste do estado do Ceará, possui uma área absoluta de 861,828 km², distante da capital cearense (Fortaleza) aproximadamente 230 km percorridos na CE 266 e BR 116. A população local é de 29.204 habitantes, dividida em 18.806 (64,40 %) habitantes de zona urbana e 10.398 (35,60 %) na zona rural, tendo como densidade demográfica 33,89 hab/km² (IBGE, 2017).

O Produto Interno Bruto (PIB) do município, de acordo com os dados do IPECE (2016), é de R\$ 282.386,19 (duzentos e oitenta e dois mil e trezentos e oitenta e seis reais e dezenove centavos), sendo os setores industriais e de serviços do município.

O município de Tabuleiro do Norte é conhecido por ser um grande polo metalmeccânico na região do Baixo Jaguaribe, apresentando diversos fatores que facilitam as atividades automotivas:

- a) sua localização geográfica favorece o escoamento de cargas por situar-se próximo a estradas importantes, como a BR 116 e à divisa com Limoeiro do Norte, cidade de grande potencial econômico do Vale do Jaguaribe;
- b) faz divisa com o estado do Rio Grande do Norte;
- c) a existência de associações como ACATAN (Associação dos Caminhoneiros de Tabuleiro do Norte), uma associação de assistência ao caminhoneiro e ASCAMVALE (Associação dos Proprietários de Caminhões do Vale do Jaguaribe) que atua na recuperação de veículos acidentados da região;
- d) tráfego intenso de veículos automotores e número significativo de oficinas mecânicas na região.

Utilizando-se o número de empresas e empregos como parâmetro, no ano de 2015, pode-se observar que a região do Baixo Jaguaribe tem sua geração de emprego e formalização de empresas concentrada na Indústria de Transformação, Manutenção Automotiva e Comércio.

A indústria da transformação é o setor que mais gera empregos na região, apresentando forte participação em alguns municípios. Dentre eles: Russas, com 4.621 pessoas formalmente empregadas e 205 empresas formais; Morada Nova, com 2.146 pessoas formalmente empregadas e 48 empresas formais; Limoeiro do Norte, com 1.182 pessoas formalmente empregadas e 96 empresas formais; e Jaguaruana, com 1.086 pessoas formalmente empregadas e 63 empresas formais (ver Tabelas 1 e 2).

Em Russas se destaca a indústria calçadista. De acordo com o IPECE (2013), o município de Russas é um dos grandes propulsores da indústria calçadista do estado, ocupando a quarta posição, perdendo apenas para Sobral, Horizonte e Juazeiro do Norte.

O município de Morada Nova se destaca pela indústria de produção de alimentos e bebidas. Ressalta-se que, em maio de 2017, a empresa Betânia anunciou o investimento de 25 milhões em sua fábrica de laticínios, em Morada Nova. A partir disso, a unidade terá capacidade duplicada para cinco mil toneladas mensais.

Limoeiro do Norte, Jaguaruana e Quixeré apresentam uma estrutura industrial voltada para o setor de minerais não metálicos. O município de Limoeiro do Norte possui uma das maiores concentrações de calcário do estado. Em consequência disso, empresas de mineração se instalaram na região da Chapada do Apodi: Okyta Mineração e a Mineração Santa Maria (Quixeré), Calcário do Brasil e Carbomil (Limoeiro do Norte) e Mineração Miliane (Jaguaruana).

A empresa Carbopar Carbomil Participações Mineração e Administração S.A, por exemplo, já aprovou um projeto de extração de Calcário de uma nova planta, agora, no município de Tabuleiro do Norte, com investimento declarado para fase inicial de implantação de R\$ 1.752.551,00. De acordo com a empresa, o volume total de minério disponível da área é de 2.700.000 toneladas e seriam necessários mais de 500 anos para esgotar a jazida (PERDIGÃO, 2017).

Outra atividade que apresenta uma estrutura industrial bem definida na região é o setor metalmeccânico. Neste setor, destaca-se o município de Tabuleiro do Norte. As empresas do arranjo produtivo metalmeccânico de Tabuleiro do Norte são tradicionais na região jaguaribana e já atuam nesse mercado há mais de 20 anos, havendo um reconhecimento da qualificação dessas empresas e de seus produtos e serviços nessa região. Em virtude disso, o município será contemplado com o Polo Industrial Metalmeccânico (SCALIOTTI, 2017). A sua pedra fundamental foi lançada pelo governador Camilo Santana, em junho de 2017.

De forma complementar, as empresas do setor, em sua maioria, atuam em parceria com o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico no Estado do Ceará (SIMEC). É importante destacar que o referido sindicato só possui escritório nos municípios de Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte, além do escritório regional do Baixo Jaguaribe, sediado na cidade de Limoeiro do Norte.

A segunda atividade que mais se destaca na geração de emprego e formalização de empresas é a atividade de comércio, cujo número de pessoas ocupadas em 2015 foi de

10.034 e o número de empresas formais foi de 2.213. Na região, essa atividade é interligada ao setor de manutenção e reparação de veículos automotores, principalmente no município de Tabuleiro do Norte, setor que tem se sobressaído no crescimento estadual e apresenta forte perspectiva de crescimento em curto prazo.

Sendo assim, as informações apontam para uma atividade industrial voltada para a produção de bens de consumo não-duráveis, cujos produtos se concentram em calçados, alimentos e bebidas, indústria de minerais não-metálicos e da indústria metalúrgica, bem como atividades relacionadas ao comércio.

Em paralelo, o IFCE – *campus* Tabuleiro do Norte conduz suas ações de forma a contemplar os princípios da educação profissional através do atendimento as demandas dos cidadãos, do mercado e da sociedade. Outro fator preponderante reside no impacto provocado pela Lei nº 5.962/71 no âmbito da educação brasileira, uma vez que por meio desta, os Sistemas de Ensino Estaduais deixaram de ofertar a educação profissional, ficando a cargo da Rede Federal de Educação, algumas redes estaduais e instituições privadas conhecidas como sistema “S” à oferta dessa modalidade.

Dessa forma, a viabilidade de cursos técnicos na região é algo concreto, pois é fruto de estudos sobre o público-alvo, a modalidade de curso que apresenta os maiores índices de permanência e êxito, o potencial socioeconômico da região do Baixo Jaguaribe, a qualificação e requalificação de profissionais e absorção desses profissionais pelas empresas locais e da região.

O *campus* Tabuleiro do Norte não poderia ter outro tipo de diretriz que não a busca por ofertar ensino, pesquisa e extensão a partir de potencialidades fecundas à região do Vale do Jaguaribe. Por isso que os cursos existentes na unidade possuem relação direta com três grupos de eixos tecnológicos: Gestão e Negócios, Produção Industrial e Controle e Processos Industriais.

O eixo “Controle e Processos Industriais”, a região tem a necessidade de diagnósticos, manutenção e instalação de equipamentos, dispositivos e acessórios em veículos automotivos, além da avaliação e busca de melhorias quanto à emissão de gases poluentes e às condições gerais de funcionamento e segurança de veículos. Além disso, temos a atuação na transformação de ferro, alumínio e outros metais nos mais variados tipos de produtos, incluindo máquinas térmicas e elétricas, estruturas metálicas, tubulações, matrizes, além da instalação, inspeção e manutenção de equipamentos industriais.

No que tange ao eixo da “Produção Industrial”, temos em uma análise regional a possibilidade de instalações de indústrias de petróleo e gás natural no estado do Ceará e Rio

Grande do Norte (polo vizinho). Um grande mercado surge com a exploração do petróleo em águas profundas e o refino de seus derivados. Isso exige a necessidade de criação de diferentes empresas/indústrias que atuem na extração, análise, certificação, desenvolvimento de produtos derivados, produção e refino do petróleo e gás natural. Considerando ainda a tecnologia de máquinas e implementos, estruturada e aplicada de forma sistemática para atender às necessidades de organização e produção dos diversos segmentos envolvidos, visando a qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Por fim, o eixo “Gestão e Negócios” figura como uma ferramenta crucial para fornecer profissionais aptos tecnicamente para conduzirem processos administrativos de maneira contributiva ao crescimento da região.

Com base nos dados apresentados no Estudo de Potencialidade da Região do Baixo Jaguaribe, evidencia-se a necessidade de formação de profissionais que irão atuar principalmente na cadeia produtiva da indústria e de bens e serviços, necessitando de técnicos capacitados para o desenvolvimento das diferentes atividades econômicas. Dessa forma, o Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio se apresenta no eixo tecnológico Gestão e Negócios de forma a preencher essa lacuna no que diz respeito à oferta de mão de obra qualificada para toda a região.

Nesse ínterim, afirma-se a necessidade e a possibilidade de formar jovens e adultos capazes de lidar e conciliar os estudos com o campo de trabalho, prepará-los para se situar no mundo contemporâneo e dele participar de forma proativa na sociedade e no mundo do trabalho. Então, torna-se imprescindível fomentar a criação de cursos que tenham o objetivo de atender a demanda profissional desse setor industrial para contribuir com o atual enfoque da Educação profissional com o estreitamento dos setores produtivos. Principalmente, no que concerne às empresas dos setores atuantes no segmento metalmeccânico as quais anseiam por iniciativas da educação para formar profissionais qualificados dentro dos padrões exigidos, em decorrência dos novos conceitos dos avanços tecnológicos.

Nessa concepção, o IFCE – *campus* Tabuleiro do Norte propõe-se a oferecer o Curso Técnico em Administração, na modalidade subsequente, por saber que está contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados e almejados pela sociedade, formando o Técnico em Administração, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos de formação geral, científicos e tecnológicos, capaz de impulsionar a formação humana e o desenvolvimento econômico da região, articulado aos processos de democratização e justiça social.

Mais que isso, o *campus* também tem o propósito de contribuir, além da formação técnica e profissional, com uma formação voltada para a construção cidadã mediante impactos ambientais locais e globais, um profissional crítico, capaz de se perceber partícipe do processo educativo a partir da ação-reflexão-ação.

Tabela 1 – Número de empresas formais no Baixo Jaguaribe em 2015.

Município	Agricultura, Extração Vegetal, Caça e Pesca	Extrativa mineral	Indústria da Transformação	Serviços de Utilidade Pública	Construção	Comércio	Serviço	Administração Pública	Total
Alto Santo	3	-	41	-	6	122	47	2	233
Ibicuitinga	-	-	3	1	-	50	20	3	84
Jaguaruana	112	4	63	2	13	233	145	10	622
Limoeiro do Norte	18	4	96	2	25	496	282	2	1039
Morada Nova	9	1	48	2	18	341	184	4	687
Palhano	-	-	8	-	-	51	18	2	89
Quixeré	19	5	21	1	1	74	38	2	191
Russas	29	7	205	2	27	525	322	2	1214
São João do Jaguaribe	4	-	14	1	4	109	26	3	167
Tabuleiro do Norte	4	-	44	1	10	212	154	2	466

Fonte – IPECE (Cadastro Central de Empresas, 2015).

Tabela 2 – Número de empresas da região do Baixo Jaguaribe com base no CNAE no ano de 2015.

Atividade	Baixo Jaguaribe	Alto Santo	Ibicuitinga	Jaguaruana	Limoeiro do Norte	Morada Nova	Palhano	Quixeré	Russas	São João do Jaguaribe	Tabuleiro do Norte
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	4959	44	0	837	1126	241	0	1798	809	8	185
Indústrias extrativas	201	0	0	80	10	0	0	62	40	0	0
Indústrias de transformação	11467	683	5	1086	1182	2146	510	647	4621	19	586
Eletricidade e gás	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	71	0	0	0	0	0	0	0	63	0	0
Construção	1432	39	0	264	333	387	0	0	301	7	50
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	10034	624	108	636	3125	1242	328	383	2697	171	1270
Transporte, armazenagem e correio	750	44	0	21	85	111	0	40	234	12	245
Alojamento e alimentação	450	0	0	41	183	40	0	10	143	0	29
Informação e comunicação	103	0	0	14	43	8	0	0	35	0	0
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	228	0	0	0	124	40	0	0	63	0	0
Atividades imobiliárias	25	0	0	0	14	0	0	0	11	0	0
Atividades profissionais, científicas e técnicas	273	8	8	7	88	28	0	13	77	0	54
Atividades administrativas e serviços complementares	1007	15	0	30	292	37	16	11	521	4	69
Administração pública, defesa e seguridade social	6735	0	766	1354	0	2097	0	0	1444	369	0
Educação	1094	69	0	57	400	168	0	70	226	0	166

Saúde humana e serviços sociais	1003	0	0	20	410	97	0	0	436	0	13
Artes, cultura, esporte e recreação	44	0	0	8	19	8	0	0	0	0	11
Outras atividades de serviços	863	95	14	88	237	64	0	6	293	8	99
Serviços domésticos											
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0									
TOTAL	40740	1621	901	4545	7671	6716	854	3041	12015	600	2776

Fonte – IPECE (Cadastro Central de Empresas, 2015).

4 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- a) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- b) Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002: Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO/2002), para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação;
- c) Parecer nº 024/2003: Responde a consulta sobre recuperação de conteúdos, sob a forma de Progressão Parcial ou Dependência, sem que se exija obrigatoriedade de frequência;
- d) Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004: Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- e) Resolução CNE/CEB nº 01/2004: Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos;
- f) Parecer CNE/CEB nº 39/2004: Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio;
- g) Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005: Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- h) Leis 10.639/03 e 11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino das temáticas de "História e Cultura Afro-Brasileira" e "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena";
- i) Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências;
- j) Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012: Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- k) Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012: Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- l) Resolução nº 028/2014: Aprova o Manual do Estagiário do IFCE;
- m) Resolução nº 08/2017: Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE);
- n) Resolução nº 047/2017: Aprova o Regulamento de Organização Didática – ROD do IFCE;

- o) Resolução nº 099/2017: Aprova o Manual para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos do IFCE;
- p) Resolução CNE/CEB nº 02, de 15 de dezembro de 2020: Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;
- q) Resolução nº 01, de 05 de janeiro de 2021: Define as diretrizes curriculares nacionais e gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;
- r) PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE;
- s) PPPI – Projeto Político Pedagógico Institucional do IFCE.

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 Objetivo Geral

Promover a formação integral do educando, sendo trabalhados os aspectos técnicos, éticos e políticos; a autonomia intelectual; o desenvolvimento da capacidade investigativa e o aprimoramento do pensamento analítico - crítico - reflexivo mediante a compreensão global dos saberes integradores e contextualizados à prática profissional da área de Administração.

5.2 Objetivos Específicos

- a) Desenvolver os temas transversais (Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo), com a incumbência de formar cidadãos críticos, democráticos e participativos;
- b) Incentivar o aperfeiçoamento profissional continuado, integrando os conhecimentos adquiridos com a realidade local, regional e nacional;
- c) Estimular o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais, preservando o equilíbrio entre aspectos teóricos e práticos, favorecendo a participação dos discentes em atividades produtivas e significativas do ponto de vista educacional e ambiental;
- d) Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços de comércio, com competência e responsabilidade;
- e) Promover situações reais de trabalho, favorecendo a integração da instituição, comunidade e setores produtivos;
- f) Capacitar alunos e trabalhadores para a atuação nas atividades comerciais, em níveis de maiores eficiência e eficácia;
- g) Desenvolver habilidades para atuar em equipe e de forma interativa, em prol dos objetivos comuns e compreensão da complementaridade das ações coletivas;
- h) Desenvolver visão estratégica, postura de inovação e espírito empreendedor;
- i) Estimular o aprimoramento da capacidade de interpretação, reflexão e análise acerca dos conhecimentos adquiridos, bem como da integração e síntese dos mesmos;
- j) Incentivar o comportamento ético e cidadão como profissional na área de Administração.

6 FORMAS DE INGRESSO

O ingresso ao curso se dará por meio do Processo Seletivo, sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino através do Departamento de Ingressos do Instituto Federal do Ceará, normatizado por edital, a ser publicado pelo IFCE. Outras formas de acesso previstas são:

- ✓ Como diplomado ou transferido, segundo determinações publicadas em edital;
- ✓ Como aluno especial, mediante solicitação.

Para o acesso ao curso Técnico em Administração, na modalidade Subsequente, o candidato deverá ter concluído o Ensino Médio. Serão ofertadas 40 vagas no período noturno. Faz-se necessário reforçar que o processo seletivo não exigirá dos candidatos competências e habilidades específicas do curso.

É importante salientar que as vagas ofertadas no referido Processo Seletivo (unificado ou complementar), está em consonância com o disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, no Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, e na Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação.

Das vagas, o IFCE reserva 50% por curso/turno/*campus* para candidatos Egressos de Escolas Públicas (EEP), conforme discriminado abaixo:

- a) do total de 50% das vagas destinadas aos candidatos Egressos de Escolas Públicas (EEP), metade (50%) será reservada para candidatos com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita e a outra metade (50%) será reservada para candidatos Egressos de Escolas Públicas independente de renda;
- b) dentro dos 50% de vagas reservadas tanto para candidatos Egressos de Escolas Públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita quanto para candidatos Egressos de Escolas Públicas independente de renda, haverá uma nova subdivisão na qual será aplicado um percentual para reserva de vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) e NÃO autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI);
- c) o percentual de vagas destinadas aos candidatos autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) foi obtido por meio da somatória destas etnias no último censo demográfico do IBGE (população do Estado do Ceará – 66,75%) aplicado sobre as vagas descritas nas alíneas “a” e “b”.

7 ÁREAS DE ATUAÇÃO

As áreas de atuação do profissional técnico em Administração estão alinhadas com perfil de mercado de trabalho do entorno da região do Vale do Jaguaribe e preconizadas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Entre as possibilidades de atuação dos egressos, destacam-se:

- a) Indústrias;
- b) Comércio em geral;
- c) Empresa prestadora de serviços;
- d) Organizações do terceiro setor;
- e) Instituições públicas
- f) Empreendedorismo.

8 PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (MEC, 2021), o egresso do Curso Técnico em Administração é sintonizado com operações administrativas de planejamento, pesquisas, análise e assessoria no que tange à gestão de pessoal, de materiais e produção, de serviços, à gestão financeira, orçamentária e mercadológica. Além disso, é capaz de elaborar orçamentos, fluxos de caixa, relatórios, e documentos diversos nas empresas e instituições públicas e privadas.

Assim, o egresso do curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Tabuleiro do Norte deverá ser capaz de:

- a) Conhecer e utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- b) Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;
- c) Desenvolver atividades de planejamento e supervisão nos setores de atuação;
- d) Empreender negócios ligados à comercialização de bens e serviços;
- e) Compreender e aplicar diretrizes organizacionais, visando à competitividade no mercado;
- f) Operacionalizar planos de marketing e comunicação, logística e recursos humanos;
- g) Planejar e executar projetos de viabilidade econômica;
- h) Elaborar planos de negócios na área comercial;
- i) Utilizar técnicas de negociação, vendas e atendimento adequadas às atividades comerciais;
- j) Utilizar adequadamente recursos tecnológicos aplicados às atividades comerciais;
- k) Conhecer e aplicar normas de sustentabilidade ambiental, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história;
- l) Ter iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, saber trabalhar em equipe, exercer liderança e ter capacidade empreendedora;
- m) Posicionar-se crítica e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade.

9 METODOLOGIA

As metodologias que serão adotadas por nossa instituição nos processos de ensino-aprendizagem se tornam abrangentes por acionarem concepções de educação e teorias da aprendizagem que guardam distinções entre si, mas que são de grande relevância para contextos educacionais complexos e diversificados. Essas concepções e teorias, quando são apropriadas e acionadas de forma articulada pela comunidade escolar, especialmente pelos profissionais diretamente ligados ao ensino, aumentam as possibilidades de ações qualificadas para diferentes circunstâncias educacionais e de aprendizagem. Tais metodologias estão apoiadas na perspectiva da Formação Humana Integral, no Cognitivismo/Construtivismo, no Humanismo e nos Quatros Pilares da Educação do Século XXI. Essas perspectivas, guardam um núcleo comum: a adoção de metodologias ativas para que se materializem nos diversos contextos educativos.

9.1 Formação Humana Integral

A formação humana integral está presente nas legislações e normativas de criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. De acordo com Ciavatta (2005, p.85), a Formação Humana Integral é a concepção de educação que parte do pressuposto de que a:

formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, nesse sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

Para Moura (2007, p. 22), a perspectiva da Formação Humana Integral está pautada nos seguintes eixos norteadores: homens e mulheres como seres histórico-sociais; trabalho como princípio educativo; a pesquisa científica como princípio pedagógico; a realidade concreta como uma totalidade, como uma síntese das múltiplas relações; trabalho, ciência, tecnologia e cultura como categorias indissociáveis da formação humana.

Para o referido autor,

compreende-se que uma prática pedagógica significativa decorre da necessidade de uma reflexão sobre o mundo do trabalho, da cultura desse trabalho, das correlações de força existentes, dos saberes construídos a partir do trabalho e das relações sociais que se estabelecem na produção.

A perspectiva de Formação Humana Integral concebe o Currículo Integrado como forma de organização curricular. Alguns princípios podem orientar a organização de um currículo integrado: a contextualização, a interdisciplinaridade e o compromisso com a transformação social, conforme prerrogativa de Araújo e Frigotto (2015, p. 69-70),

A contextualização pressupõe, na perspectiva aqui trabalhada, a íntima articulação dos conteúdos formativos com a realidade social e com os projetos políticos dos trabalhadores e de suas organizações sociais. Pistrak (2009) compreendia que a realidade social se constituiria como ponto de partida para os currículos integrados e a realidade social transformada como ponto de chegada.

A interdisciplinaridade é compreendida como o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão dos seus limites, mas, acima de tudo, como o princípio da diversidade e da criatividade (ETGES *apud* BIANCHETTI; JANTSCH, 1995). Para esse autor, a interdisciplinaridade não toma a fragmentação disciplinar como uma patologia. Esse conceito de interdisciplinaridade pressupõe que é, na totalidade dinâmica, que os construtos particulares se fazem verdade. Para Pistrak (2009), a dificuldade da ação interdisciplinar é que cada disciplina toma seus objetivos específicos como os mais importantes, em vez de subordinar-se a um objetivo geral já que, na escola, cada '[...] ciência deve ser ensinada apenas como meio de conhecer e de transformar a realidade de acordo com os objetivos gerais da escola'.

Em termos metodológicos, a materialização dessa perspectiva, segundo Araújo e Frigotto (2015), dar-se-á através: 1. Da valorização de atividades de problematização como estratégias de promoção da autonomia; 2. Do trabalho colaborativo como estratégia de trabalho pedagógico; 3. Da tarefa de promover a auto-organização dos estudantes.

Nessa abordagem, o protagonismo e a mediação dos educadores são fundamentais para consolidar o processo participativo em que o aluno possa desempenhar papel ativo de construtor do seu próprio conhecimento.

Adota-se essa perspectiva devido ao consenso do sujeito que se pretende formar: um indivíduo crítico, autônomo, capaz de trabalhar coletivamente e desenvolver sua capacidade criativa a partir das representações e significados políticos e sociais. Um indivíduo que compreenda a sociedade globalizada e que se pautem em valores fraternos de promoção da equidade e da solidariedade. Compreende-se que os principais interlocutores são os estudantes de origem popular, juntamente com a comunidade escolar e seus agentes pedagógicos, assim como a comunidade local.

9.2 Construtivismo

O construtivismo é uma teoria que admite o ser humano como ser construtor do seu próprio conhecimento e essa construção se dá por meio do uso de sua capacidade de pensar e da sua interação com o meio. Dessa forma, essa concepção critica o pensamento tradicional positivista.

O positivismo trouxe grandes contribuições para a construção do conhecimento científico ao se afastar de explicações puramente especulativas, utilizando instrumentos de pesquisa empírica. Porém, deu muita ênfase ao objeto externo e operacional, não levando em consideração os aspectos subjetivos e não observáveis da conduta humana.

Moreira (1999, p.15), define o construtivismo como:

uma posição filosófica cognitivista interpretacionista. Cognitivista porque se ocupa com a cognição, de como o indivíduo conhece, de como ele constrói sua estrutura cognitiva. Interpretacionista porque supõe que os eventos e objetos são interpretados pelo sujeito cognoscente. O ser humano tem a capacidade criativa de interpretar e representar o mundo, não somente de responder a ele.

[...]

No ensino esta postura implica deixar de ver o aluno como um receptor de conhecimentos, não importando como os armazena e organiza em sua mente. Ele passa a ser considerado agente de uma construção que é a sua própria estrutura cognitiva [...].

Entende-se que é desafiante a adoção dessa perspectiva, porém a oferta de uma educação de qualidade perpassa pela promoção de sujeitos ativos em seu processo de ensino-aprendizagem.

9.3 Humanismo

A perspectiva humanista de educação compreende que a educação deve ser “centrada na pessoa”, na busca por autor realização e crescimento pessoal por parte do sujeito aprendente. Para Moura (1999, p.16),

A filosofia humanista vê o ser que aprende, primordialmente, como pessoa. O importante é a auto-realização da pessoa, seu crescimento. O aprendiz é visto como um todo – sentimentos, pensamentos e ações – não só intelecto. Neste enfoque a aprendizagem não se limita a um aumento de conhecimentos [...] Não tem sentido falar do comportamento ou da cognição sem considerar o domínio afetivo, os sentimentos do aprendiz. Ele é pessoa e as pessoas pensam sentem e fazem coisas integralmente.

A escola, de uma maneira geral, enfatiza a abordagem comportamentalista que se pauta na relação estímulo-resposta. Compreende-se que a exacerbação da utilização desse tipo de abordagem não propicia a promoção de sujeito críticos e autônomos.

Segundo Moura (1999, p.140), “[...] nesta perspectiva, a atenção volta-se para eventos observáveis e mensuráveis no mundo exterior ao indivíduo; esta ênfase no ambiente objetivo, por sua vez, provê uma base para o estudo de manipulações que produzem mudanças comportamentais”.

Não descartando esse tipo de abordagem, compreende-se que a sua adoção não promove, necessariamente, mudanças profundas, conscientes e duradouras. Dessa forma, através da perspectiva humanista, tenta-se englobar e transcender, como defende o autor supracitado, os três tipos gerais de aprendizagem: a cognitiva, a afetiva e a psicomotora.

9.4 Os Quatro Pilares da Educação para o século XXI

Os Quatro Pilares da Educação para o século XXI são fundamentos para a educação apresentados no Relatório da Unesco, redigido pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors. O relatório defende uma educação direcionada para quatro tipos de aprendizagem: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. De acordo com UNESCO (1998, p. 89-90),

Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens 89 fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta.

De acordo com o referido relatório, “aprender a conhecer” e “aprender a fazer” são aprendizagens que estão intrinsecamente ligadas. E esta última, em especial, é uma aprendizagem que está relacionada à formação profissional, a como “adaptar a educação ao trabalho futuro”.

Sabe-se que as formulações curriculares são uma síntese de interesses, objetivos e concepções de educação, algumas delas conflitantes entre si. A referida proposta não foge desses conflitos, mesmo sabendo que será um desafio materializar tais perspectivas metodológicas aqui apresentadas.

9.5 Técnicas e atividades de ensino-aprendizagem

A proposta metodológica apresentada observará os seguintes aspectos:

- a) conhecimentos prévios dos discentes durante todo o processo de ensino;
- b) progressiva autonomia dos discentes com necessidades específicas;
- c) cultura específica dos discentes, referente a seu pertencimento social, étnico-racial, de gênero, etário, religioso e de origem;
- d) relações interpessoais entre discentes, docentes e equipe pedagógica e os demais atores sociais da instituição e da comunidade;
- e) uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) como ferramenta pedagógica (utilização de computadores com acesso à internet, *smartphones*, aplicativos educacionais, equipamentos de captura de áudio e imagem, sítios que potencializem o trabalho docente e a aprendizagem do estudante, entre outros).

As atividades didáticas que serão desenvolvidas no curso, são as relacionadas a seguir:

- a) projetos integradores (projetos que trabalhem, de forma interdisciplinar, mais de um componente curricular);
- b) avaliações integradas;
- c) organização de eventos acadêmicos (Científicos, Tecnológicos e Culturais);
- d) visitas técnicas que integrem mais de um componente curricular;
- e) temas geradores/integradores;
- f) aulas ministradas conjuntamente por mais de um docente;
- g) sala de aula invertida (A introdução de temas/conteúdos é tarefa do estudante que deve se inteirar previamente dos conhecimentos a serem abordados. A partir da primeira exposição feita pelo aluno, o docente fará os aprofundamentos necessários);
- h) exposição oral e dialogada por parte dos docentes;
- i) debates;
- j) seminários;
- k) rodas de conversa;
- l) atividades individuais e em grupo;
- m) estudos dirigidos;
- n) exercícios de fixação de conceitos e técnicas;
- o) resolução de problemas;
- p) estudos de caso;

- q) identificação de problemas com descrição, análise e proposição de soluções (apropriação do método científico);
- r) observação, descrição e reprodução de fenômenos (apropriação do método científico);
- s) experimentação e construção de experimentos, protótipos etc. (apropriação do método científico);
- t) elaboração de relatórios;
- u) produção de artigos científicos;
- v) aprendizagem cooperativa (técnica na qual os estudantes colaboram entre si no processo de aprendizagem);
- w) orientação para a organização de planos de estudo por parte dos estudantes com objetivos e metas de aprendizagem.

É válido destacar ainda que as aulas práticas de laboratório são essenciais para que o aluno possa compreender melhor os conhecimentos técnico-científicos propostos pelo curso. Portanto, o contato do aluno com a prática deve ser planejado previamente, considerando os diferentes níveis de profundidade e complexidade dos conteúdos envolvidos, tipo de atividade, competências e objetivos que se pretende alcançar.

9.6 Estratégias de apoio e acompanhamento aos discentes

Compreende-se que a permanência e o êxito do estudante na instituição perpassam pelo apoio e acompanhamento da sua vida acadêmica, com fins de minimizar suas dificuldades e evidenciar suas potencialidades. Para tanto, serão promovidas as seguintes ações:

- a) avaliações diagnósticas periódicas do nível de aprendizagem dos estudantes;
- b) tutorias e monitorias;
- c) letramento e numeramento: oferta de disciplinas de reposição/revisão de conhecimentos básicos do Ensino Fundamental;
- d) orientação de estudos, ou seja, atividades voltadas para o planejamento e técnicas necessárias para tornar o ato de estudar eficiente.

9.7 Educação em direitos humanos e educação ambiental

Deverão ser implementadas estratégias didático-pedagógicas para garantir a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-

brasileira, africana e indígena (Leis 10.639/2003 e 11.645/2008). O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) promove ações que envolvem questões de diversidade étnico-racial. Assim, para uma maior efetividade da aplicação das leis supracitadas, a instituição deverá fomentar o fortalecimento do NEABI.

9.8 Atendimentos educacionais especializados

A Instituição deverá promover a inclusão adequada de alunos e servidores com necessidades específicas no cotidiano escolar. Para tanto, é necessário fomentar a implementação e o fortalecimento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Esse, por sua vez, deverá desenvolver ações de sensibilização da comunidade escolar, bem como promover e apoiar atividades de capacitação de professores e demais servidores.

A Instituição terá que dispor de ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para o atendimento educacional especializado, promovendo as condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Além disso, é necessário garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino e incentivar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que potencializem o processo de ensino e aprendizagem de estudantes com necessidades específicas, no intuito de possibilitar as condições necessárias para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

9.9 Estratégias de integração curricular

O IFCE *campus* Tabuleiro do Norte tem promovido algumas ações que versam na perspectiva de integrar conhecimentos e áreas. Nas discussões promovidas nos encontros pedagógicos tem-se debatido cada vez mais essa perspectiva e a importância de se trabalhar a partir da realidade, do contexto dos estudantes, para que assim a prática pedagógica seja mais eficiente. O contexto é um elemento-chave para a integração de conhecimentos. O contexto é vida. A vida do estudante é a matéria-prima para a integração, por isso, mais do que nunca, é necessário que a escola seja uma intuição enraizada na comunidade, que busque conhecer bem a realidade biopsicossocial dos estudantes, a cultura local, os problemas e dilemas enfrentados na região, em seus mais diversos aspectos.

Os docentes estão compreendendo que para ensinar matemática aos estudantes, por exemplo, podem abrir um debate sobre as dificuldades financeiras de suas famílias, falar sobre a situação de desemprego e as possibilidades de sobreviver na cidade. O contexto é interdisciplinar por natureza, - a matemática pode se integrar com a sociologia, com a história, com a economia, com a geografia etc. - quando se decide tomar a vida desses sujeitos como ponto de partida na empreitada do saber. Na verdade, trabalhar de forma fragmentada é artificial quando compreendemos que o caráter do conhecimento é a interdisciplinaridade. “O corpo aprende para viver. É isso que dá sentido ao conhecimento. O que se aprende são ferramentas, possibilidades de poder. O corpo não aprende por aprender. Aprender por aprender é estupidez” (ALVES apud GADOTTI, 2003, p.48).

Algumas práticas estão começando a se consolidar na Instituição como a realização de visitas técnicas multi e interdisciplinares. É sabido que a multidisciplinaridade, não é, necessariamente, uma integração curricular. Na verdade, pode-se considerá-la a integração em seu nível rudimentar, mas há de se admitir que não é fácil romper com a organização curricular disciplinar, pois os sistemas educacionais e as instituições formadoras também não fizeram a ruptura estrutural com essa perspectiva. Então, qualquer tentativa, por pequena que seja, deve ser valorizada. O fato de se promover entre os docentes o diálogo sobre propostas de avaliação, eventos acadêmicos com temas integradores e visitas técnicas conjuntas, por exemplo, já é uma busca pela integração do currículo.

Setores como a Coordenadoria Técnico-Pedagógica e a Coordenadoria de Assuntos Estudantis também têm procurado trabalhar temas em Saúde Mental e em Educação em Direitos Humanos em parceria com os professores, procurando discutir como as diferentes disciplinas podem, juntas e integradas, explicar uma dada situação ou fenômeno.

Também faz parte da natureza do conhecimento e do ensino, na perspectiva da Integração curricular, a criticidade. Nas reflexões coletivas, muito tem se falado sobre a importância de ensinar o aluno a pensar, a questionar e a saber o contexto e a história das coisas. Como assinala Gadotti (2003, p.48):

Todo ser vivo aprende na interação com o seu contexto: aprendizagem é relação com o contexto. Quem dá significado ao que aprendemos é o contexto. Por isso, para o educador ensinar com qualidade, ele precisa dominar, além do texto, o *com-texto* (grifo nosso), além de um conteúdo, o significado do conteúdo que é dado pelo contexto social, político, econômico... enfim, histórico do que ensina. Nesse sentido, todo educador é também um historiador.

A presente instituição tem aprimorado suas visitas técnicas para que essas envolvam diversas disciplinas e tem desafiado os seus docentes a pensarem maneiras de integrar

conhecimentos através da realização de relatórios e avaliações conjuntas, por exemplo. Como também, proposto o planejamento coletivo de aulas práticas para aplicações de conceitos nos laboratórios. O desafio tem sido aceito por muitos, e o pensamento interdisciplinar está aparecendo mais no discurso dos professores. O desejo e o esforço do Departamento de Ensino é que essa perspectiva se enraíze na Instituição para que não se restrinja à iniciativas pontuais e sem continuidade e para que, cada vez mais, os docentes se aproximem entre si e para que conheçam e diversifiquem suas práticas na perspectiva da Integração Curricular.

10 ESTRUTURA CURRICULAR

10.1 Organização Curricular

O projeto pedagógico do curso Técnico em Administração possui como elemento norteador a inclusão social dos educandos alicerçada pelo desenvolvimento de sua formação técnica, bem como de uma formação geral que o capacite compreender e agir de maneira proativa e democrática, no contexto sociocultural e política no qual está inserido, preparando-se para contextos produtivos e cidadãos.

Nesta perspectiva, o currículo do IFCE compõe-se de todas as atividades multidisciplinares que propiciem a construção do conhecimento, a aprendizagem significativa e a proatividade do educando no contexto social e do mundo do trabalho.

A organização curricular do Curso Técnico em Administração observa as determinações legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico, nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, no Decreto 5.154/2004, bem como nas diretrizes definidas no Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE e dos Procedimentos Internos do próprio *campus*.

O curso está estruturado em uma matriz curricular constituída pelos seguintes componentes curriculares: Matemática Básica (40h/a); Contabilidade Geral (80h), Introdução ao Empreendedorismo (40h/a); Rotinas Administrativa (40h/a); Relações Interpessoais (40h/a); Fundamentos de Administração (80h/a); Gestão da Qualidade (40h/a); Informática Aplicada (40h/a); Matemática Financeira (40h/a); Gestão de Custos (80h/a); Criação de Novos Empreendimentos (40h/a); Português Instrumental (40h/a); Legislação Aplicada as Empresas (80h/a); Fundamentos do Marketing (80h/a); Gestão da Produção (40h/a); Gestão Socioambiental (40h/a); Administração Financeira (80h/a); Gestão de Projetos Empreendedores (40h/a); Gestão de Pessoas (80h/a); Inglês instrumental (40h/a); Logística (40h/a), Práticas Profissionais (80h/a), Estatística (40h/a), Educação Física (40h/a), Informática Aplicada II (40h/a), Metodologia do Trabalho Científico (40h/a), Libras (40h/a), Sociologia Aplicada (40h/a) e Artes (40h/a).

A formação dos discentes é sedimentada de forma que sua capacitação geral e técnica ocorra de maneira indissociável, no sentido de fazer do sujeito, um ser preparado para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho, dominando conhecimentos teóricos e práticos e

desenvolvendo competências que lhes permitirão mobilizar diversas habilidades para realização de atividades de maneira autônoma, eficaz e inovadora.

O Curso Técnico em Administração terá duração de um ano e meio e será organizado por meio de uma sólida base de conhecimento científico, tecnológico e humanístico, possuindo uma carga horária total de 1120 horas/aula (**933 horas/relógio**) para as componentes curriculares. Vale destacar que este PPC se encontra alinhado em mais de 75% com a matriz curricular de referência (carga horária e disciplinas) para os cursos técnicos subsequentes em Administração do IFCE, como preconizado na Note Técnica nº 2/2018/PROEN/REITORIA (IFCE, 2018).

A prática profissional figura no projeto pedagógico como um conjunto de atividades a serem desenvolvidas pelo estudante de forma obrigatória, totalizando 80 horas (**60 horas/relógio**). As práticas profissionais exercidas pelos discentes devem ser devidamente planejadas, acompanhadas e registradas, a fim de que se configure em aprendizagem significativa e preparação para os desafios do exercício profissional. Maiores detalhes sobre ponto são abordados no Tópico 13.

Ao se observar as competências requeridas do técnico em Administração, projeta-se vivências profissionais no mercado de trabalho com aplicações diretas das componentes curriculares vivenciadas. Vale destacar que não haverá estágio curricular obrigatório.

10.2 Matriz Curricular

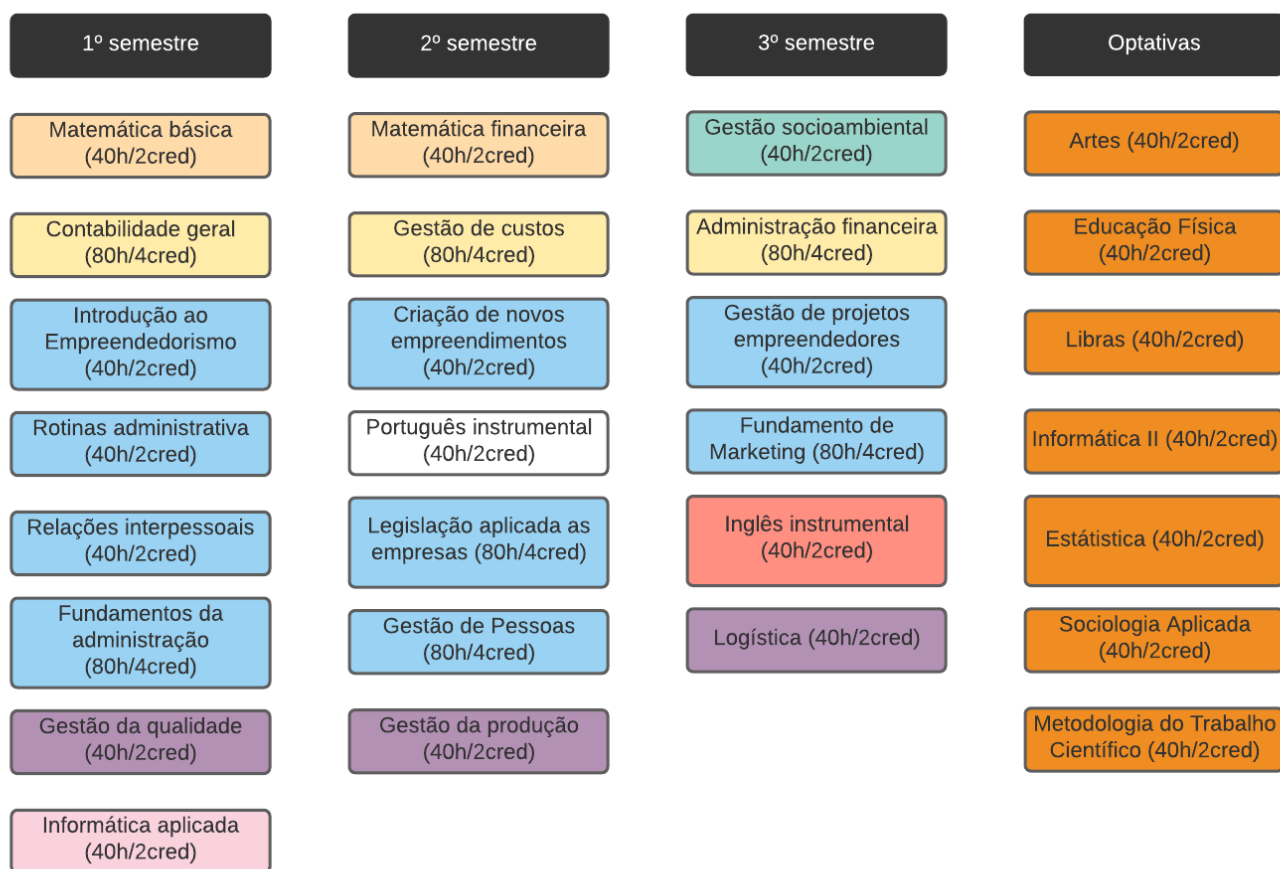
Tabela 3 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Administração do IFCE – *campus* Tabuleiro do Norte.

SEMESTRE I							
Código	Componentes Curriculares	C.H	Créd.	Teoria	Prática	Pré-requisito	Subárea
TSAD.101	Matemática Básica	40	2	40	00	--	71.01.02.00-0
TSAD.102	Contabilidade Geral	80	4	60	20	--	76.02.02.00-99
TSAD.103	Introdução ao Empreendedorismo	40	2	30	10	--	76.02.01.00-2
TSAD.104	Rotinas Administrativas	40	2	30	10	--	76.02.01.00-2
TSAD.105	Relações Interpessoais	40	2	40	00	--	77.02.00.00-99
TSAD.106	Fundamentos de Administração	80	4	80	00	--	76.02.01.00-2
TSAD.107	Gestão da Qualidade	40	2	20	20	--	73.08.01.00-1
TSAD.108	Informática Aplicada	40	2	20	20	--	71.03.03.00-6
--	TOTAL	400	20	320	80	--	--

SEMESTRE II							
Código	Componentes Curriculares	C.H	Créd.	Teoria	Prática	Pré-requisito	Subárea
TSAD.201	Matemática Financeira	40	2	30	10	--	71.01.02.00-0
TSAD.202	Gestão de Custos	80	4	60	20	--	76.02.02.00-99
TSAD.203	Criação de Novos Empreendimentos	40	2	30	10	--	76.02.01.00-2
TSAD.204	Português Instrumental	40	2	30	10	--	78.02.01.00-8
TSAD.205	Legislação Aplicada as Empresas	80	4	80	00	--	76.02.01.00-2
TSAD.206	Gestão de Pessoas	80	4	60	20	--	76.02.01.00-2
TSAD.207	Gestão da Produção	40	2	40	00	--	73.08.01.00-1
--	TOTAL	400	20	330	70	--	--
SEMESTRE III							
Código	Componentes Curriculares	C.H	Créd.	Teoria	Prática	Pré-requisito	Subárea
TSAD.301	Gestão Socioambiental	40	2	40	00	--	73.07.02.00-99
TSAD.302	Administração Financeira	80	4	60	20	--	76.02.02.00-99
TSAD.303	Gestão de Projetos Empreendedores	40	2	40	00	--	76.02.01.00-2
TSAD.304	Fundamentos de Marketing	80	4	60	20	--	76.02.01.00-2
TSAD.305	Inglês Instrumental	40	2	30	10	--	78.02.11.00-99
TSAD.306	Logística	40	2	30	10	--	73.08.01.00-1
--	TOTAL	320	16	260	60	--	--
CARGA HORÁRIA TOTAL		1120 horas/aula (933 horas/relógio)					
OPTATIVAS							
Código	Componentes Curriculares	C.H	Créd.	Teoria	Prática	Pré-requisito	Subárea
OPT.1	Estatística	40	2	40	00	--	71.01.02.00-0
OPT.2	Educação Física	40	2	20	20	--	74.09.03.00-99
OPT.3	Informática Aplicada II	40	2	20	20	--	71.03.03.00-6
OPT.4	Metodologia do Trabalho Científico	40	2	40	00	--	77.02.00.00-99
OPT.5	Libras	40	2	40	00	--	78.02.15.00-99
OPT.6	Sociologia Aplicada	40	2	40	00	--	77.02.00.00-99
OPT.7	Artes	40	2	30	10	--	78.03.11.00-99
--	TOTAL	280	14	230	50	--	--

*O estágio curricular é **opcional** e está definido no Tópico 14.

10.3 Fluxograma Curricular



11 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será composta por diversificados instrumentos realizados no início, durante e final de cada etapa de ensino, possibilitando ao processo avaliativo uma oportunidade para consolidação de aprendizagem da classe discente, bem como redimensionamento da prática docente. Igualmente, deve funcionar como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, conforme a LDB (BRASIL, 1996) 9.394/96, art. 24, inciso V, alínea “a”, “a verificação do rendimento escolar dar-se-á pela prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados sobre as provas finais”.

Destarte, o *campus* Tabuleiro do Norte entende que avaliar é orientar e acompanhar o processo educativo como um todo, procurando contribuir para que o aluno desenvolva conhecimentos, habilidades, competências e atitudes, intervindo quando necessário, de forma a agir e corrigir os rumos do processo de instrução. Sendo assim, a avaliação da aprendizagem permite ao professor diagnosticar o nível de desempenho do aluno com relação ao currículo e ao mesmo tempo redimensionar sua *práxis* pedagógica em prol do processo ensino-aprendizagem, tendo em vista os objetivos propostos.

Dessa forma, é importante refletir a avaliação nas dimensões técnica (o que, quando e como avaliar) e ética (por quê, para quê, quem se beneficia, que uso se faz da avaliação).

Fundamentadas numa concepção de avaliação que compreende sua indissociabilidade com a prática pedagógica, as decisões metodológicas estarão condicionadas a uma constante reflexão e ação da prática, com a realização de atividades compatíveis com as propostas de natureza diagnóstica, formativa e somativa. Assim, em processo de avaliação contínua, os estudantes serão observados e avaliados em sua participação em momentos e instrumentos avaliativos, tais como:

- a) aulas teóricas com exposições dialogadas e subsidiadas por recursos didáticos com data show, vídeos, equipamentos técnicos da área, entre outros, visando a apresentação do assunto de forma problematizadora;
- b) aulas práticas no laboratório de gestão simulando situações reais que ocorrem nas empresas.
- c) seminários interventivos e reflexivos;
- d) pesquisas e elaboração de projetos de ensino, pesquisa e extensão sob a orientação docente;
- e) provas objetivas, provas discursivas, autoavaliação;
- f) elaboração de projetos de ensino, pesquisa e extensão sob a orientação docente;

- g) visitas técnicas às empresas e obras da região;
- h) palestras, oficinas e minicursos com profissionais da área;
- i) e outros instrumentos que enfatizem a resolução de situações-problema específicas do processo de formação do técnico.

Faz-se necessário conduzir o processo de ensino que valorize a apreensão, o desenvolvimento e ampliação do conhecimento científico, técnico e humanista, contribuindo para que o aluno se torne um profissional atuante e um cidadão responsável. Isso implica em redimensionar o conteúdo e a forma de avaliação, oportunizando momentos para que o aluno expresse sua compreensão, análise e julgamento de determinados problemas, relacionados à prática profissional.

Cabe ao professor, portanto, observar as competências a serem desenvolvidas, participar de planejamento das atividades, elaborando planos e projetos interdisciplinares, desafiadores e utilizando instrumentos avaliativos variados, de caráter individual ou coletivo, conforme apontado anteriormente.

Para fins de registro, o resultado da avaliação deverá expressar o grau de desempenho de cada componente curricular, quantificado em nota de 0 (zero) a 10 (dez). A aprovação ocorrerá simultaneamente através da média final igual ou superior a 6,0 (seis) e da frequência mínima de 75% em todas as disciplinas do ano letivo. O ROD-IFCE, em seu artigo 97, § 2º, rege que: “o docente deverá aplicar, no mínimo, duas avaliações em cada uma das etapas” (IFCE, 2017).

12 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Segundo Luckesi (apud RABELO, 1999), a avaliação da aprendizagem não pode ser confundida com exame, difere deste por ser, “amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva”. Quando vinculada ao processo de ensino e aprendizagem, pode garantir um retorno permanente ao professor, informando o que e em que medida o aluno está aprendendo. Esse *feedback* não propõe somente avaliar o aluno, seu conhecimento, mas também toda uma proposta da escola, contribuindo, assim, para validar e/ou redirecionar o trabalho pedagógico, a cada momento em que isso se fizer necessário. Dessa forma, o *campus* Tabuleiro do Norte adota as formas diferenciadas de acordo com a situação de aprendizagem: *Diagnóstica, Formativa e Somativa*, explicadas a seguir.

A avaliação diagnóstica tem como função básica informar sobre o contexto em que o trabalho irá realizar-se, bem como identificar elementos sobre os sujeitos que participarão desse trabalho. Esse procedimento é realizado no início de um processo de aprendizagem e tem como função obter dados sobre os conhecimentos, aptidões e competências dos envolvidos, objetivando à organização dos processos de ensino e aprendizagem a partir das circunstâncias apontadas. A natureza diagnóstica tem caráter preventivo, uma vez que evita identificação tardia das dificuldades de aprendizagem, fornecendo elementos que dão base a futuras ações pedagógicas.

A avaliação formativa indica os avanços e as dificuldades que aparecem ao longo do processo e tem como princípio o atendimento às diferenças individuais dos alunos, pois avaliar formativamente é entender que cada sujeito possui seu próprio ritmo. Assim, ao avaliar o aluno, o professor fará também análise dos métodos, conteúdos, capacidade de envolvimento dos estudantes e, a partir desses elementos promoverá adequações que visam o aprimoramento de todo processo, aperfeiçoando sua *práxis* docente.

Ao final da instrução, ocorre a avaliação somativa que tem a finalidade de verificar o que o aluno efetivamente aprendeu. Ela tem caráter informativo, e assim, situa o aluno, a turma e a escola com um resultado ao final de determinada etapa de ensino. É uma avaliação conclusiva que inclui as avaliações citadas anteriormente, diagnóstica e formativa.

Todas as formas de avaliação supramencionadas são de grande importância para o Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio, visto que se faz inicialmente pela necessidade de avaliar todo o contexto escolar, incluindo o esforço coletivo que perpassa um ciclo de intervenções pedagógicas que corroboram com o atendimento dos objetivos propostos.

12.1 Sistemática de Avaliação

A sistemática é adotada conforme o ROD (IFCE, 2017), a saber:

Art. 97. A sistemática de avaliação dos conhecimentos construídos, nos cursos com regime de crédito por disciplina, com periodicidade semestral, se desenvolverá em duas etapas.

§ 1º Deverá ser registrada no sistema acadêmico apenas uma nota para a primeira etapa (N1) e uma nota para a segunda etapa (N2), com pesos 2 e 3, respectivamente.

§ 2º O docente deverá aplicar, no mínimo, duas avaliações em cada uma das etapas.

§ 3º O critério para composição da nota de cada etapa, a partir das notas obtidas em cada uma das avaliações, ficará a cargo do docente da disciplina, em consonância com o estabelecido no PUD.

Art. 98. O cálculo da média parcial (MP) de cada disciplina deve ser feito de acordo com a seguinte equação:

$$MP = \frac{2 \times N_1 + 3 \times N_2}{5}$$

Onde: MP – Média Parcial; N1 – Nota da primeira etapa; N2 – Nota da segunda etapa.

Art. 99. Deverá ser considerado aprovado no componente curricular o estudante que, ao final do período letivo, tenha frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas e tenha obtido média parcial (MP) igual ou superior a:

I. 6,0 (seis), para disciplinas de cursos técnicos concomitantes e subsequentes.

II. 7,0 (sete), para disciplinas de cursos de graduação.

Parágrafo único: Os estudantes aprovados com a nota da MP não precisarão realizar a avaliação final (AF) e sua média final (MF) deverá ser igual a sua média parcial (MP)

Art. 100. Deverão fazer avaliação final (AF) o estudante de curso técnico que obtiver MP inferior a 6,0 (seis) e maior ou igual a 3,0 (três), e o estudante de graduação que obtiver MP inferior a 7,0 (sete) e maior ou igual a 3,0 (três).

§ 1º A avaliação final deverá ser aplicada no mínimo 3 (três) dias letivos após o registro do resultado da MP no sistema acadêmico.

§ 2º A avaliação final poderá contemplar todo o conteúdo trabalhado no período letivo.

§ 3º A nota da avaliação final (AF) deverá ser registrada no sistema acadêmico.

§ 4º O cálculo da média final (MF) o estudante referido no caput deverá ser efetuado de acordo com a seguinte equação

$$MF = \frac{MP + AF}{2}$$

§ 5º Deverá ser considerado aprovado na disciplina o estudante que, após a realização da avaliação final, obtiver média final (MF) igual ou maior que 5,0 (cinco).

12.2 Recuperação da Aprendizagem

De acordo com a LDB 9.394/96 em seu **Art. 12** “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência- **Inciso V** - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; e ao **Art. 13**- Os docentes incumbir-se-ão de **Inciso IV** - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento” (BRASIL, 1996).

Dessa forma e pelos trâmites legais, o *campus* Tabuleiro do Norte preceitua sobre a Recuperação da Aprendizagem como o tratamento especial dispensado aos estudantes que apresentam desempenhos não satisfatório mediante ao que é apresentado no **Art.113** e no **Art. 114. Incisos I. II. III e IV**, do ROD (IFCE, 2017).

12.3 Recuperação Paralela

A proposta de recuperação paralela, do *campus* Tabuleiro do Norte está em consonância com o ROD-IFCE.

Neste sentido, entende-se a necessidade de assegurar condições que favoreçam a elaboração, a implementação e avaliação de atividades da recuperação paralela, que atenda à multiplicidade de situações existentes. Nesse processo, o professor atenderá aos alunos procurando garantir a apropriação de conteúdos ainda não assimilados, representando um momento de superação das dificuldades encontradas.

A recuperação paralela é direcionada aos alunos que não atingiram a média 6,0 (seis) nas etapas bimestrais, em virtude da não assimilação de conteúdos provenientes de dúvidas em relação aos conteúdos ministrados durante o processo de instrução. Dar-se-á em horários diversos das aulas regulares, com frequência obrigatória através:

- a) do Programa de Bolsas de Monitoria;
- b) do acompanhamento individualizado aos discentes pelos professores nas disciplinas de menor rendimento acadêmico.

13 PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional configura-se como um conjunto de atividades formativas que proporciona experiências na aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício profissional que contextualiza, articula e interrelaciona os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática, viabilizando ações que conduzam ao aperfeiçoamento técnico-científico-cultural e de relacionamento humano.

A prática profissional do curso Técnico Subsequente em Administração terá carga horária mínima de 80 horas e se constitui em ações de planejamento, acompanhamento, registro e sistematização das atividades realizadas pelo estudante durante seu percurso formativo. No decorrer da formação, as possibilidades de atuação prática a partir da articulação entre ensino, pesquisa, extensão e práticas profissionais nos cursos técnicos do IFCE - *campus* Tabuleiro do Norte serão estimuladas.

Resolução nº 01, de 05 de janeiro de 2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica diz que:

Art. 33. A prática profissional supervisionada, prevista na organização curricular do curso de Educação Profissional e Tecnológica, deve estar relacionada aos seus fundamentos técnicos, científicos e tecnológicos, orientada pelo trabalho como princípio educativo e pela pesquisa como princípio pedagógico, que possibilitam ao educando se preparar para enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integrando as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional técnica e tecnológica.

§ 1º A prática profissional supervisionada na Educação Profissional e Tecnológica compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações.

§ 2º A atividade de prática profissional supervisionada pode ser desenvolvida com o apoio de diferentes recursos tecnológicos em oficinas, laboratórios ou salas ambientes na própria instituição de ensino ou em entidade parceira.

É de responsabilidade dos discentes cumprir as horas estipuladas para as Práticas Profissionais, devendo estas, serem realizadas ao longo do período em que o discente estiver matriculado no curso.

As práticas deverão ser comprovadas através de certificados, diplomas, declarações ou outro documento oficial que comprove a atividade realizada. A Tabela 4 apresenta as possibilidades de atividades práticas profissionais do curso técnico em Administração

Tabela 4 – Descrição das atividades de práticas profissionais do curso técnico em Administração.

Atividade	Nº Máximo de horas	Equivalência (horas)	Requisito para validação
Vivência profissional complementar			
Realização de estágios curriculares supervisionados no âmbito do IFCE*	Até 80 horas	Número máximo de horas de horas.	Declaração do setor de estágio/Relatório avaliado
Realização de estágios não curriculares supervisionados no âmbito do IFCE*	Até 80 horas	Número máximo de horas	Declaração da empresa/Relatório avaliado
Atividades ligadas ao ensino			
Participação em monitorias voluntárias/remuneradas	Até 80 horas	Número máximo de horas	Declaração/Relatório avaliado
Participação em visitas técnicas ligadas as áreas de formação do curso e produção de relatório técnico	Até 20 horas	Horas por semestre	Declaração/Relatório avaliado
Participação em órgão de direção de entidades de natureza acadêmica	Até 60 horas	20h por semestre	Declaração/Relatório avaliado
Representação em colegiados acadêmicos ou administrativos do IFCE	Até 30 horas	10h por semestre	Ata assinada
Atividades de iniciação à pesquisa			
Atividades práticas de laboratórios ligada a áreas de formação do curso.	Até 80 horas	Horas por ano	Declaração com período da bolsa e/ou projeto
Participação em projetos de pesquisas e projetos institucionais do IFCE, voltados à formação na área	Até 80 horas	Horas por ano	Atestado com período e órgão fomentador e Relatório de atividades

Participação em projeto de iniciação científica e iniciação tecnológica (PIBIC – EM; PIBIC Júnior) voltados à formação na área	Até 80 horas	Horas por ano	Atestado com período e órgão fomentador e Relatório de atividades
Participação/Colaboração em eventos			
Participação como expositor ou apresentador de trabalho em eventos científicos ou profissionais assistidos voltados à formação profissional na área	Até 80 horas	Horas para cada evento	Certificado de participação
Colaboração na organização em eventos, mostras e exposições voltados à formação profissional na área, no âmbito do IFCE	Até 20 horas	Horas para cada evento	Comprovante de colaboração
Participação como ouvinte em eventos científicos ou profissionais	Até 20 horas	Horas para cada evento	Certificado de participação
Atividades de Extensão			
Ministrar curso, palestra, oficinas no âmbito da formação do curso proposto	Até 40 horas	Horas para cada evento	Declaração ou certificado da organização do evento
Participação como aluno em curso no âmbito da formação do curso proposto	Até 10 horas	Horas por evento	Declaração ou certificado da organização do evento
Atuação profissional			
Emprego regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas	Até 80 horas	Horas trabalhadas	Carteira assinada com declaração (Anexo I) das atividades desenvolvidas indicando a carga horária
Emprego regido por contrato de trabalho	Até 80 horas	Horas trabalhadas	Contrato de trabalho com declaração (Anexo II) das atividades desenvolvidas indicando a carga horária.

Atuação como autônomo	Até 80 horas	Horas trabalhadas	Declaração de Autônomo (Anexo III) com relatório analisado por uma comissão de professores, em que serão analisados aspectos que indiquem uma correlação entre as atividades desenvolvidas com os componentes curriculares técnicos do curso Técnico em Administração.
Atividades Empreendedora	Até 80 horas	Horas trabalhadas	Declaração do aluno (Anexo IV) com relatório de atividades e Comprovante de abertura de empresa. O Relatório analisado por uma comissão de professores, em que serão analisados aspectos que indiquem uma correlação entre as atividades desenvolvidas com os componentes curriculares técnicos do curso Técnico em Administração.
Criação de Startups	Até 80h	Horas trabalhadas	Declaração de participação em projeto de startups com apresentação de relatório de atividades assinado por um responsável.

Tão logo o discente tenha concluído a carga horária mínima das práticas profissionais, o mesmo deverá apresentar as comprovações junto à Coordenação do Curso para avaliação e deferimento.

Caberá ao Coordenador do Curso fazer a avaliação dos relatórios e das solicitações dos estudantes como prática profissional e deferir (ou não) as atividades realizadas pelos alunos, mediante análise dos requisitos descritos na Tabela 4.

Uma vez deferido, o Coordenador do Curso enviará o processo para a Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA) que irá assentar a confirmação da realização da prática profissional no sistema Q-acadêmico.

A contabilização das atividades práticas profissionais deverá obedecer ao que está descrito na Tabela 4 e seguir os critérios abaixo:

- As práticas profissionais poderão ser realizadas a partir do ingresso do discente no curso não sendo permitido ações/atividades anteriores;
- Os projetos de ensino, pesquisa ou extensão devem ter correlação direta com a área de formação do estudante, cabendo a ele acionar a Coordenação de Curso para dirimir eventuais dúvidas sobre isto;
- Para as atividades de “Emprego regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas”, “Emprego regido por contrato de trabalho”, “Atuação como autônomo” e “Atividades Empreendedora” a Coordenação do Curso deverá disponibilizar instrumentos próprios para registros conforme modelos apresentados nos anexos I, II, III e IV;
- Os registros de atividades em formulários próprios deverão conter obrigatoriamente o nome do discente e o registro das ações que culminaram na vivência da prática profissional.
- Será permitido o desenvolvimento de Práticas Profissionais à distância por meio do uso de tecnologias digitais. Não haverá diferença entre na computação da quantidade de horas das Práticas Profissionais realizadas a distância em comparativo com as práticas presenciais.
- Cabe a Coordenação do Curso o estímulo, orientação e acompanhamento dos discentes na realização das práticas profissionais.

Caso a prática profissional não seja finalizada até o cumprimento das disciplinas do curso, o estudante deverá renovar a matrícula no curso novamente, até o cumprimento da carga horária mínima de prática profissional, entrega e aprovação dos respectivos documentos de registro.

Considerando que as práticas profissionais são atividades interdisciplinares, ou seja, ações que possam envolver diferentes competências de componentes curriculares distintas associadas à pesquisa, extensão, inovação, empreendedorismo e/ou diferentes atuações profissionais, a avaliação de compatibilidade pode ser aprovada por uma comissão de docentes do curso, no caso da atividade desenvolvida não esteja explicitamente descrita como ação da Tabela 4.

14 ESTÁGIO CURRICULAR (OPCIONAL)

O estágio curricular supervisionado deve oferecer um momento em que o estudante possa vivenciar e consolidar as competências exigidas para seu exercício acadêmico-profissional, buscando a maior diversidade possível dos campos de intervenção. Será ofertado como componente curricular opcional, somado à carga horária regular obrigatória. Neste sentido, o Projeto Pedagógico do Curso, está de acordo com o disposto: Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

O estágio opcional poderá ser de até 240 horas/aula (**200 horas/relógio**), podendo ser adquiridas em uma ou mais experiências vivenciadas no âmbito da área de atuação do curso proposto. Além disso, a referida prática profissional deverá ser realizada, sempre, após o término do primeiro semestre letivo em consonância com as Diretrizes da Resolução CNE/CEB nº01/2014, para habilitação técnica de nível médio.

Entende-se que a experiência vivenciada pelo estudante no decorrer do estágio contribui de maneira significativa para construção de um profissional mais consciente de seu papel nas relações sociais e no mundo do trabalho, desenvolvendo competências e habilidade de forma proativa.

O estágio traz implícito o benefício ao desempenho do estudante, pois permite uma maior identificação em sua área de atuação, além de contribuir de maneira significativa para a sua interação com profissionais atuantes no mercado, pois se espera destes profissionais, além da formação humana integral, agilidade, coletividade e capacidade de se reinventar e de inovar.

A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o discente estagiário (ou seu representante legal), devendo o termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

As atividades em estágio supervisionado poderão ser realizadas em empresas (pessoas jurídicas de direito privado), órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, escritórios de profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional além dos laboratórios e oficinas da própria instituição. Neste último caso, cabe à coordenação do curso definir as normas, número de vagas de estágio em cada laboratório, professores orientadores e supervisores das atividades.

Para a realização do estágio, são necessárias: a contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor do aluno, que pode se dar tanto pela parte concedente do estágio quanto pela instituição de ensino, a designação de supervisor e orientador para acompanhamento e

orientação das atividades executadas no estágio (atribuição da parte concedente e instituição de ensino respectivamente) além da observância das demais normas aplicáveis à atividade.

Ao encerrar o estágio supervisionado, para ser aprovado no componente curricular, o discente deverá apresentar um Relatório Final das atividades desenvolvidas bem como terá sua atuação avaliada por seu supervisor e professor orientador.

No intuito de facilitar a realização da atividade, o *campus* Tabuleiro do Norte dispõe de um setor específico para atender a essa demanda na unidade. O Setor de Estágios, localizado dentro da estrutura da Coordenação de Pesquisa e Extensão (COPEX), visa auxiliar o aluno na formalização da atividade de estágio além de prestar orientações e realizar encaminhamentos, quando não há direcionamento específico para uma instituição concedente.

Neste sentido, o *campus* vem estabelecendo parcerias com instituições locais para o recebimento de alunos matriculados na atividade de estágio supervisionado. Ao longo dos seus sete anos de existência, cerca de 140 instituições cadastradas já receberam alunos, tanto na cidade de Tabuleiro do Norte como em municípios vizinhos a exemplo de Limoeiro do Norte, São João do Jaguaribe e Jaguaribe.

Entre as empresas cadastradas, merecem destaque a Companhia Industrial de Cimento Apodi, Eletrovale Serviços de Engenharia, Indústria Tabuleirense de Máquinas e Jaguaribe Diesel, por figurarem como fortes nomes no segmento de materiais de construção, serviços de engenharia, metalmecânico, e automecânica na região do Vale do Jaguaribe.

Por sua vez, em nível de parcerias institucionais firmadas, a Pró-Reitoria de Extensão, localizada em Fortaleza, tem realizado em fluxo contínuo a Chamada Pública para o credenciamento de Empresas Privadas, Agentes de Integração e Entidades Públicas para a oferta de estágios. Assim, a partir da atuação em rede, ampliam-se as oportunidades de oferta de estágio, principalmente para os alunos que desejarem vivenciar uma experiência profissional fora da localidade em que realizaram o curso técnico.

15 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA ANTERIORES

Os alunos do Curso Técnico em Administração poderão solicitar, em período previsto no calendário acadêmico vigente, o aproveitamento de componentes curriculares mediante análise de compatibilidades de conteúdo e carga horária, no mínimo 75% do total estipulado para a disciplina, bem como por meio de validação de conhecimentos adquiridos em estudos regulares e/ou experiência profissional, mediante avaliação teórica e/ou prática. As considerações sobre o aproveitamento de componentes curriculares e a validação de conhecimentos encontra-se, na forma regimental, no Título III (Capítulos IV) do ROD-IFCE. Outra obrigatoriedade é que o componente curricular apresentado pelo(a) discente deve estar no mesmo nível ou em um nível superior ao componente a ser aproveitado e somente poderá ser solicitado uma vez.

16 DIPLOMA

Ao aluno que concluir, com êxito, todos os componentes curriculares da matriz curricular será conferido o Diploma de **Técnico de Nível Médio em Administração**, o qual será gerado no sistema Q-Acadêmico a partir de um código estabelecido pelo SISTEC.

17 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

Para constatar e assegurar a qualidade do curso ofertado, um processo contínuo de avaliação será instaurado, com atividades de avaliação docente, discente e institucional. Nessa perspectiva, avaliar o curso pressupõe considerar os objetivos propostos no projeto pedagógico; instalações e equipamentos disponíveis e sua adequação para o uso de docentes e discentes; titulação dos docentes adequada à disciplina ministrada e ao curso, e em relação aos índices de evasão.

Desse modo, esta avaliação ocorrerá periodicamente através de reuniões pedagógicas envolvendo os membros da gestão da unidade, congregação de professores, e demais técnicos ligados ao ensino, visando elaborar e/ou aprimorar instrumentos didáticos pedagógicos como: avaliação aos docentes e questionários aos discentes.

Avaliar o curso pressupõe constatar as potencialidades e as necessidades de readaptações do mesmo, objetivando contemplar os princípios da Instituição em ofertar um ensino de qualidade e inclusivo. Nessa perspectiva, a avaliação representa um instrumento útil para a tomada de decisões, fornecendo subsídios para o aperfeiçoamento do curso.

17.1 Avaliação do Projeto Pedagógico

O curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio será avaliado continuamente verificando-se:

- a) o atendimento aos objetivos propostos no projeto pedagógico;
- b) as instalações e equipamentos disponíveis e adequados para o uso de docentes e discentes;
- c) a titulação dos docentes adequadas à disciplina ministrada e ao curso;
- d) os índices de permanência discente;
- e) através de várias ações da CTP como: análise semestral do índice de evasão, bem como dos motivos da desistência dos estudantes; análise semestral do índice de retenção e reprovação, para posteriores entrevista com os estudantes e identificação das razões, bem como acompanhamento dos discentes em situação de dependência; realização de reuniões trimestrais com os coordenadores para análise geral do andamento do curso; reuniões semestrais com os professores para contextualizar a problemática de evasão no *campus* e definição coletiva de estratégias de combate à evasão; promoção de momentos semestrais para reflexão sobre o planejamento como principal ferramenta educativa (planejamento coletivo); realização do conselho de classe para averiguação da situação de desempenho das turmas e do estudante;

realização de reuniões trimestrais para apresentação de dados aos coordenadores/professores dos componentes curriculares que apresentam maior índice de reprovação/evasão, para reflexão de práticas pedagógicas que possam contribuir para minimizar a quantidade de reprovações; atendimento aos objetivos propostos no projeto pedagógico.

17.2 Avaliação do Desempenho Docente

A avaliação do desempenho docente é feita por meio de aplicação de um questionário padrão aplicado via Q-Acadêmico, ao final do semestre letivo aos estudantes. O objetivo dessa avaliação é a melhoria da prática docente e o atendimento dos discentes.

A avaliação docente é feita por meio de um questionário, no qual, os alunos respondem questões referentes à conduta docente, atribuindo notas de 1(um) a 5(cinco), relacionadas a pontualidade, assiduidade, domínio de conteúdo, incentivo à participação do aluno, metodologia de ensino, relação professor-aluno e sistema de avaliação.

No mesmo questionário, os alunos avaliam o desempenho dos docentes quanto a pontos positivos e negativos e apresentam sugestões para a melhoria do curso e da instituição. Os resultados gerais são apresentados nas reuniões do ensino e/ou nos encontros pedagógicos, e as avaliações individuais são apresentadas aos professores de maneira individual, com o objetivo de contribuir para melhorar às ações didático-pedagógicas e a aprendizagem discente.

18 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES NO PDI NO ÂMBITO DO CURSO

A abertura do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio foi concebida e preconizada em alguns objetivos estratégicos e indicadores pactuados pelo IFCE *campus* Tabuleiro do Norte no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE 2019-2023.

Um dos objetivos estratégicos é o atendimento aos percentuais previstos na Lei nº 11892/2008, para tanto, o campus assumiu o compromisso com o projeto estratégico da Criação de cursos Técnicos.

Outro indicador pactuado pelo campus é promover uma ocupação de 100% das vagas ofertadas em todos os cursos. Alia-se, ainda a outro objetivo estratégico de reduzir a evasão discente. Entende-se que a oferta do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio favorece o atendimento dos objetivos e metas supracitados, considerando, sobretudo, a ligação direta do curso com as potencialidades regionais e as oportunidades no mundo do trabalho para os egressos.

Com vistas ao cumprimento da missão institucional, um dos Eixos Temáticos do PDI 2019-2023 é o Desenvolvimento Local e Regional. A área de Administração está intimamente ligada às tradições locais, notadamente com o comércio, o empreendedorismo e as prestações de serviços. Por essa razão, tem plenas condições de contribuir com o fortalecimento das relações socioprodutivas e culturais nos contextos locais e regionais. Nessa ótica, o IFCE deverá ser o indutor do desenvolvimento dos arranjos produtivos sociais e culturais nos contextos locais e regionais, devendo atuar sobre as demandas da sociedade, considerando as singularidades de cada região.

19 APOIO AOS DISCENTES

O IFCE - *campus* Tabuleiro do Norte disponibiliza aos estudantes algumas ações estratégicas de apoio através dos setores: Assistência Estudantil, Pedagógico e Biblioteca.

19.1 Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE)

A CAE, que tem por finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação pública federal, pauta-se nos objetivos estabelecidos no Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto 7.234/2010), a saber:

- a) democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- b) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- c) reduzir as taxas de retenção e evasão;
- d) contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

A CAE é composta por uma equipe multidisciplinar: assistente social, psicólogo, enfermeira, nutricionista e técnica em enfermagem. As ações da assistência estudantil possuem dois eixos norteadores: o primeiro com os “serviços” que visam atender a toda comunidade discente como atendimento biopsicossocial e alimentação escolar (almoço e lanches), e o segundo, “os auxílios” que se destinam ao atendimento prioritário do discente em situação de vulnerabilidade social. O IFCE concede as seguintes modalidades de auxílio: acadêmico, moradia, alimentação, transporte, óculos, emergencial, visitas e viagens técnicas, didático-pedagógico, discentes mães/pais, formação, de apoio à cultura e ao desporto e pré-embarque internacional.

O Serviço Social atua no âmbito das relações sociais junto a indivíduos, famílias, grupos, comunidade e movimentos sociais desenvolvendo ações de fortalecimento da autonomia, da participação e do exercício da cidadania. Tem como princípios a defesa dos direitos humanos, da justiça social e da liberdade como valor ético central.

As ações desenvolvidas por esses profissionais são:

- a) incentivar a participação democrática do discente, como sujeito de direitos, no espaço educacional, favorecendo o seu acesso ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- b) planejar, executar, monitorar e avaliar as ações relacionadas aos auxílios e à política de assistência estudantil;

- c) realizar pesquisas de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população discente, contribuindo na identificação e intervenção dos fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam no processo de ensino-aprendizagem, visando a permanência e o êxito dos estudantes;
- d) participar de equipes multidisciplinares para a elaboração e execução de programas e projetos sociais voltados a temas relevantes como saúde, violência, cultura, cidadania, direitos sociais e humanos (questão racial, de gênero, orientação sexual, deficiência, políticas afirmativas, dentre outros).

O serviço de Psicologia tem por objetivo contribuir para os processos de educação, saúde e bem-estar dos alunos e das pessoas direta e indiretamente ligadas ao contexto educacional do discente, tornando-se responsável por:

- a) acolher a demanda do *campus* atrelada à formação educacional do corpo discente, englobando o desenvolvimento cognitivo e emocional, bem como sua relação direta com os processos de aprendizagem;
- b) receber queixas do corpo discente e/ou docente referentes às dificuldades de aprendizagem, tanto situadas no contexto socioeconômico (condição familiar, conflitos emocionais, etc.), quanto psicopedagógico (relacionamento interpessoal - aluno/aluno; aluno/professor; aluno/servidor - transtornos de aprendizagem, etc.); investigar, posteriormente, possíveis obstáculos na construção desse processo, realizando a avaliação e o acompanhamento dos casos, prestando orientações acerca da melhor conduta a ser adotada pelo serviço;
- c) dispensar serviços aos discentes no formato de intervenções individuais ou coletivas, permeadas com o intuito de fomentar construções de caráter psicopedagógico, psicossocial e terapêutico, nas esferas da prevenção e do acompanhamento discente.

A atuação em comum de todos os profissionais que integram o setor voltado para a assistência ao educando envolve a realização dos atendimentos individuais – acolhida, orientações gerais, de grupos operativos e socioeducativos.

Os serviços de saúde também estão inseridos na Assistência Estudantil desenvolvendo ações de prevenção, promoção e acompanhamento da saúde do discente visando garantir, através de suas atividades, a permanência do mesmo na instituição e o direito à educação. A enfermagem atua visando prestar assistência segura, considerando o Código de Ética dos Profissionais da categoria (COFEN nº. 311/2007) e respeitando o Decreto nº. 94.406, de 08 de junho de 1987 no que se refere às atribuições do profissional de Enfermagem, tais como:

- a) realizar atribuições auxiliares (verificação de sinais vitais, administrar medicamentos prescritos e realizar curativos);

- b) prevenir, promover e controlar as doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica;
- c) realizar educação em saúde no controle das doenças sexualmente transmissíveis;
- d) estabelecer medidas educativas frente ao combate às drogas lícitas e ilícitas;
- e) orientar sobre os cuidados relacionados com a saúde;
- f) auxiliar no planejamento, programação e orientação das atividades de assistência de Enfermagem;
- g) realizar o primeiro atendimento de enfermagem às urgências e emergências até a chegada do suporte avançado (SAMU);
- h) realizar encaminhamentos à rede municipal de saúde (ações intersetoriais);
- i) participar na elaboração de políticas de saúde e em sistemas de gerenciamento de saúde e ensino.

19.2 Coordenadoria Técnico-Pedagógica (CTP)

A Coordenadoria Técnico-Pedagógica (CTP) é responsável por promover, em parceria com os diversos setores da instituição, ações que visem garantir o êxito do processo de ensino-aprendizagem. Tem por finalidade assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, supervisionando e avaliando essas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo.

A CTP desempenha, dentre outras atividades:

- a) acolhida aos alunos, profissionais docentes e técnicos;
- b) realização de ações de combate à evasão;
- c) mediação, quando necessário o diálogo, entre professores e alunos buscando contribuir para melhoria das relações interpessoais;
- d) acompanhamento individualizado dos discentes nas disciplinas de menor rendimento acadêmico;
- e) suporte aos docentes no processo de monitoria;
- f) monitoramento da frequência e rendimento dos alunos;
- g) comunicação com alunos com baixa frequência, via telefone, *e-mail* ou visita domiciliar em parceria com a assistência estudantil;
- h) acompanhamento no desenvolvimento de atividades culturais, sociais e esportivas;
- i) realização de atividades (palestras, oficinas, seminários) de orientação educacional sobre temáticas de educação para a vida e temas transversais;

j) acompanhamento aos discentes com deficiência em parceria com o Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e a CAE.

19.3 Biblioteca

A Biblioteca está à disposição dos discentes da instituição, oferecendo, além da utilização do seu acervo, os seguintes serviços:

- a) referência – atendimento ao usuário, auxílio à pesquisa, desenvolvimento e atualização de tutoriais;
- b) orientação e/ou busca bibliográfica;
- c) empréstimo domiciliar – permissão da retirada de material bibliográfico por período determinado;
- d) orientação de trabalhos acadêmicos – orientação à normalização de documentos, de acordo com as normas adotadas pela ABNT;
- e) visita orientada – apresentação da biblioteca e demonstração dos serviços oferecidos ao usuário;
- f) programa de capacitação do usuário – oferece treinamento para que o usuário tenha maior autonomia na busca de materiais, como também dos recursos dos quais a Biblioteca dispõe;
- g) acesso à Internet – oferece ao usuário um serviço gratuito de acesso à internet, com fins de informação, estudo ou pesquisa;
- h) renovação de empréstimo via Web;
- i) solicitação de reserva via Web;
- j) elaboração de ficha catalográfica;
- k) disseminação seletiva da informação.

20 CORPO DOCENTE

O IFCE – *campus* de Tabuleiro do Norte possui, atualmente, 45 professores com perfis em diferentes áreas do conhecimento. O corpo docente do curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio deverá ser formado com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) de professores do IFCE e poderá ser constituído por: I - professores do IFCE, pertencentes ao quadro permanente ou com vínculo empregatício temporário, substituto ou voluntário, conforme legislação em vigor para estas formas de contratação; II - professores visitantes do IFCE; III - especialistas convidados para lecionar disciplinas de sua especialidade. A Tabela 5 apresenta o corpo docente do referido curso.

Tabela 5 – Corpo docente do existente curso Técnico em Administração do IFCE – *campus* Tabuleiro do Norte.

Professor(a)	Titulação	Regime de Trabalho	Subárea	Disciplinas
Paulo Cícero Sousa	Mestre	40 horas /DE	76.02.01.00-2	Introdução ao Empreendedorismo Criação de Novos Empreendimentos Fundamentos do Marketing Gestão de Pessoas Práticas Profissionais
Samuel Lázaro Luz Lemos	Mestre	40 horas /DE	76.02.01.00-2	Rotinas Administrativas Fundamentos de Administração Legislação Aplicada às Empresas Gestão de Projetos Empreendedores
Maria Joceli Noronha de Andrade	Mestre	40 horas /DE	73.07.02.00-99	Gestão Socioambiental
Leopoldina Ramos de Freitas	Mestre	40 horas /DE	78.02.11.00-99	Inglês Instrumental
Tulio Cristiano Soares de Oliveira	Doutor	40 horas /DE	73.08.01.00-1	Gestão da Qualidade Gestão da Produção Logística
Jarbas Nunes Vidal Filho	Mestre	40 horas /DE	71.03.03.00-6	Informática Aplicada Informática Aplicada II
Robson Campanerut da Silva	Mestre	40 horas /DE	77.02.00.00-99	Relações Interpessoais Metodologia do Trabalho Científico Sociologia Aplicada
Keully Cristynne Aquino Diógenes	Mestre	40 horas /DE	76.02.02.00-99	Contabilidade Geral Gestão de Custos Administração Financeira
Larissa Pinheiro Xavier	Mestre	40 horas /DE	78.02.01.00-8	Português Instrumental
Renivaldo Sodré de Sena	Doutor	40 horas /DE	71.01.02.00-0	Matemática Básica Matemática Financeira Estatística
Jacó Silva Freire	Mestre	40 horas /DE	78.03.11.00-99	Artes
Poliana Freire da Rocha Souza	Mestre	40 horas /DE	74.09.03.00-99	Educação Física
Geraldo Venceslau de Lima Junior	Especialista	40 horas /DE	78.02.15.00-99	Libras

É oportuno salientar que o curso Técnico Subsequente em Administração já possui, em seu quadro de servidores, todo o corpo docente necessário para que as unidades curriculares sejam ministradas em sua plenitude, não necessitando, portanto, da contratação de mais docentes.

21 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O IFCE – *campus* de Tabuleiro do Norte possui, atualmente, 39 servidores técnicos administrativos de diferentes habilitações. A Tabela 6 destaca apenas os servidores TAEs que contribuirão diretamente com o desenvolvimento das atividades do referido curso.

Tabela 6 – Relação dos TAEs que irão atuar no curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio do IFCE – *campus* Tabuleiro do Norte.

Servidor	Cargo	Vínculo	Titulação	Setor
Adriana Maria de Barros Nunes	Assistente em Administração	40h	Especialização	CCA
Anna Ester de Oliveira Araújo	Auxiliar em Administração	40h	Especialização	CCA
Beth Sebna da Silva Menezes	Nutricionista	40h	Especialização	CAE
Fernanda Saraiva Benicio Paulino	Bibliotecário-Documentalista	40h	Especialização	BIBLIOTECA
Francisco George Maia Lima	Assistente em Administração	40h	Graduação	BIBLIOTECA
Julia Livia Viana Franca	Técnico em Assuntos Educacionais	40h	Especialização	CTP
Kaline Maria Machado Ferreira	Técnico em Assuntos Educacionais	40h	Especialização	CTP
Livia Maria Duarte de Castro	Técnico em Assuntos Educacionais	40h	Doutorado	CTP
Maria do Socorro Araújo Vale	Pedagogo-Area	40h	Especialização	CTP
Maria Soares Sousa	Auxiliar de Biblioteca	40h	Especialização	BIBLIOTECA
Milena Freitas Mauricio	Assistente Social	40h	Especialização	CAE
Neomisia Maria Leal da Rocha	Assistente de Aluno	40h	Bacharel	CAE
Pérsia Regilda Maia Rebouças	Enfermeiro-Area	40h	Especialização	CAE
Priscila Marcia Maia da Silva	Auxiliar de Biblioteca	40h	Especialização	BIBLIOTECA

22 INFRAESTRUTURA

22.1 Biblioteca, Instalações e Equipamentos

A Biblioteca Patativa do Assaré, biblioteca do IFCE – *campus* Tabuleiro do Norte, possui área de 160 m², contando com mesas e cabines para estudo em grupo e individual, respectivamente, e ilha digital com acesso à internet. A mesma disponibiliza ambiente climatizado por sistema de ar-condicionado split e iluminação por lâmpadas fluorescentes.

A biblioteca funciona nos três turnos para atendimento ao público. O setor dispõe atualmente de 01 bibliotecária, 01 auxiliar de biblioteca e 01 assistente em administração. Aos usuários vinculados ao IFCE – *campus* Tabuleiro do Norte é concedido o empréstimo domiciliar de livros. As formas de empréstimo, funcionamento e uso da biblioteca estão estabelecidos em regulamento de funcionamento do Sistema de Bibliotecas do IFCE (SIBI-IFCE).

Por estar inserida em uma instituição pública, a biblioteca também é aberta para a comunidade externa, para o uso do espaço e dentre outros serviços, funcionando, assim, ininterruptamente, nos dias úteis das 7h às 20h.

22.1.1 Acervo

A biblioteca Patativa do Assaré possui um acervo de 312 títulos e 1942 exemplares, cadastrados em sua base de dados, e cerca de 360 itens em processamento técnico para também compor o acervo, atendendo a todos os cursos da instituição.

A biblioteca atende a totalidade dos cursos técnicos atualmente ofertados, preparando-se para atender as demandas dos novos cursos a partir da aquisição de materiais informacionais que atendam às áreas do conhecimento.

Atualmente, o acervo encontra-se automatizado, assim como todos os procedimentos de circulação de material através do sistema Sophia (SIBI-IFCE) e do acesso ao portal da Biblioteca Virtual Universitária (BVU) via IFCE, oferecendo aos nossos usuários a autonomia e a praticidade de poder realizar diversos serviços de forma *on-line* e sem a necessidade de passar por um servidor da biblioteca, como por exemplo, a renovação e a reserva de materiais.

22.1.2 Serviços Oferecidos

- a) empréstimo/renovação: a biblioteca oferece o serviço de empréstimo domiciliar/renovação dos materiais para os alunos/servidores devidamente matriculados/registrados no sistema de gerenciamento das bibliotecas do SIBI-IFCE. Os prazos de entrega e renovação estão dispostos no regulamento interno da biblioteca;
- b) consulta local ao acervo: destinada tanto ao público interno quanto externo que comparece à instituição;
- c) catalogação da fonte: confecção das fichas catalográficas provenientes da produção científica do *campus* (livros, monografias, etc);
- d) consultoria bibliográfica: orientação quanto à normalização dos trabalhos acadêmicos produzidos no *campus*, de acordo com as normas técnicas de documentação da ABNT;
- e) acesso ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): desde 2014, o IFCE passou a integrar a Rede Comunidade Acadêmica Federada (CAFE) para facilitar o acesso remoto ao Portal de Periódicos da CAPES, que até então, só era possível no *campus*. Para 2020, a biblioteca pretende promover treinamentos e intensificar a divulgação desse recurso informacional;
- f) levantamento bibliográfico: a biblioteca oferece o serviço de levantamento bibliográfico que consiste na recuperação de fontes de informação local e *on-line* a respeito de determinado assunto;
- g) ambiente para estudos: a biblioteca disponibiliza salas de estudo individual e coletivo contendo 8 cabines e 9 mesas capazes de comportar 8 e 42 alunos, respectivamente;
- h) ilha digital: há ainda uma ilha digital com 4 computadores com acesso à Internet tanto para auxílio na pesquisa e estudo, quanto para a realização de atividades acadêmicas;
- i) acesso à BVU: a BVU é a primeira biblioteca *on-line* com títulos universitários brasileiros em português onde os estudantes podem consultar, na íntegra e gratuitamente, milhares de livros virtuais. A BVU é uma união de diversas editoras a fim de atender todas as áreas do conhecimento. Seu acesso é restrito ao público com vínculo institucional por meio de *login* (matrícula e senha).

22.2 Infraestrutura Física e Recursos Materiais

O Curso Técnico em Administração do *campus* de Tabuleiro do Norte, oferece os recursos materiais básicos para o aluno. O referido curso está compreendido em um *campus* de

aproximadamente 28.245 m², localizado na cidade de Tabuleiro do Norte, CE 377, km 02, Sítio Taperinha.

O *campus* possui 10 (dez) salas de aula, medindo aproximadamente 57,00 m² cada, com condições ambientais adequadas, no que se refere a limpeza, iluminação e acústica. Todas as salas são climatizadas e atendem as exigências de segurança, não oferecendo riscos de acidentes aos servidores e discentes. O prédio é dotado de rampas, corrimões e sinalização que garantem acessibilidade às salas e demais ambientes.

22.2.1 Auditório

O *campus* dispõe de 01 (um) auditório, medindo aproximadamente 200,00 m² com 100 assentos, integrado com projetor multimídia, caixas de som, microfones com/sem fio, mesa de som e tela de projeção retrátil. O ambiente é climatizado e dispõe de condições ambientais adequadas, no que se refere a limpeza, iluminação e acústica, atendendo as exigências de segurança. O espaço é dotado de rampas que garantem acessibilidade, não oferecendo riscos de acidentes aos servidores e discentes. O espaço ainda dispõe de mais 02 (dois) ambientes: sala de controle de áudio e vídeo e camarim de produção artística.

22.2.2 Sala de Videoconferência

O *campus* dispõe de 01 (um) sala de videoconferência medindo aproximadamente 59,00 m² com 45 assentos, integrada com o sistema *PolyCom*. O ambiente é climatizado, dispõe de condições ambientais adequadas no que se refere a limpeza, iluminação e acústica e atende as exigências de segurança, não oferecendo riscos de acidentes aos servidores e discentes. O espaço é dotado de rampas que garantem acessibilidade. Esse espaço serve como espaço para atividades didáticas, tais como, reuniões acadêmicas e administrativas, exibição de filmes e documentários, aulas interativas, reuniões e assuntos similares.

22.2.3 Sala dos Professores

O *campus* dispõe de 1 (um) espaço destinado à sala dos professores, com aproximadamente, 50m², estações de trabalho e armários guarda-volumes. O ambiente dispõe de boa iluminação, é climatizado, apresenta acesso internet via *wi-fi* e cabeada e impressora multifuncional.

22.2.4 Atendimento Individualizado dos Alunos

Atualmente o *campus* dispõe de ambientes para atendimento ao aluno onde profissionais habilitados em assistência social, psicológica, enfermagem e nutrição dão suporte às diferentes demandas auxiliares ao ensino. A infraestrutura do espaço apresenta uma área total de 50 m² distribuídas em 3 salas: ambiente de trabalho, sala de atendimento individual e enfermaria.

22.2.5 Instalações Sanitárias

O *campus* dispõe de instalações sanitárias adequadas às necessidades quantitativas e estão divididas de forma que atendam a todas as áreas físicas da unidade. Os ambientes apresentam boa iluminação e ventilação e são adaptados para portadores de necessidades específicas (cadeirantes).

22.2.6 Espaço de Convivência e Alimentação

O *campus* dispõe de 2 (dois) refeitórios (57 m²) que comportam até 70 usuários simultaneamente. Ainda há um espaço de convivência com aproximadamente 500 m² entre os blocos de ensino e administrativo. O refeitório apresenta boa iluminação e ventilação e são adaptados para portadores de necessidades específicas (cadeirantes).

O *campus* atualmente possui um projeto estrutural para a construção de um refeitório acadêmico orçado em aproximadamente em R\$ 1.150.000,00 (um milhão e cento e cinquenta mil reais) à espera de disponibilização orçamentária para execução.

22.2.7 Acessibilidade e Inclusão

No tocante às instalações físicas, o prédio dispõe de rampa na entrada principal, banheiros e salas de aula adaptados, laboratórios e mesas adequados aos cadeirantes; uma plataforma elevatória para possibilitar aos cadeirantes o acesso ao 2º piso; vagas no estacionamento, sala do NAPNE que permite ao aluno com necessidade específica dispor de todos os espaços de convivência essenciais à sua inclusão.

Em relação aos recursos materiais, o NAPNE dispõe de máquina de escrever em Braille; cadeira de rodas; televisor “LED 32”; projetor Epson; multiplano ou multiuso inclusivo kit "a" com maleta, caixa de som multilaser SP091; encadernadora perfura até 20 folhas

simultaneamente, 60 furos, em aço, trabalho manual; Kit 6 lupas manuais: lupa horizontal, lupa manual sem iluminação acoplada, 2 lupas de apoio (1 ampliação 7x, 1 ampliação 12,5x), lupa manual com iluminação; ferramenta para desenvolver a lógica matemática em alunos, iclus.cegos com 01 tabuleiro e 40 pinos.

22.3 Infraestrutura de Laboratórios

A capilaridade da oferta educacional de qualidade exige investimentos de infraestrutura e de pessoal. Nos últimos 07 (sete) anos, o IFCE – *campus* Tabuleiro do Norte investiu cerca de 05 (cinco) milhões de reais por meio de recursos próprios e emendas parlamentares no melhoramento da infraestrutura, principalmente de salas de aulas e laboratórios ligados à área da indústria.

Atualmente, o *campus* dispõe de 16 laboratórios, entre eles: Biologia/Química, Física/Matemática, Eletroeletrônica, Processos de Soldagem, Motores de Combustão, Tecnologia de Fabricação, Comandos e Instalações Elétricas Industriais, Hidráulica, Pneumática e CLP. Com a criação de novos cursos em outros eixos tecnológicos, o planejamento será investir em laboratórios específicos de outras áreas do conhecimento, como: Produção Cultural e Design, Educação e Tecnologia da Informação e Comunicação, como definido no Estudo de Potencialidades do Baixo Jaguaribe e no PDI da instituição.

22.3.1 Infraestrutura de Laboratório de Informática conectado à Internet

O *campus* possui 02 laboratórios de informática com área de 57 m² e 35 m², respectivamente. Os ambientes possuem computadores com configurações robustas, acesso à internet e projetor multimídia integrado. Os ambientes possuem ar-condicionado split e iluminação por lâmpadas fluorescentes.

22.3.2 Laboratório Específico

✓ **Laboratório de Prática de Gestão:** O *campus* possui 01 laboratório de Prática de Gestão com área de 53 m². O ambiente possui 01 poltrona giratória, 04 poltronas de diretor, 1 mesa de trabalho retangular, 07 mesas dobráveis, 01 mesa de centro, 01 mesa de centro, 01 mesa curva em L, 40 cadeiras, 01 notebook, 01 roteador, 01 projetor de imagens, 02 escaninhos altos, 01 quadro branco fixo, 01 quadro branco móvel, O ambiente possui ar-condicionado split e iluminação por lâmpadas fluorescentes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/7956/5723%3E>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. Brasília, 2021. Disponível em: < <http://cnct.mec.gov.br/>>. Acesso em: 01 maio 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília/DF: 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 94.406, de 08 de junho de 1987**. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Brasília/DF: 1987. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 7566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos estados as escolas de aprendizes e artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Brasília/DF: 1909. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília/DF: 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 19 de abril de 2021

BRASIL. **Decreto Nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília/DF: 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em: 19 de abril de 2021

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília/DF: 2008. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Lei Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Brasília/DF: 2011. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília/DF: 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília/DF: 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.** Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências Rio de Janeiro. 1959. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília/DF: 1959. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20 maio de 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília/DF: 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 20 maio de 2021.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº 39/2004.** Trata da adequação às normas do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Ensino Médio. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº 024/2003.** Consulta sobre a legalidade do Art. 4º da Resolução 2/98, expedida pelo Conselho Municipal de Educação de Manaus. Brasília/DF: 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

BRASIL. **Portaria Nº 330 de 23 de abril de 2013.** Institui o *campus* Avançado de Tabuleiro do Norte a condição de *campus* convencional. Brasília/DF: 2013. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Portaria Nº 687 de 9 de junho de 2008.** Autoriza o Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFET a promover o funcionamento de sua Unidade de Ensino Descentralizada – UNED de Limoeiro do Norte. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002.** Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. Brasília/DF: 2002. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2012.** Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Brasília/DF: 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Resolução nº 01, de 5 de dezembro de 2014.** Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. Brasília/DF: 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 19 de abril de 2021

BRASIL. **Resolução nº 02, de 15 de dezembro de 2020.** Aprova a 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Brasília/DF: 2020. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cnct-api/catalogopdf>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília/DF: 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília/DF: 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 19 de abril de 2021

BRASIL. **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004.** Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF: 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Resolução nº 01, de 21 de janeiro de 2004.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Resolução nº 01, de 21 de janeiro de 2004.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Resolução nº 1 de 05 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2021; Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

Clavatta, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: RAMOS, M.; FRIGOTTO, G.; Clavatta, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Código de Ética.** Resolução COFEN 311/2007, fevereiro de 2007. Rio de Janeiro: COFEN. Disponível em: <http://se.corens.portalcofen.gov.br/codigo-de-etica-resolucao-cofen-3112007>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003

IBGE. Panorama das Cidades, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/tabuleiro-do-norte/panorama>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

IFCE. **Resolução nº 099 de 27 de setembro de 2017**. Aprova o Manual de Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos do IFCE. Fortaleza/CE: 2017. Disponível em: www.ifce.edu.br. Acesso em: 19 de abril de 2021.

IFCE. **Resolução nº 08 de 30 de janeiro de 2017**. Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Fortaleza/CE: 2017. Disponível em: www.ifce.edu.br. Acesso em: 19 de abril de 2021.

IFCE. **Resolução nº 04 de 22 de maio de 2017**. Aprova a ratificação da Resolução nº 056 de 14 de dezembro de 2015, que aprova o Regulamento da Organização Didática. Fortaleza/CE: 2017. Disponível em: www.ifce.edu.br. Acesso em: 19 de abril de 2021.

IFCE. **Resolução nº 028 de 08 de agosto de 2014**. Aprova o Manual do Estagiário do IFCE. Fortaleza/CE: 2014. Disponível em: www.ifce.edu.br. Acesso em: 19 de abril de 2021.

IFCE. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Fortaleza/CE: 2018. Disponível em: www.ifce.edu.br/proap/pdi. Acesso em: 19 de abril de 2021.

IFCE. Projeto Político-Pedagógico Institucional. Fortaleza/CE: 2018. Disponível em: www.ifce.edu.br/proen/projeto-politico-institucional. Acesso em: 19 de abril de 2021.

IFCE. Estudo de Potencialidades da Mesorregião do Baixo Jaguaribe. Disponível em: www.ifce.edu.br/tabuleironorte. Acesso em: 19 de abril de 2021.

IPECE. Cadastro Central de Empresas, 2015. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cepre/tabelas>. Acesso em: 30 de abril 2018.

IPECE. Perfil Básico Regional: Microrregião do Litoral Leste / Jaguaribe, 2016. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [S.l.], v. 2, a. 23, 2007. p. 4-30. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

MOREIRA, Marco Antônio. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

PERDIGÃO, Alberto. Coema aprova projeto de mineração. Disponível em: <http://www.semace.ce.gov.br/2017/09/coema-aprova-projeto-de-mineracao/>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

RABELO, Edimar Filho. **Avaliação – novos tempos, novas práticas**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCALIOTTI, Oswaldo. Deputado estadual Fernando Hugo consegue aprovação de recursos da ordem de R\$ 10 mi para instalação do polo multifuncional metal mecânico do Vale do Jaguaribe, em Tabuleiro do Norte. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

UNESCO. Educação: um tesouro a descobrir. In.: **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. Brasília: MEC/UNESCO, 1998. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em: 19 de abril de 2021.

ANEXO I



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**

DECLARAÇÃO PARA ALUNOS COM REGIME DE TRABALHO REGIDO PELA CLT

Atesto para fins de comprovação no Instituto Federal do Ceará que _____ atua em minha empresa na função de _____ exercendo suas funções em carteira assinada (conforme comprovação em anexo).

Do período de __/__/__ a __/__/____ perfazendo ____ horas de trabalho.

Suas atribuições são:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO

Responsável pela empresa
Nome da empresa com seu CNPJ

ANEXO II



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**

DECLARAÇÃO PARA ALUNOS COM CONTRATO DE TRABALHO

Atesto para fins de comprovação no Instituto Federal do Ceará que _____ atua em minha empresa na função de _____ exercendo suas funções através de acordo firmado por meio de um contrato (conforme comprovação em anexo).

Do período de ___/___/___ a ___/___/___ perfazendo ___ horas de trabalho.

Suas atribuições são:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO

Responsável pela empresa
Nome da empresa com seu CNPJ

ANEXO III



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**

DECLARAÇÃO PARA ALUNOS QUE TRABALHAM COMO AUTÔNOMO

Eu _____ RG nº _____
CPF nº _____, residente na Rua _____,
nº _____, Bairro _____, cidade/estado _____

venho por meio desta DECLARAR junto ao instituto Federal do Ceará – campus Tabuleiro, que não mantenho vínculo empregatício com pessoa física ou jurídica, mas que exerço atividade autônoma de _____ no período de _____ com carga horária total de _____, desenvolvendo as seguintes atividades:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADE DESENVOLVIDAS:

Assinatura do Aluno

ANEXO IV



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**

DECLARAÇÃO PARA ALUNOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS - MEI

Atesto para fins de comprovação no Instituto Federal do Ceará que eu, _____ sou Microempreendedor Individual – MEI com o CNPJ _____. Comprovo isto pelo documento em anexo a este, e esclareço que minha empresa atua com:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA EMPRESA:

Dizer o que é a empresa faz conforme a tabela do “portaldoempreendedor.gov”.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

Fazer uma breve descrição da própria empresa dizendo indicando a .

Assinatura do Aluno



INSTITUTO FEDERAL

Ceará

Campus Tabuleiro do Norte

SEMESTRE I

Código	Componentes Curriculares	C.H	Créd.	Teoria	Prática	Pré-requisito	Subárea
TSAD.101	Matemática Básica	40	2	40	00	--	71.01.02.00-0
TSAD.102	Contabilidade Geral	80	4	60	20	--	76.02.02.00-99
TSAD.103	Introdução ao Empreendedorismo	40	2	30	10	--	76.02.01.00-2
TSAD.104	Rotinas Administrativas	40	2	30	10	--	76.02.01.00-2
TSAD.105	Relações Interpessoais	40	2	40	00	--	77.02.00.00-99
TSAD.106	Fundamentos de Administração	80	4	80	00	--	76.02.01.00-2
TSAD.107	Gestão da Qualidade	40	2	20	20	--	73.08.01.00-1
TSAD.108	Informática Aplicada	40	2	20	20	--	71.03.03.00-6
--	TOTAL	400	20	320	80	--	--

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: MATEMÁTICA BÁSICA	
Código: TSAD.101	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 40 horas CH Prática: 0 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: I	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
Conjuntos numéricos. razão e proporção. Regra de três. Álgebra básica. Resolução de equações. Estatística descritiva básica.	
OBJETIVOS	
Objetivo geral:	
Capacitar o estudante a compreender conceitos e estratégias de matemática básica bem como conceitos básicos de estatística visando dar o embasamento necessário para o bom desenvolvimento das demais disciplinas do curso.	
Objetivos específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> • Estudar operações básicas da Matemática. • Aprender o cálculo de porcentagens. • Elaborar estratégias de resolução de problemas envolvendo números naturais, inteiros e racionais. • Solucionar problemas envolvendo razão, proporção e regra de três. • Saber resolver equações do primeiro e do segundo grau. • Entender os principais conceitos da estatística básica. 	
PROGRAMA	
1. CONJUNTOS NUMÉRICOS	
1.1O Conjunto dos números naturais: propriedades e operações.	
1.2O Conjunto dos números inteiros: propriedades e operações.	
1.3O Conjunto dos números racionais: propriedades e operações.	
1.4O Conjunto dos números irracionais.	
1.5O Conjunto dos números reais; a reta real.	
1.6MMC e MDC: Cálculo e aplicações.	
2. RAZÃO E PROPORÇÃO	
2.1 Definição de razão e proporção.	
2.2 Teorema Fundamental das Proporções.	
2.3 Porcentagem.	
2.4 Regra de Três simples	
2.5 Regra de três composta.	

2.6 Resolução de problemas.

3. RESOLUÇÃO DE EQUAÇÃO

3.1 Equação do Primeiro Grau.

3.2 Equação do Segundo Grau.

3.3 Sistema de equações com duas incógnitas.

3.4 Solução geométrica de um sistema de equações de primeiro grau.

4. TÓPICOS DE ESTATÍSTICA DESCRITIVA

4.1 Conceitos básicos estatística descritiva.

4.2 Distribuição de frequências.

4.3 Tabelas e gráficos.

4.4 Medidas de tendência central.

4.5 Medidas de dispersão.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas, dialogadas e participativas. Estudos dirigidos. Atividades individuais e/ou coletivas.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios.

Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

[1] IEZZI, Gelson. **Matemática, volume único**. 6ª Ed. São Paulo: Atual, 2011.

[2] TRIOLA, Mário F. **Introdução à Estatística atualização da tecnologia**. 11ª Ed. São Paulo: LTC, 2013.

[3] MOLTER, A. *et al.* **Tópicos de matemática básica**. São Paulo: Ciência Moderna, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

[1] CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística Fácil**. 19 Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

[2] BUSSAB, Wilton O. e MORETTIN, Pedro A. **Estatística Básica**. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

[3] IEZZI, Gelson. **Fundamentos de Matemática Elementar-Matemática Comercial, Matemática Financeira e Estatística Descritiva**. São Paulo: Editora Atual: 2004.

[4] SCHWERTL, Simone Leal. **Matemática básica**. 3ª Ed. São Paulo: Edifurb, 2012.

[5] SILVEIRA, Ênio; MARQUES, Cláudio. **Matemática: compreensão e prática**. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2013.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL	
Código: TSAD.102	
Carga Horária Total: 80 horas	CH Teórica: 60 horas CH Prática: 20 horas
Número de Créditos: 4	
Pré-requisitos:	
Semestre: I	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
Contabilidade: conceitos e finalidades; O patrimônio: conceito, estrutura e variações; Estática e dinâmica patrimonial; Contas: conceitos, classificação e plano de contas; Escrituração: método das partidas dobradas; Noções de demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício e Demonstração dos Fluxos de Caixa.	
OBJETIVO	
Compreender a abrangência da contabilidade Gerencial e sua importância estratégica para a empresa fazer frente à competitividade, no mercado de trabalho; evidenciar o conjunto mínimo de ferramentas para efetivação da Contabilidade Gerencial dentro de uma empresa; Desenvolver e ampliar conhecimentos e habilidades em controles que possam garantir o fluxo das operações e informações das Organizações.	
PROGRAMA	
UNIDADE I – Noções Preliminares de Contabilidade. UNIDADE II – O Patrimônio. UNIDADE III – Plano de Contas. UNIDADE IV – Demonstrações Financeiras. UNIDADE V - Balanço Patrimonial. UNIDADE VI – Demonstração do Resultado do Exercício. UNIDADE VII - Demonstração dos Fluxos de Caixa.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
A aula será expositiva-dialógica, em que se fará uso de debates, realização de seminários, assim como resolução de atividades dirigidas e trabalhos teóricos, dentre outros. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco, o projetor de slides, etc. Elaboração de relatórios gerenciais.	
AVALIAÇÃO	

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, conforme vivência com a turma, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios.

Alguns critérios que podem ser avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

A prática enquanto componente curricular do ensino será avaliada pela elaboração de demonstrações financeiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- [1] MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2010.
[2] PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica - Contabilidade Introdutória e Intermediária**. São Paulo. Atlas, 2017.
[3] SANTOS, Antônio Sebastião. **Contabilidade**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] BAZZI, Samir, **Contabilidade em Ação**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2014.
[2] CHING, Hong Yuh; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. **Contabilidade e finanças para não especialistas**. 2ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
[3] MULLER, Aderbal. **Contabilidade introdutória**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.
[4] PADOVEZE, Clóvis Luís; MARTINS, Miltes Angelita Machuca. **Contabilidade e gestão para micro e pequenas empresas**. Curitiba: Intersaberes, 2014.
[5] SAPORITO, Antônio. **Contabilidade geral: fundamentos e prática do raciocínio contábil**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____
--	--------------------------------------

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO EMPREENDEDORISMO	
Código: TSAD.103	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 30 horas CH Prática: 10 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: I	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
Conceitos preliminares de Empreendedorismo. Habilidades e comportamento empreendedor. Tipos de empreendedorismo. Liderança.	
OBJETIVO	
Reconhecer características de um empreendedor. Elucidar um histórico sobre a prática empreendedora e a sua importância para a sociedade. Discutir o fenômeno da liderança e sua importância social.	
PROGRAMA	
<p>1. EMPREENDEDORISMO</p> <p>1.1 Histórico e Pensadores do Empreendedorismo.</p> <p>1.2 O Papel dos Empreendedores na Sociedade.</p> <p>1.3 Os mitos do empreendedorismo.</p> <p>2. COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR</p> <p>2.1 Liderança.</p> <p>2.2 Planejamento empreendedor pessoal.</p> <p>2.3 Tipos de empreendedores.</p> <p>3. CENÁRIOS DO EMPREENDEDOR</p> <p>3.1 Afro empreendedorismo.</p> <p>3.2 Empreendedorismo feminino: discussões sobre gênero.</p>	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Exposições dialogadas dos diversos tópicos do programa, exemplificando e ilustrando a aula através de fotos, figuras, diagramas e vídeos, utilizando dispositivo de apresentação multimídia e/ou quadro branco. Coleta de dados e seleção de oportunidades de mercado para desenvolver uma atividade empreendedora. Elaboração e desenvolvimento prático de um Plano de Negócios.	
AValiação	

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios.

Alguns critérios que podem ser avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

A prática enquanto componente curricular do ensino será avaliada pela elaboração de um Plano de Negócios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

[1] DORNELAS, José. **Introdução ao Empreendedorismo: desenvolvendo habilidades para fazer acontecer**. São Paulo: Empreende, 2018.

[2] _____. **Empreendedorismo na Prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: LCT, 2015.

[3] FABRETE, Tereza Cristina. **Empreendedorismo**. 2ª Ed. [livro eletrônico] São Paulo: Pearson, 2019.

[4] MAXIMIANO, A. C. **Administração para empreendedores**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

[1] DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. 3ª Ed. rev. e atual. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

[2] PESCE, Bel. **A menina do Vale: como o empreendedorismo pode mudar a sua vida**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

[3] SERTEK, Paulo. **Empreendedorismo** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2012.

[4] SINEK, Simon. **Comece pelo porquê: como grandes líderes inspiram pessoas e equipes para agir**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

[5] RIES, Eric. **A startup enxuta: como usar a inovação contínua para criar negócio radicalmente bem-sucedidos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: ROTINAS ADMINISTRATIVAS	
Código: TSAD.104	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 30 horas CH Prática: 10 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: I	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
Rotinas de escritório a partir das funções administrativas. Desenho organizacional e modelagem do trabalho. Estilos e sistemas gerenciais.	
OBJETIVO	
<p>Objetivo geral Compreender técnicas administrativas e os conceitos teóricos que as justificam para ação gerencial e desempenho das funções administrativas em todos os tipos de organização.</p> <p>Objetivos específicos Buscar uma visão abrangente e integrada das atividades administrativas; Relacionar as atividades administrativas com as outras áreas das organizações numa perspectiva sistêmica.</p>	
PROGRAMA	
<ol style="list-style-type: none"> 1. O PROCESSO ADMINISTRATIVO – CONCEITO; <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Interdependência das funções de Administração. 2. PLANEJAMENTO <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Conceito de Planejamento. 2.2 Planejamento nos níveis administrativos: estratégico, tático e operacional. 3. ORGANIZAÇÃO <ol style="list-style-type: none"> 3.1 Conceito de organização. 3.2 Desenho Organizacional: conceitos e características do desenho organizacional. 3.3 Tipos de desenho organizacional. 3.4 Departamentalização: critérios de departamentalização. 4. DIREÇÃO <ol style="list-style-type: none"> 4.1 Conceito de Direção. 4.2 Características da função de direção níveis administrativos: direção, gerência e supervisão. 	

<p>4.3 Comunicação: Canais e instrumentos de comunicação.</p> <p>5. CONTROLE</p> <p>5.1 Conceito e importância do controle.</p> <p>5.2 Tipos de Controle.</p> <p>5.3 Etapas no processo de controle.</p> <p>5.4 Técnicas de controle: quantitativas e qualitativas.</p> <p>6. TOMADA DE DECISÕES</p>	
METODOLOGIA DE ENSINO	
<p>Exposições dialogadas dos diversos tópicos do programa, exemplificando e ilustrando a aula através de fotos, figuras, diagramas e vídeos, utilizando dispositivo de apresentação multimídia e/ou quadro branco. Visitas técnicas a obras de instalações e montagens de que se relacionam com o foco do curso, caracterizando a prática da disciplina.</p>	
AValiação	
<p>A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios.</p> <p>Alguns critérios que podem ser avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho).</p> <p>A prática enquanto componente curricular do ensino será avaliada pela elaboração de um Planejamento Estratégico de uma organização da região do Vale Jaguaribe.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>[1] CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 5ª Ed. Barueri: Manole, 2013.</p> <p>[2] LLATAR, Maria Virgínia. Organização, sistemas e métodos. 2ª Ed. São Paulo: Pearson Educação do Brasil, 2018.</p> <p>[3] SORDI, José Osvaldo de. Gestão por processos. São Paulo: Saraiva, 2008.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>[1] CARAVANTES, Geraldo R.; PANNO, Cláudia C.; KLOECKNER, Mônica C. Administração: teorias e processo. Pearson Prentice Hall, 2005.</p> <p>[2] MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à administração. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>[3] SOBRAL, F.; PECCI, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice, 2008.</p> <p>[4] ORLICKAS, Elizenda. Modelos de Gestão: das teorias administração à gestão estratégica [livro eletrônico]. Curitiba: Interssaberes, 2012.</p> <p>[5] TACHIZAWA, T. Organização flexível: a qualidade na gestão por processos. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p>	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: RELAÇÕES INTERPESSOAIS	
Código: TSAD.105	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 40 horas CH Prática: 0 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: I	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
Desenvolvimento humano no ciclo da vida e bem-estar. Índices de bem-estar e desenvolvimento humano. Relações interpessoais, os cuidados de si e do outro. Ética e Cidadania. Ética Profissional. Educação socioemocional	
OBJETIVOS	
<p>Objetivo geral: Apresentar um panorama geral sobre qualidade, ética e profissionalismo e suas aplicações no mercado de trabalho.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar para a importância do processo de interação entre as pessoas no ambiente de trabalho. • Compreender conceitos correlatos ao relacionamento intra e interpessoais construtivos. • Identificar as variáveis e aspectos que interferem no processo de interação entre as pessoas. 	
PROGRAMA	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Comportamento profissional. 2. Atitudes no serviço. 3. Personalidade e relacionamento. 4. Eficácia no comportamento interpessoal. 5. Comportamento receptivo e defensivo – feedback. 6. Ética e cidadania. 7. Ética e diversidade étnico-racial. 8. Ética profissional. 9. Competência interpessoal. 10. Interação e participação grupal. 11. Conflito no grupo. 12. Liderança. 13. Assédio no trabalho. 	

14. Saúde mental no trabalho.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
<p>As aulas seguirão um formato de exposição dialogada, priorizando a participação dos estudantes através de debates, estudos de caso, seminários, exibição de vídeos, dinâmicas, estudos direcionados e outras atividades – individuais ou grupais – mediante orientação ativa do professor e fomentadas por consulta prévia ou presencial a materiais específicos. Como material de trabalho serão utilizados, além do apoio bibliográfico, quadro branco e pincel, outros recursos audiovisuais (lousa digital, projetor de slides, <i>notebook</i>, filmes e documentários em DVD, entre outros), que atuem como suporte do conteúdo abordado, assegurando assim o aprimoramento da aprendizagem. Como complemento às aulas práticas, serão realizadas visitas técnicas a diferentes organizações de trabalho, de modo a propiciar experiências mais próximas da realidade laboral.</p>	
AVALIAÇÃO	
<p>A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios.</p> <p>Alguns critérios que podem ser avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho).</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>[1] CARVALHO, Maria do Carmo Nacif de. Relacionamento Interpessoal: como preservar o sujeito coletivo. Rio de Janeiro: LCT, 2015.</p> <p>[2] CRIVELLARO, Rafael. Dinâmica das relações Interpessoais. São Paulo: Alínea, 2013.</p> <p>[3] CZAJKOWSKI, Adriana. Construindo relacionamentos no contexto organizacional [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2020.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>[1] COSTA, Eliane Porangaba. Técnicas de dinâmica: facilitando o trabalho com grupos. Rio de Janeiro: WAK, 2002.</p> <p>[2] COSTA, Wellington Soares. Humanização, relacionamento interpessoal e ética. São Paulo, 2004.</p> <p>[3] MINICUCCI, Agostinho. Relações humanas: psicologia das relações interpessoais. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>[4] MOSCOVICI, F. Equipes dão certo. Rio de Janeiro: José Olímpyo, 2002.</p> <p>[5] WOOD JR., Thomaz. Comportamento organizacional. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p>	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO	
Código: TSAD.106	
Carga Horária Total: 80 horas	CH Teórica: 80 horas CH Prática: 0 horas
Número de Créditos: 4	
Pré-requisitos:	
Semestre: I	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
Histórico sobre a evolução da administração enquanto ciência. Papel do administrador. Funções administrativas. Introdução às principais teorias da administração.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer noções gerais introdutórias de Economia. • Apreender uma visão histórica das Teorias da Administração e suas aplicações nas organizações atuais. • Especificar o papel do administrador e das funções administrativas. • Relacionar as teorias da administração, numa visão histórica-crítica. • Apresentar/Conhecer noções de ética, responsabilidade social e ambiental. 	
PROGRAMA	
UNIDADE I – Conceito de organização e o papel da Administração. UNIDADE II – Histórico sobre a evolução da administração; Evolução das abordagens. UNIDADE III – Noções de Economia. Teoria e conceitos do Mercado: Função da demanda, Função da oferta, e Equilíbrio (preço e quantidade).	
METODOLOGIA DE ENSINO	
A aula será expositiva-dialógica, em que se fará uso de debates, realização de seminários, assim como resolução de atividades dirigidas e trabalhos teóricos, dentre outros. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco, o projetor de slides, etc.	
AVALIAÇÃO	
<p>A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios.</p> <p>Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho).</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

- [1] CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- [2] COLTRE, Sandra Maria. **Fundamentos de Administração: um olhar transversal**. [livro eletrônico]. Curitiba. Interssaber, 2014.
- [3] VIZEU, Fábio. **Teorias da Administração: origem, desenvolvimento e implicações**. [livro eletrônico]. Curitiba. Interssaber, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração: abordagens prescritivas e normativas**. 7ª Ed. Barueri: Manole, 2014. v. 1.
- [2] DAFT, Richard L. **Administração**. 6ª Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- [3] MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração para empreendedores**. 2ª Ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011.
- [4] MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- [5] SILVA, Reinaldo O. da. **Teorias da administração**. 3ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____
--	--------------------------------------

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: GESTÃO DA QUALIDADE	
Código: TSAD.107	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 20 horas CH Prática: 20 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: I	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
<p>Conceito de qualidade; Histórico da evolução da qualidade; Qualidade em serviços; A qualidade voltada para o cliente e o Lado humano da qualidade; Gurus da Qualidade; Gestão da Qualidade Total (GQT); principais processos de uma empresa; Ferramentas básicas na Gestão da qualidade. Certificação de qualidade ISO 9000 e selo da qualidade SEBRAE.</p>	
OBJETIVO	
<p>Objetivo geral: Fornecer ao acadêmico uma visão ampla da importância do gerenciamento da qualidade no desenvolvimento de serviços ou de produtos.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar o entendimento sobre a importância dos conceitos atrelados à gestão da qualidade como modelo de excelência para a gestão organizacional. • Compreender os fundamentos básicos da gestão da qualidade. • Estudar os diversos autores e suas considerações sobre a gestão da qualidade bem como suas implicações. 	
PROGRAMA	
<p>1. QUALIDADE E PRODUTIVIDADE</p> <p>1.1 Evolução do processo de qualidade.</p> <p>1.2 Conceitos básicos.</p> <p>1.3 Significado e abrangência e fundamentos da qualidade.</p> <p>2. TRIBOLOGIA DE JURAN</p> <p>2.1 controle de Processo e PDCA.</p> <p>3. FERRAMENTAS DA QUALIDADE</p> <p>4. SISTEMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE</p>	
METODOLOGIA DE ENSINO	
<p>Exposições dialogadas dos diversos tópicos do programa, exemplificando e ilustrando a aula através de fotos, figuras, diagramas e vídeos, utilizando dispositivo de apresentação multimídia</p>	

e/ou quadro branco; Visitas técnicas a obras de instalações e montagens de que se relacionam com o foco do curso.

AVALIAÇÃO

A Avaliação será processual e contínua. A assiduidade e participação dos discentes nas aulas contabilizarão notas. Além disso, serão realizadas avaliações escritas e práticas; trabalhos individuais e relatório de atividades desenvolvidas. Serão realizadas, no mínimo, duas avaliações a cada etapa. A prática enquanto componente curricular do ensino será avaliada pela elaboração de estudos de caso utilizando ferramentas da qualidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- [1] ACADEMIA PEARSON. **Gestão da Qualidade**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 1ª Ed.
- [2] Alexandre Luzzi Las Casas. **Qualidade total em serviços: Conceitos, Exercícios, Casos práticos**. Editora: Atlas, 6ª edição (2008).
- [3] CARVALHO, M. M; PALADINI, EDSON P. [et al.] **Gestão da Qualidade: teorias e casos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 – 10ª reimpressão.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] ABNT, NBR ISO 9000. **Sistemas de gestão da qualidade – Fundamentos e vocabulário**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de normas Técnicas, 2000.
- [2] CAMPOS, Vicente Falconi. **TQC - Controle da Qualidade Total no estilo japonês**. 8ª Ed. Minas Gerais: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 2004.
- [3] CASAS, Alexandre Luzzi Las. **Qualidade Total em Serviços: conceitos, exercícios, casos práticos**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- [4] JÚNIOR, Isnard Marshall. **Gestão da Qualidade**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- [5] SANTOS, Rejane. **ISO 9000 Na Hotelaria: O Primeiro Passo Para Atingir a Excelência**. Qualitymark.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: INFORMÁTICA APLICADA	
Código: TSAD.108	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 20 horas CH Prática: 20 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: I	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
<p>Introdução ao computador: Hardware, Software, Sistemas Operacionais Desktop e Móvel; E-mail; Internet; Sistemas institucionais; Gerenciamento e Armazenamento em Nuvem; Pacotes de Escritório: Documentos, Planilhas, Apresentações, Formulários, Conferências Web, Sala de Aula Virtual; Usabilidade: Navegadores, Limpeza de Cache, Ambientação dos Sistemas Operacionais, Outros.</p>	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer conceitos básicos de informática. • Aprender a utilizar um editor de texto; editor de slides, editor de planilhas de cálculo. • Identificar e compreender quais as vantagens e os cuidados de navegar na rede. 	
PROGRAMA	
<p>UNIDADE I - Introdução ao computador. UNIDADE II - Sistema Operacional. UNIDADE III - Editor de texto. UNIDADE IV - Editor de planilha de cálculo UNIDADE V - Editor de slide. UNIDADE VI - Internet.</p>	
METODOLOGIA DE ENSINO	
<p>Esta disciplina contará com aulas teóricas expositivas e práticas. Nas aulas teóricas será utilizada a exposição de conceitos e vídeos explicativos. As aulas práticas e teóricas serão ministradas no laboratório de informática, assimilando a teoria com a prática na elaboração e apresentação de projetos.</p>	
AValiação	

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplinas e bimestres, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº. 9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas. Os critérios de verificação do desempenho acadêmico dos estudantes são tratados pela Organização Didática do IFCE. A prática enquanto componente curricular do ensino será avaliada pela elaboração de planilhas eletrônicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- [1] CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à informática**. 8ª Ed. São Paulo: Pearson, 2004.
- [2] COX, Joyce *et al.* **Microsoft Office System 2007**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2008.
- [3] DONDA, Daniel. **Administração do Windows Server 2008 R2: Server Core**. Rio de Janeiro, RJ: Brasport, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. **Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down**. 6ª Ed. São Paulo, SP: Pearson, 2013.
- [2] NEMETH, Evi; SNYDER, Garth; HEIN, Trent R. **Manual completo do Linux: guia do administrador**. 2ª Ed. São Paulo, SP: Pearson, 2007.
- [3] PREPPERNAU, Joan; COX, Joyce. **Windows 7**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.
- [4] SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter Baer; GAGNE, Greg. **Fundamentos de sistemas operacionais**. 8ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2014.
- [5] TANENBAUM, Andrew S.; AUSTIN, Todd. **Organização estruturada de computadores**. 6ª.Ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2013.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL

Ceará

Campus Tabuleiro do Norte

SEMESTRE II							
Código	Componentes Curriculares	C.H	Créd.	Teoria	Prática	Pré-requisito	Subárea
TSAD.201	Matemática Financeira	40	2	30	10	--	71.01.02.00-0
TSAD.202	Gestão de Custos	80	4	60	20	--	76.02.02.00-99
TSAD.203	Criação de Novos Empreendimentos	40	2	30	10	--	76.02.01.00-2
TSAD.204	Português Instrumental	40	2	30	10	--	78.02.01.00-8
TSAD.205	Legislação Aplicada as Empresas	80	4	80	00	--	76.02.01.00-2
TSAD.206	Gestão de Pessoas	80	4	60	20	--	76.02.01.00-2
TSAD.207	Gestão da Produção	40	2	40	00	--	73.08.01.00-1
--	TOTAL	400	20	330	70	--	--

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: MATEMÁTICA FINANCEIRA	
Código: TSAD.201	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 30 horas CH Prática: 10 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: II	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
Conceitos Básicos. Regime de Capitalização Simples e Juros simples. Regime de Capitalização Composta e Juros Compostos. Taxas. Descontos. Série de Pagamentos. Sistemas de Amortização. Mercado Financeiro e Análise de Investimentos	
OBJETIVOS	
<p>Objetivo geral: Estudar os conceitos matemáticos atrelados às transações financeiras cotidianas e, conseqüentemente, tomar decisões conscientes e inteligentes, baseadas no conhecimento do sistema de juros inerente a essas transações.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o fundamento da matemática aplicada a finanças. • Calcular juros simples e compostos. • Saber realizar transformações entre taxas de juros reais e nominais. • Compreender o significado de taxas de juros proporcionais e equivalentes. • Analisar e comparar descontos por dentro (racional) ou por fora (comercial). • Construir fluxo de caixa calculando descontos e taxas de retorno. 	
PROGRAMA	
<p>1. FUNDAMENTOS DA MATEMÁTICA FINANCEIRA</p> <p>1.1 Capital como fator de produção.</p> <p>1.2 Fatores que determinam a existência de juros.</p> <p>1.3 Regimes de capitalização.</p> <p>1.4 Valor do dinheiro no tempo e equivalências.</p> <p>1.5 Análise Matemática versus Análise Contábil.</p> <p>2. JUROS SIMPLES</p> <p>2.1 Valor Presente e Valor Futuro.</p> <p>2.1.1 Taxas Proporcionais.</p> <p>2.1.2 Taxas Equivalentes.</p> <p>2.2 Descontos simples.</p> <p>2.2.1 Desconto Bancário.</p> <p>2.2.2 Desconto Racional.</p> <p>2.2.3 Saldos Bancários.</p> <p>3. JUROS COMPOSTOS</p>	

- 3.1 Fator de Acumulação de Capital em Pagamentos Simples.
- 3.2 Fator de Valor Atual em Pagamentos Simples.
- 3.3 Desconto Composto.
 - 3.3.1 Desconto Bancário.
 - 3.3.2 Desconto Racional.
- 3.4 Fator de Acumulação de Capital em Séries Uniformes.
- 3.5 Fator de Valor Atual em Série Uniforme.
- 3.6 Fator de Formação de Capital em Série Uniforme.
- 3.7 Fator de Recuperação de Capital em Série Uniforme.
- 3.8 Relação entre os Fatores.
- 3.9 Série em Gradiente.
- 3.10 taxa Nominal e Efetiva.

4. SISTEMAS DE AMORTIZAÇÃO

- 4.1 Sistema do Montante.
- 4.2 Sistema de Juros Antecipados.
- 4.3 Sistema Americano.
- 4.4 Sistema Price, Francês ou de Prestações Constantes.
- 4.5 Sistema de Amortizações Constantes – SAC.
- 4.6 Sistema de Amortizações Misto – SAM.

5. MERCADO FINANCEIRO

- 5.1 As Taxas de Juros.
 - 5.1.1 A Taxa Over.
 - 5.1.2 TBF.
 - 5.1.3 TR.
 - 5.1.4 TJLP.
- 5.2 Aplicações Financeiras com Rendas Fixas.
 - 5.2.1 Aplicações Financeiras com Renda Pré-fixada.
 - 5.2.2 Aplicações Financeiras com Renda Pós-Fixada.
- 5.3 Operações de Empréstimos e Financiamentos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas, dialogadas e participativas. Estudos dirigidos. Atividades individuais e/ou coletivas.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios.

Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- [1] ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **Matemática financeira**. São Paulo: Atlas. 1993.
- [2] ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira e suas aplicações**. São Paulo: Atlas, 2003.
- [3] KUHNEN, Osman Leonardo. **Matemática financeira empresarial**. São Paulo: Atlas. 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] CESAR, Benjamin. **Matemática financeira: teoria e 700 questões.** São Paulo: Elsevier. 2005.
- [2] MATHIAS, Washington Franco. **Matemática financeira: com mais de 600 exercícios resolvidos e propostos.** São Paulo: Atlas, 2004.
- [3] PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática financeira: objetiva e aplicada.** São Paulo: Saraiva. 2004.
- [4] SILVA, André Luiz Carvalhal da. **Matemática financeira aplicada.** São Paulo: Atlas. 2008.
- [5] VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. **Matemática financeira: edição compacta.** São Paulo: Atlas. 2000.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: GESTÃO DE CUSTOS	
Código: TSAD.202	
Carga Horária Total: 80 horas	CH Teórica: 60 horas CH Prática: 20 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: II	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
<p>Conceitos básicos e classificações de custos. Custos gerais de produção/serviços. Métodos de custeio: absorção e variável. Análise de custos: margem de contribuição, ponto de equilíbrio, margem de segurança e relação custo-volume-lucro. Formação do preço de venda. Planejamento de lucro: vendas, custos, despesas e resultado.</p>	
OBJETIVO	
<p>Objetivo geral: Compreender a estrutura de custos e a formação de preços de vendas, entendendo os principais conceitos de custos e sua aplicabilidade nos diferentes tipos de empreendimentos, articulando ainda conhecimento sobre as ferramentas específicas e condições de mercado como subsídio para tomadas de decisões que visem à competitividade no negócio de forma sustentável e perene.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar a estrutura de custos de uma atividade empresarial, independentemente de seu objeto social, seja indústria, comércio ou serviço; • Elaborar preços de produtos ou serviços para fins de gestão empresarial; • Tomar decisões estratégicas envolvendo a estrutura de custos e produtos, podendo identificar problemas ou oportunidades e sugerir soluções práticas do cotidiano empresarial; • Dominar as atuais práticas de custeio de formação de preços, de modo a promover um maior conhecimento acerca do mercado de trabalho. 	
PROGRAMA	
UNIDADE I - CONCEITOS BÁSICOS E CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS	
UNIDADE II - MÉTODOS DE CUSTEIO	
<ul style="list-style-type: none"> • Absorção. • Variável. 	
UNIDADE III - CUSTOS GERAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Custos no comércio. • Custos na prestação de serviços. • Custos na indústria. 	

UNIDADE IV - ANÁLISE DE CUSTOS

- Margem de contribuição.
- Ponto de equilíbrio.
- Margem de segurança.
- Relação custo-volume-lucro.

UNIDADE V – FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA

UNIDADE VI - PLANEJAMENTO DE LUCRO: VENDAS, CUSTOS, DESPESAS E RESULTADO

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas, dialogadas e participativas, em que se fará uso de debates, assim como resolução de atividades dirigidas e trabalhos teóricos, dentre outros. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco, o projetor de slides, etc.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios.

Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

A prática enquanto componente curricular do ensino será avaliada pela elaboração de um planejamento de lucro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

[1] YANASE, João. **Custos e formação de preços: Importante ferramenta para tomada de decisões**. São Paulo: Trevisan Editora, 2018.

[2] HILL, Peter. **O preço é o lucro: Como multiplicar a lucratividade do seu negócio por meio da gestão profissional dos preços**. São Paulo: Editora Autêntica Business, 2020.

[3] COGAN, Samuel. **Custos e formação de preços: análise e prática**. São Paulo: Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

[1] CHING, Hong Yuh. **Contabilidade gerencial: novas práticas contábeis para gestão de negócios**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

[2] CRUZ, June A. C. *et al.* **Formação de preços: mercado e estrutura de custos** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2012.

[3] IZIDORO, Cleyton. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

[4] MEGLIORINI, Evandir. **Custos: análise e gestão**. 3ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

[5] SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa. **Gestão de custos**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2006.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: CRIAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS	
Código: TSAD.203	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 30 horas CH Prática: 10 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: II	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
Inovação. Reflexão sobre oportunidades de negócios. Planejamento e análise de cenários. Modelagem de negócios. Introdução à Gestão de projetos.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a reflexão de ideias para novos negócios. • Discutir oportunidades de negócios, visão de futuro e estabelecimento de metas. • Refletir sobre os processos de inovação. • Apresentar a modelagem de negócios enquanto metodologia de criação de novos empreendimentos. • Conhecer conceitos elementares da gestão de projetos e suas aplicações cotidianas. 	
PROGRAMA	
CRIAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1.1. Inovação e criatividade. 1.2. Tecnologia da informação: Prospecção. 1.3. Sustentabilidade e inovação sustentável. 1.4. Ideias e oportunidades. 1.5. Visão de Futuro e Estabelecimento de Metas. 1.6. Design Thinking. 1.7. Modelo de Negócios e Quadro de Modelo de Negócios. 1.8. Produto Mínimo Viável: Prototipagem. 1.9. Canais para o Modelo de Negócios. 1.10. Discussões práticas sobre o Pitch. 	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Exposições dialogadas dos diversos tópicos do programa, exemplificando e ilustrando a aula através de fotos, figuras, diagramas e vídeos, utilizando dispositivo de apresentação multimídia e/ou quadro branco. Coleta de dados e seleção de oportunidades de mercado para desenvolver uma atividade empreendedora. Elaboração e desenvolvimento prático de um Plano de Negócios.	
AValiação	
A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo,	

visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios.

Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

A prática enquanto componente curricular do ensino será avaliada pela elaboração de um Plano de Negócios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

[1] OSTERWALDE, A. **Business Model Generation - Inovação em Modelos de Negócios: um manual para visionários, inovadores e revolucionários**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.

[2] VIANNA, M. et al. **Design Thinking: Inovação em negócios**. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012.

[3] ZULA Garcia Giglio; Solange Muglia WECHSLER; Denise BRAGOTTO, (orgs.). **Da criatividade à inovação** [livro eletrônico] - Campinas-SP: Papirus, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

[1] BROWN, T. **Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias**. Rio de Janeiro: Campus, 2010

[2] DORNELAS, J. C. A; TIMMONS, J. A., SPINELLI, S. **Criação de novos negócios: Empreendedorismo para o século 21**. São Paulo: Elsevier, 2010.

[3] STADLER, Adriano (org). **Empreendedorismo e Responsabilidade Social** [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014.

[4] VICENTE, ARP. **Gestão estratégica da inovação** [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020.

[5] VIDAL, A. **Agile Think Canvas** [livro eletrônico]. São Paulo: Brasport, 2017

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	
Código: TSAD.204	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 30 horas CH Prática: 10 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: II	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
Ortografia Oficial. Pontuação. Uso da Crase. Concordância Nominal e Verbal. Regência Nominal e Verbal. Interpretação e Compreensão de Textos. Redação Oficial. Figuras de Linguagem. Tipologias textuais. Gêneros textuais	
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar o conhecimento (teórico e prático) sobre as convenções relacionadas ao registro padrão escrito. • Recuperar o tema e a intenção comunicativa dominante. • Reconhecer, a partir de traços caracterizadores manifestos, a(s) sequência(s) textuais presente(s) e o gênero textual configurado. • Descrever a progressão discursiva. • Identificar os elementos coesivos e reconhecer se os mesmos sinalizam a retomada ou o acréscimo de informações. • Avaliar o texto, considerando a articulação coerente dos elementos linguísticos, dos parágrafos e demais partes do texto; a pertinência das informações e dos juízos de valor; e a eficácia comunicativa. 	
PROGRAMA	
UNIDADE I - A origem da língua Portuguesa. A tradição Tupi na formação da língua Portuguesa.	
UNIDADE II - Tópicos de gramática: Padrões frasais escritos; Convenções ortográficas; Pontuação; Concordância; Regência; Tópicos de leitura e produção de textos.	
UNIDADE III - Competências necessárias à leitura e à produção de textos: competência linguística, enciclopédica e comunicativa; Tema e intenção comunicativa; Progressão discursiva.	
UNIDADE IV - Paragrafação: organização e articulação de parágrafos (descritivos, narrativos, argumentativos); Sequências textuais (descritiva, narrativa, argumentativa e injuntiva): marcadores linguísticos e elementos macroestruturais básicos; Gêneros textuais (especificamente jornalísticos, técnicos e científicos): elementos composicionais, temáticos,	

estilísticos e programáticos; Coesão: mecanismos principais; Coerência: tipos de coerência (interna e externa) e requisitos de coerência interna (continuidade, progressão, não-contradição e articulação).

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas, expositivas, seminários e trabalhos em grupos e/ou individuais. As aulas teóricas terão como enfoque a contextualização e interdisciplinaridade, buscando relacionar os conteúdos com situações do cotidiano dos alunos e com outras áreas do conhecimento a fim de discutir também os temas transversais, como Direitos Humanos, Ética, Orientação sexual, Meio ambiente, Saúde, Pluralidade cultural e Trabalho e consumo. A participação dos alunos será fator essencial no decorrer das aulas, sempre instigando a curiosidade e a pesquisa.

AVALIAÇÃO

A avaliação será dada de maneira contínua, quantitativa e qualitativa. Os alunos serão avaliados através de provas escritas individuais, trabalhos em grupos, seminários, pesquisa, participação, resolução de exercícios e na confecção (prática) de jornais, revistas e/ou relatórios sobre as atividades que envolvem o *campus* e a comunidade de Tabuleiro do Norte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- [1] ABREU, Antônio Suárez. **Curso de redação**. 11ª Ed. São Paulo: Ática, 2000.
- [2] CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: Linguagens**. 8ª Ed. reform. São Paulo: Atual, 2012.
- [3] FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Oficina de texto**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 40ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- [2] EREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Texto e interação: uma proposta de produção textual a partir de gêneros e projetos**. São Paulo: Atual, 2000.
- [3] MAZZAROTTO, Luiz Fernando. **Nova redação, gramática & literatura: aprenda a elaborar textos claros, objetivos e eficientes**. 2ª Ed. São Paulo: DCL, 2009.
- [4] NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf. **O português e o tupi no Brasil**. Editora Contexto, 2010.
- [5] SALVADOR, Arlete. **Para escrever bem no trabalho: do WhatsApp ao relatório**. São Paulo: Contexto, 2015.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO APLICADA AS EMPRESAS	
Código: TSAD.205	
Carga Horária Total: 80 horas	CH Teórica: 80 horas CH Prática: 0 horas
Número de Créditos: 4	
Pré-requisitos:	
Semestre: II	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
Constituição Federal de 1988. Noções fundamentais de Direito do Trabalho e relação de emprego. Legislação de Segurança do Trabalho. Noções Básicas de Direito aplicado à micro e pequena empresa. Direitos do idoso e das pessoas com necessidades especiais.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> • Entender a legislação constitucional em seus aspectos gerais concernentes aos princípios fundamentais e aos direitos individuais e sociais. • Compreender a legislação, fundamentos, conceitos e princípios que regem o Direito do Trabalho e a relação de emprego. • Proporcionar um entendimento básico e geral do direito tributário voltado para a micro e pequena empresa. • Identificar normas regulamentadoras de segurança do trabalho. • Reconhecer os direitos atinentes aos idosos e às pessoas com necessidades especiais. 	
PROGRAMA	
<p>UNIDADE I – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS Princípios Fundamentais; Direitos e Garantias Fundamentais; Direitos Sociais.</p> <p>UNIDADE II – DIREITO DO TRABALHO Fontes e Princípios do Direito do Trabalho; Relação de emprego; Empregado e empregador; Contrato individual de trabalho; Jornada de trabalho; Extinção do contrato de trabalho.</p> <p>UNIDADE III - ASPECTOS JURÍDICO-LEGAIS APLICADOS A MICRO E PEQUENA EMPRESA Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.</p> <p>UNIDADE IV – SEGURANÇA DO TRABALHO Medidas de proteção e prevenção de acidentes; Obrigações legais presentes nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.</p> <p>UNIDADE V – DIREITOS DO IDOSO E DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS</p>	

Aspectos constitucionais e legais referentes aos direitos do idoso e das pessoas com necessidades especiais.

UNIDADE VI – O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL (LEI 12.288/10)

Aspectos da lei que envolvem empresas e mercado de trabalho.

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia de ensino consistirá em abordagem direcionada para a formação de ideias e de conceitos, características das aulas expositivo-dialogadas. Serão feitos trabalhos de pesquisa e bibliográfico a fim de realizar investigações, objetivando obter conhecimento específico e estruturado sobre determinado assunto abordado em sala de aula, bem como discussões em classe e exercícios, com a participação efetiva do aluno, objetivando a construção do conhecimento pertinente ao conteúdo ministrado. Far-se-á uso de quadro e pincel, projetores de multimídia e, eventualmente, recursos de vídeo e informática.

AVALIAÇÃO

A Avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A Avaliação está também vinculada às bases conceituais que sustentam o Projeto Pedagógico Institucional, as quais consolidadas no Projeto Pedagógico do Curso. Deve ser entendida em sentido processual, contínuo e cumulativo, a partir de pressupostos voltados para a aprendizagem do discente, considerando os conteúdos discriminados na Ementa. Serão realizadas três avaliações, que consistirão em duas provas escritas e um trabalho/seminário, ambos com a mesma pontuação, para aferir a média discente. A Avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais. Assiduidade, participação nas atividades, também será pontuada. Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe. Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- [1] LENZA, Pedro; ROMAR, Carla T. Martins. **Direito do trabalho esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2015.
- [2] COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 16ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- [3] SARHAN JÚNIOR, Suhel. **Curso de direito Empresarial**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] BARSANO, Paulo Roberto. **Higiene e Segurança do Trabalho**. São Paulo: Érica, 2014.
- [2] DOWER, Nelson G. B. **Instituições de Direito Público e Privado**. 13ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- [3] GUSMÃO, Mônica. **Lições de Direito Empresarial**. 10ª Ed. São Paulo: Lumen Juris, 2011.
- [4] LOYOLA, Kheyder Harp. **Estatuto do Idoso**. São Paulo: Rideel, 2016.
- [5] MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2013.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: GESTÃO DE PESSOAS	
Código: TSAD.206	
Carga Horária Total: 80 horas	CH Teórica: 60 horas CH Prática: 20 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: II	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
Conceitos elementares da Gestão de Pessoas. Processos técnicos da Gestão de Pessoas. Motivação e Qualidade de Vida no trabalho. Tendências contemporâneas na gestão de pessoas nas empresas.	
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os principais conceitos acerca da política de Gestão de Pessoas nas organizações, aprofundando o estudo dos diversos modelos de gestão, bem como das atuais tendências na área. • Identificar elementos componentes do ambiente ocupacional que interferem direta ou indiretamente no comportamento das pessoas e no modo como elas se relacionam. • Reconhecer fatores que contribuem para a motivação nas organizações e elencar ações que visem a promover qualidade de vida ocupacional. • Discutir as diferentes formas de liderança. 	
PROGRAMA	
UNIDADE I – INTRODUÇÃO À GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos e objetivos da Gestão Organizacional e Gestão de Recursos Humanos. • O modelo de Recursos Humanos na evolução das teorias administrativas. • Estrutura do Departamento de Recursos Humanos nas organizações. • Planejamento estratégico aplicado à política de Recursos Humanos. 	
UNIDADE II – AGREGANDO PESSOAS	
<ul style="list-style-type: none"> • Recrutamento de pessoal. • Seleção de pessoal. 	
UNIDADE III – APLICANDO PESSOAS	
<ul style="list-style-type: none"> • Orientação de Pessoas. • Modelagem de Trabalho. • Avaliação de desempenho. 	
UNIDADE IV – RECOMPENSANDO PESSOAS	
<ul style="list-style-type: none"> • Programas de incentivos. 	

- Benefícios e Serviços Sociais.

UNIDADE V – DESENVOLVENDO PESSOAS

- Treinamento.
- Desenvolvimento de pessoas e organização.

UNIDADE V – MONITORANDO PESSOAS

- Banco de dados e sistema de Informação de Gestão de Pessoas.

UNIDADE VI – O FUTURO DA GESTÃO DE PESSOAS

UNIDADE VII – GESTÃO DE PESSOAS E DIREITOS HUMANOS

- O papel da Gestão de Pessoas na questão da diversidade racial, sexual e de gênero e a Importância da representatividade dentro das organizações

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas seguirão um formato de exposição dialogada, priorizando a participação dos estudantes através de debates, estudos de caso, seminários, exibição de vídeos, dinâmicas, estudos direcionados e outras atividades – individuais ou grupais – mediante orientação ativa do professor e fomentadas por consulta prévia ou presencial a materiais específicos. Como material de trabalho serão utilizados, além do apoio bibliográfico, quadro branco e pincel, outros recursos audiovisuais (lousa digital, projetor de slides, *notebook*, filmes e documentários em DVD, entre outros), que atuem como suporte do conteúdo abordado, assegurando assim o aprimoramento da aprendizagem.

AVALIAÇÃO

Será realizada avaliação conforme o Regulamento da Organização Didática – ROD – do IFCE. Os aspectos quantitativos são atribuídos ao desempenho do estudante, considerado como um processo contínuo, a ser observado no decorrer das tarefas propostas ao longo de toda a disciplina, como exemplificadas na metodologia de ensino, às quais podem ser adicionados: trabalhos (individuais ou grupais), sondagens de conhecimento nas modalidades oral e escrita (objetiva e/ou dissertativa), pesquisas, relatos de experiências etc. Aos métodos avaliativos será atribuído um caráter de acompanhamento ao aluno, em consonância com uma proposta de formação constante e co-construção do conhecimento. Pretende-se alcançar esse intuito mediante a pontuação do desempenho discente, obedecendo-se a critérios previamente estabelecidos, discutidos e acordados com toda a equipe de trabalho.

Dentre outros, serão avaliados: Disponibilidade e empenho do aluno em termos de participação nas atividades propostas; Habilidade para desenvolver trabalhos em grupo; Criatividade; Nível de compreensão e domínio de conteúdo; Capacidade crítica e poder argumentativo; Habilidade de sistematização de ideias, coerência e pertinência do discurso exposto.

A prática enquanto componente curricular será avaliada pela apresentação de um seminário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- [1] BITENCOURT, Claudia. **Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais**. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- [2] CHIAVENATTO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4ª Ed. São Paulo: Manole, 2014.
- [3] MAXIMIANO, Antônio C. Amaru. **Recursos humanos: estratégia e gestão de pessoas na sociedade global**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] ARAÚJO, Luis César G. de; GARCIA, Adriana Amadeu. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional**. 3ª.Ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- [2] McSHANE, Steven L.; GLINOW, Mary Ann Von. **Comportamento organizacional: conhecimento emergente, realidade global**. 6ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.
- [3] MILKOVICH, George T. **Administração de recursos humanos**. São Paulo, SP: Atlas, 2000.
- [4] ROBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. 14ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- [5] VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. 16ª Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: GESTÃO DA PRODUÇÃO	
Código: TSAD.207	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 40 horas CH Prática: 0 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: II	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
Organização da produção. O processo produtivo. Tipos de produção. Princípios de administração da produção. Arranjo físico. Planejamento da capacidade de produção. Previsão de demanda. Planejamento das necessidades de materiais. Sistema Puxado e Empurrado. Controle de Estoques e indicadores de desempenho.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> • Propiciar aos alunos ampliar habilidades na utilização de conceitos fundamentais e práticas empresariais. • Capacitar novos técnicos através do desenvolvimento das habilidades inerentes ao processo de lidar, bem como promover o aperfeiçoamento da gestão das pessoas no contexto de trabalho a partir de suas relações. • Desenvolver habilidades para o trabalho em equipe e para a liderança. • Atender as necessidades de formação de executivos responsáveis por decisões da gestão da produção relativas às empresas em que atuam. • Desenvolver o conhecimento de técnicas de otimização de processos produtivos e operações empresariais. • Entender o conceito de valor para a produção de bens e serviços. • Capacitar o aluno no aperfeiçoamento de técnicas de gestão da produção para a obtenção de objetivos metas da gestão da produção e operações. • Permitir o entendimento para visão moderna de gestão da produção (manufatura enxuta). 	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I – Administração da Produção. UNIDADE II – Papel estratégico e objetivos Produção. UNIDADE III – Arranjo físico e Fluxo. UNIDADE IV – Projeto e Organização do Trabalho. UNIDADE V – Capacidade, Demanda e Controle de Estoque. UNIDADE VI – Indicadores de desempenho e Introdução ao Lean Manufacturing.	

METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas e dialogadas, com utilização de recursos impressos e audiovisuais; Dinâmica de grupos com resolução de questões; Estudo de casos e atividades em sala de aula para fixação do conteúdo.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação da aprendizagem, compreendida numa perspectiva continuada, evolutiva e constante, ocorrerá de acordo com o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. O processo avaliativo realizar-se-á por meio da participação ativa nas aulas, atividades e aplicação de avaliações para assimilação com testes individuais ou em equipes, exercícios periódicos e trabalhos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
[1] SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção . Atlas, 2009. [2] CORRÊA, Henrique Luiz; CORRÊA, Carlos Alberto. Administração de produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica . Atlas, 2009. [3] PEINADO, Jurandir; GRAEML, Alexandre Reis. Administração da produção: operações industriais e de serviços . Curitiba: UnicenP, 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
[1] DENNIS, PASCAL: Produção Lean Simplificada . Atlas, 2009. [2] FUSCO, José Paulo Alves. Operações e gestão estratégica da produção . Arte & Ciência, 2007. [3] PASQUALINI, Fernanda; LOPES, A. de O.; SIEDENBERG, Dieter. Gestão da produção . Ijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Editora UNIJUÍ, 2010. [4] RITZMAN, Larry P., and LEE J. Krajewski. Administração da produção e operações . Prentice Hall, 2003. [5] WOMACK, J. P.; JONES, D.T.; ROOS, D. A máquina que mudou o mundo . 4ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

SEMESTRE III							
Código	Componentes Curriculares	C.H	Créd.	Teoria	Prática	Pré-requisito	Subárea
TSAD.301	Gestão Socioambiental	40	2	40	00	--	73.07.02.00-99
TSAD.302	Administração Financeira	80	4	60	20	--	76.02.02.00-99
TSAD.303	Gestão de Projetos Empreendedores	40	2	40	00	--	76.02.01.00-2
TSAD.304	Fundamentos de Marketing	80	4	60	20	--	76.02.01.00-2
TSAD.305	Inglês Instrumental	40	2	30	10	--	78.02.11.00-99
TSAD.306	Logística	40	2	30	10	--	73.08.01.00-1
--	TOTAL	320	16	260	60	--	--

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	
Código: TSAD.301	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 40 horas CH Prática: 0 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: III	
Nível: Técnico	
EMENTA	
<p>Problemática socioambiental das sociedades contemporâneas: Fatores causadores e alternativas para o equilíbrio; Entendendo as alternativas: A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável; Produção e consumo sustentáveis como propulsores do novo modelo desse novo modelo de desenvolvimento; Fatores que levam os indivíduos ao comportamento de consumo sustentável; Responsabilidade Social e ambiental como eixos para implantação de modelos de gestão socioambientais; Conceitos, leis e normas relativas as ações de responsabilidade social e ambiental nas organizações; Ferramentas e indicadores para a implantação e avaliação das ações de responsabilidade socioambiental nas organizações; Projetos de responsabilidade socioambiental nos diferentes nichos – social, ambiental, econômico, valorização étnica (indígena e afro-brasileira); Educação ambiental e educação para a sustentabilidade; Direitos humanos como pilar da responsabilidade social; Gestão Social Ambiental; Políticas Ambientais nas Organizações; Estratégias Diferenciadas de Gestão Ambiental; Sustentabilidade e Comunidades Tradicionais: indígenas e afro-brasileiras.</p>	
OBJETIVOS	
<p>Objetivo geral: Discutir a responsabilidade social e ambiental como eixos para implantação de modelos de gestão socioambientais, bem como a sua importância estratégica para legitimar a atuação das organizações, integrando gestão empresarial e interesse socioambiental.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entender a problemática socioambiental presente na sociedade contemporânea. • Ver o desenvolvimento sustentável como alternativa para o equilíbrio. • Compreender a diferença entre desenvolvimento sustentável e crescimento econômico. • Identificar os principais propulsores desse modelo de desenvolvimento. • Conhecer as principais leis, regulamentos, normas, sistemas, ferramentas e indicadores para a implementação e avaliação das ações de responsabilidade socioambiental das organizações. • Conhecer a diferença entre os principais conceitos relacionados ao tema. • Adquirir noções básicas para Saber estruturar um projeto de Responsabilidade Socioambiental. 	

- Compreender as ações de responsabilidade socioambiental como estratégias de promoção da Educação Ambiental e dos Direitos Humanos.
- Associar a Responsabilidade Socioambiental aos saberes e valorização da cultura afro-brasileira e indígena.

PROGRAMA

UNIDADE I – A problemática socioambiental e seus principais conceitos

- A insustentabilidade do modo de produção dominante, frente aos limites da natureza.
- Busca unidimensional do desenvolvimento econômico como gatilho do problema.
- Uma alternativa para o equilíbrio: O desenvolvimento Sustentável e suas múltiplas dimensões (Econômica; social; ambiental; cultural; política e territorial).
- Sustentabilidade.
- Produção e consumo sustentáveis.
- Fatores determinantes do comportamento de consumo sustentável.
- Educação para a sustentabilidade.
- Eixos para implantação de modelos de gestão socioambientais.

UNIDADE II – Responsabilidade social

- Conceitos de Responsabilidade Social.
- Entidades do terceiro setor.
- Programas sociais para empresas.
- Gestão da responsabilidade social.
- Elaboração de plano de responsabilidade social.
- Elaboração do relatório sustentabilidade.
- ISO 26000 e demais normas pertinentes.
- Auditoria social e indicadores.
- Primeiros passos para implantação da Responsabilidade Social Empresarial.
- Selos e certificações sociais.

UNIDADE III – Responsabilidade ambiental

- As causas e os efeitos dos atuais problemas ambientais.
- Tipos de Poluição.
- Legislação Ambiental.
- ISO 14000 e demais normas pertinentes.
- As leis de Educação Ambiental.
- Sistemas de Gestão Ambiental.
- Indicadores.
- Selos e certificações ambientais.
- Sustentabilidade e Comunidades Tradicionais: indígenas e afro-brasileiras.
- Projetos sociais e ambientais no âmbito das leis de incentivo à cultura afro-brasileira e indígena.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivo-participativas.
- Leitura e produção textual.
- Seminários.
- Pesquisas.
- Projeção de filmes.
- Visitas técnicas.
- Estudo dirigido.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios.

Critérios qualitativos:

Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Desempenho cognitivo; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Frequência às aulas; Qualidade dos resumos, fichamentos e artigos produzidos no âmbito da disciplina.

Ferramentas para a avaliação:

Prova escrita; Relatórios; Resumos; Trabalhos; Seminários; Desenvolvimento de artigos científicos; Projetos práticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- [1] DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.
- [2] DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- [3] TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A.; MELLO, M. C. **Gestão Socioambiental Estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- [2] ALMEIDA, Fernando (Org.). **Desenvolvimento sustentável 2012 - 2050: visão, rumos e contradições**. Apresentação de Pedro Malan. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- [3] DIAS, Genebaldo Freire. **Educação e gestão ambiental**. São Paulo: Gaia, 2006.
- [4] BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial**. Saraiva Educação SA, 2013.
- [5] BAUMAN, Z. **Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. ZAHAR: Rio de Janeiro, 2007.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
Código: TSAD.302	
Carga Horária Total: 80 horas	CH Teórica: 60 horas CH Prática: 20 horas
Número de Créditos: 4	
Pré-requisitos:	
Semestre: III	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
<p>Conceitos básicos de administração financeira. Gestão do circulante: caixa, contas a receber e estoque. Alavancagem: financeira e operacional. Análise de Investimento: Payback, TIR e VPL. Avaliação do desempenho econômico-financeiro: liquidez, endividamento e rentabilidade.</p>	
OBJETIVOS	
<p>Objetivo geral: Utilizar técnicas de análise econômico-financeira que subsidiem o processo de gestão organizacional.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender os principais conceitos de Administração Financeira. • Conhecer o modelo de gestão do circulante. • Realizar a análise de investimento. • Analisar o desempenho econômico-financeiro da empresa. • Calcular e interpretar os tipos de alavancagem. 	
PROGRAMA	
UNIDADE I - CONCEITOS BÁSICOS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
UNIDADE II - GESTÃO DO CIRCULANTE	
<ul style="list-style-type: none"> • Administração do Caixa. • Administração do contas a receber. • Administração do Estoque. 	
UNIDADE III - ALAVANCAGEM: FINANCEIRA E OPERACIONAL	
UNIDADE IV - ANÁLISE DE INVESTIMENTO	
<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos financeiros básicos. • Payback. • Taxa interna de Retorno. • Valor presente líquido. 	
UNIDADE V - AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	
<ul style="list-style-type: none"> • Índices de Liquidez. 	

- Índices de endividamento.
- Rentabilidade.

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas seguirão um formato de exposição dialogada, priorizando a participação dos estudantes através de debates, estudos de caso, seminários, exibição de vídeos, simulações práticas de situações cotidianas, dinâmicas, estudos direcionados e outras atividades – individuais ou grupais – mediante orientação ativa do professor e fomentadas por consulta prévia ou presencial a materiais específicos. Como material de trabalho serão utilizados, além do apoio bibliográfico, quadro branco e pincel, outros recursos audiovisuais (lousa digital, projetor de slides, notebook, filmes e documentários em DVD, entre outros), que atuem como suporte do conteúdo abordado, assegurando assim o aprimoramento da aprendizagem.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios.

Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

A prática enquanto componente curricular do ensino será avaliada pela elaboração de um plano financeiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- [1] ANTONIK, Luis Roberto. **Empreendedorismo: gestão financeira para micro e pequenas empresas**. Editora Atlas, 2016.
- [2] GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Pearson, 2006.
- [3] SANTOS, Edno Oliveira. **Administração Financeira da Pequena e Média Empresa**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] CHING, Hong Yuh; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. **Contabilidade e Finanças: para não especialistas**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.
- [2] FRANCISCO FILHO, Valter Pereira. **Planejamento e controladoria financeira**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.
- [3] LUZ, Érico. **Análise de Demonstração Financeira**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.
- [4] MEGLIORINI, Evandir; VALLIM. **Administração financeira**. Pearson Prentice Hall, 2012.
- [5] LUZ, Erico SAMANEZ, Carlos Patrício. **Matemática Financeira: aplicações à análise de investimentos**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2007.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: GESTÃO DE PROJETOS EMPREENDEDORES	
Código: TSAD.303	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 20 horas CH Prática: 20 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: III	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
Plano de negócio: Plano de marketing, plano financeiro e plano operacional.	
OBJETIVO	
Elaborar um plano de negócios.	
PROGRAMA	
<p>1. PLANO DE NEGÓCIOS</p> <p>1.1 Missão, Visão e Valores da instituição.</p> <p>1.2 Setor de atividades.</p> <p>2. ANÁLISE DE AMBIENTE</p> <p>2.1 Estudo dos clientes.</p> <p>2.2 Estudo dos concorrentes.</p> <p>2.3 Estudo dos fornecedores.</p> <p>3. PLANO DE MARKETING</p> <p>3.1 Descrição dos principais produtos e serviços.</p> <p>3.2 Preço.</p> <p>3.3 Estratégias promocionais.</p> <p>3.4 Estrutura de comercialização.</p> <p>4. PLANO OPERACIONAL: PROCESSOS ADMINISTRATIVOS</p> <p>4.1 Layout.</p> <p>4.2 Capacidade produtiva/comercial/serviços.</p> <p>4.3 Processos operacionais.</p> <p>4.4 Necessidade de pessoal.</p> <p>5. PLANO FINANCEIRO</p> <p>5.1 Estimativas de Investimento fixos.</p> <p>5.2 Capital de Giro.</p> <p>5.3 Investimento pré-Operacionais.</p> <p>5.4 Investimento Total.</p> <p>5.5 Estimativa de Faturamento mensal.</p> <p>5.6 Estimativa de custo unitário.</p>	

- 5.7 Estimativa de custo de Comercialização.
- 5.8 Depreciação.
- 5.9 DRE.
- 5.10 Ponto de Equilíbrio/Rentabilidade e Lucratividade.
- 5.11 Prazo do Retorno do Investimento.

6. TÓPICOS FINAIS

- 6.1 Construção de Cenários.
- 6.2 Análise Swot.
- 6.3 Avaliação do Plano de Negócio.

METODOLOGIA DE ENSINO

Exposições dialogadas dos diversos tópicos do programa, exemplificando e ilustrando a aula através de fotos, figuras, diagramas e vídeos, utilizando dispositivo de apresentação multimídia e/ou quadro branco. Coleta de dados e seleção de oportunidades de mercado para desenvolver uma atividade empreendedora. Elaboração e desenvolvimento prático de um Plano de Negócios.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios.

Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

A prática enquanto componente curricular do ensino será avaliada pela elaboração de um Plano de Negócios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- [1] DORNELAS, José. **Plano de negócio: seu guia definitivo. O passo a passo para você planejar e criar um negócio de sucesso.** 2ª Ed. São Paulo: Empreende, 2016.
- [2] FERNANDES, Ciro. **O empreendedor: Plano de Negócio do empreendedor.** [Livro eletrônico]. São Paulo: Pearson, 2012.
- [3] RAZZOLINI, Edelvino **Empreendedorismo: dicas e planos de negócios para o século XXI** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa.** 30ª Ed. rev. e atual. -- São Paulo: Editora de Cultura, 2006.
- [2] ESCARLATE, Luiz Felipe. **Aprender a empreender.** Brasília: Fundação Roberto Marinho, SEBRAE. 2010.
- [3] MAXIMIANO, A. C. **Administração para empreendedores.** São Paulo: Saraiva, 2006.
- [4] WILDAUER, Egon Walter. **Plano de Negócio: elementos constitutivos e processos de elaboração** [Livro eletrônico]. Curitiba: 2012.
- [5] ZAVADIL, Paulo Ricardo. **Plano de Negócio: uma ferramenta de Gestão.** [Livro eletrônico]. Curitiba: 2013.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DO MARKETING	
Código: TSAD.304	
Carga Horária Total: 80 horas	CH Teórica: 60 horas CH Prática: 20 horas
Número de Créditos: 4	
Pré-requisitos:	
Semestre: III	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
<p>Conceitos e fundamentos do Marketing. Análise das oportunidades de Mercado. Comportamento do Consumidor. Seleção de Mercados alvos, segmentação. Desenvolvimento do Mix de Marketing. Planejamento de Produtos e serviços. Marcas e embalagens, ciclos de vida dos produtos, preços, canais de distribuição - varejo e atacado. Promoção - estratégia da comunicação. Marketing Digital.</p>	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer características do mercado alvo para o sucesso do empreendimento e introduzir o aluno no estudo da Mercadologia. • Trabalhar a diferenciação de produtos, de serviços, de imagem e sua relevância para se alcançar vantagem competitiva. • Analisar estratégias de marketing. • Ressaltar a importância do planejamento de marketing para as empresas. • Propiciar condições para a elaboração de um plano de Marketing, perceber sua utilidade para o alcance dos objetivos organizacionais. 	
PROGRAMA	
<p>UNIDADE I - CONCEITOS DE MARKETING</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos básicos. • Composto de Marketing: 4p's e 4A's. <p>UNIDADE II - AMBIENTE DE MARKETING</p> <ul style="list-style-type: none"> • Microambiente. • Macroambiente. <p>UNIDADE III - COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fatores que influenciam no comportamento do consumidor (culturais, sociais, pessoais, psicológicos). • Comportamento de compra. <p>UNIDADE IV – SEGMENTAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Etapas do processo de segmentação. • Potencial e demanda de mercado. • Estratégias de posicionamento do mercado. 	

UNIDADE V - ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DE MARKETING

- Processo de uma comunicação eficaz.
- Representatividade no processo de comunicação: racismo estrutural e o combate ao preconceito quanto à diversidade.

UNIDADE VI - MARKETING DIGITAL

- Uso de mídias sociais.
- Marketing de conteúdo.
- Inbound Marketing.
- Estratégias digitais.

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia de ensino consistirá em abordagem direcionada para a formação de ideias e de conceitos firmados em perguntas, respostas, seguidas de mais perguntas, características das aulas expositivo-dialogadas. Poderá haver simulação de casos que possam proporcionar aplicação teoria e prática, aplicações de jogos empresariais e trabalhos de pesquisa em campo e bibliográfico a fim de que o aluno realize investigações, objetivando obter conhecimento específico e estruturado sobre determinado assunto abordado em sala de aula. Serão feitas discussões em classe e exercícios, com a participação efetiva do aluno, objetivando a construção do conhecimento pertinente ao conteúdo ministrado, fazendo uso de meios didáticos tradicionais, como quadro e pincel, além de projetores de multimídia e, eventualmente, uso de laboratórios e recursos de vídeo e informática. Poderão ser utilizados também vídeos e filmes que retratam o ambiente de empresa, quando convenientes ao conteúdo. Poderão ainda ser realizadas visitas a empresas para identificação de problemas e novas ideias aplicadas à Estratégia de Marketing.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios.

Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de idéias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

A parte prática enquanto componente curricular será avaliada pela elaboração de um Plano de Marketing.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- [1] CABRAL, Hector. Felipe. **Estratégias de Marketing Digital**. [livro eletrônico]. Curitiba:Contentus, 2020.
- [2] CHURCHILL, Jr., Gilbert A.; PETER, J. Paul. **Marketing: criando valor para os clientes**. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- [3] KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. 10ª Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] BOONE, Louis E.; KURTZ, David L. **Marketing contemporâneo**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

- [2] CZINKOTA, Michel R. **Marketing: as melhores práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- [3] GIOSA, Livio. **As grandes sacadas de marketing do Brasil**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2009.
- [4] MINADEO, Roberto. **Gestão de marketing: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2008.
- [5] RIBEIRO, Lais Conceição. **Gestão de Marca e Branding**. [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2021.

Coordenador do Curso <hr/>	Setor Pedagógico <hr/>
--------------------------------------	----------------------------------

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: INGLÊS INSTRUMENTAL	
Código: TSAD.305	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 30 horas CH Prática: 10 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: III	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
A origem e objetivos do inglês instrumental. Estudo das estratégias de leitura. Análise de grupos nominais. Identificação de estruturas verbais (presente, passado, futuro, voz ativa e passiva). Formação das palavras (afixação). Reconhecimento de marcadores de transição. Referência contextual (pronomes). A organização textual e a inferência de conteúdo. Termos técnicos aplicados à Administração.	
OBJETIVO	
Desenvolver as habilidades de compreensão leitora em Língua Inglesa, em especial, de textos mais comuns à área administrativa, por meio do conhecimento básico das estratégias de leitura, gêneros textuais, elementos léxico-gramaticais dessa língua, bem como da compreensão de aspectos socioculturais e interculturais das comunidades falantes do inglês.	
PROGRAMA	
<ul style="list-style-type: none"> • Histórico e objetivos do inglês instrumental (inglês para fins específicos). • Estratégias de leitura (reading strategies): skimming, scanning, marcas tipográficas, cognatos e indexação de questões. • Ordem das palavras (word order). • Grupos nominais (noun phrases). • Formação das palavras (Word formation): prefixes e sufixes. • Tempos e modos verbais (marcadores de tempo): presente, passado, futuro. • Estruturas verbais: voz ativa e passiva. • Referência pronominal. • Vocabulário específico da área administrativa. 	
METODOLOGIA DE ENSINO	
A exposição do conteúdo será de forma dialógica, viabilizando a leitura e a interpretação de textos de gêneros diversos na referida língua por meio de estratégias de leitura. Os alunos receberão orientações sobre estratégias específicas, participarão de atividades em grupo e farão atividades individuais e/ou colaborativas, participarão de atividades de <i>reading</i> sendo utilizada a técnica de aprendizado cooperativo. Como recursos didáticos, poderão ser utilizados o quadro branco, o projetor de slides, notebook, pincel e Material de apoio (lista de exercícios).	
AVALIAÇÃO	

A avaliação da disciplina Língua Inglesa ocorrerá em seus aspectos quantitativos e qualitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Alguns critérios a serem avaliados: grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo e domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

[1] **Dicionário Oxford Escolar: para estudantes brasileiros de Inglês:** Com CD-ROM: Nova ortografia. Oxford: Oxford University Press, 2009.

[2] LINS, L. M. A. **Inglês instrumental: estratégias de leitura e compreensão textual.** Recife, Livro Rápido, 2010.

[3] VELOSO, M. S. **Inglês instrumental para vestibulares e concursos.** Brasília: Vestcon, 2011. v.1: Gramática.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

[1] LAPKOSKI, Graziella Araujo de Oliveira. **Do texto ao sentido:** teoria e prática de leitura em língua inglesa. Curitiba: InterSaberes, 2012.

[2] LAROUSSE EDITORIAL. **Inglês mais fácil para escrever:** atualizado. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

[3] MEDRANO, Verônica Laura; OLIVEIRA, Mauricio Pereira de. **Tira-dúvidas de inglês:** como empregar corretamente palavras, estruturas gramaticais e evitar erros comuns. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

[4] VELOSO, M. S. **Inglês instrumental para vestibulares e concursos.** Brasília: Vestcon, 2011. v.2: Gramática.

[5] WRIGHT, Andrew; BETTERIDGE, David; BUCKBY, Michael. **Games for language learning.** 3ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: LOGÍSTICA	
Código: TSAD.306	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 30 horas CH Prática: 10 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: III	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
Introdução e conceitos básicos de logística, Visão estratégica e objetivos da Logística. Logística de suprimentos e distribuição. Distribuição física de Produtos. Operadores logísticos, gestão de transportes e cálculo de fretes. Gestão de armazenagem e movimentação de estoques, Custos logísticos, Equipamentos de armazenagem movimentação, Modais de transporte, canais de distribuição.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> • Entender os conceitos e os princípios fundamentais que norteiam a prática da logística empresarial. • Compreender a movimentação de mercadorias, bem como, a transferência de informações através da cadeia de suprimentos. • Conhecer as facilidades logísticas que possibilitam o estabelecimento dos canais de distribuição. 	
PROGRAMA	
UNIDADE I – VISÃO ESTRATÉGICA DA LOGÍSTICA	
<ul style="list-style-type: none"> • Introdução a logística empresarial. • Importância e Objetivos da logística empresarial. • Integração das funções: Marketing, Produção, Materiais/Suprimentos, Distribuição e Logística. 	
UNIDADE II – CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos, tipos e funções. 	
UNIDADE III – DISTRIBUIÇÃO FÍSICA DE PRODUTOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Natureza da administração da distribuição física. 	
UNIDADE IV – NÍVEL DE SERVIÇO AO CLIENTE	
<ul style="list-style-type: none"> • Serviço logístico. • Tipos de serviço ao cliente. 	
UNIDADE IV – GESTÃO DE TRANSPORTE	
<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento de transportes. 	
UNIDADE V – GESTÃO DE ARMAZENAMENTO	

- Necessidades de espaço físico – conceitos.
- Funções da armazenagem.
- Tipos de depósitos.

UNIDADE VI – GESTÃO DE ESTOQUES

- Estratégias e gerenciamento de estoques.

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão expositivas e dialogadas, incluindo estudos de natureza teórico/prático com trabalhos em grupos, discussões e seminários desenvolvidos pelos alunos de forma individual ou em grupo. Realização de visitas técnicas. Resolução de exercícios em sala; discussão de experiências/estudo de caso. Serão realizados projetos interdisciplinares com os demais componentes curriculares do semestre. A participação dos alunos será fator essencial no decorrer das aulas, sempre instigando a curiosidade e a pesquisa. As aulas buscarão articular o conhecimento produzido com o contexto escolar e a realidade do aluno.

AVALIAÇÃO

A avaliação assumirá um caráter diagnóstico, processual e formativo para melhor analisar o nível de desenvolvimento do aluno e a formação do conhecimento. Serão aplicadas atividades avaliativas por meio de trabalhos, seminários, prova escrita, dentre outros.

Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios.

Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Desempenho cognitivo; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

[1] CHOPRA, Sunil; MEINDL, Peter. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: estratégia, planejamento e operação**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

[2] GONÇALVES, Paulo Sérgio. **Logística e cadeia de suprimentos: o essencial**. Barueri, SP: Manole, 2013.

[3] TAYLOR, David A. **Logística na cadeia de suprimentos: uma perspectiva gerencial**. São Paulo: Pearson Addison-Wesley, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

[1] FENERICH, Francielle Cristina. **Administração dos sistemas de operações**. Curitiba: InterSaber, 2016.

[2] LEITE, Paulo Roberto. **Logística reversa: meio ambiente e competitividade**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

[3] RUSSO, Clovis Pires. **Armazenagem, controle e distribuição**. Curitiba: InterSaber, 2013.

[4] SCHLÜTER, Mauro Roberto. **Sistemas logísticos de transportes**. Curitiba: InterSaber, 2013.

[5] ZORZO, Adalberto. **Gestão de produtos e operações (GPO)**. São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2015.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL

Ceará

Campus Tabuleiro do Norte

OPTATIVAS

Código	Componentes Curriculares	C.H	Créd.	Teoria	Prática	Pré-requisito	Subárea
OPT.1	Estatística	40	2	40	00	--	71.01.02.00-0
OPT.2	Educação Física	40	2	20	20	--	74.09.03.00-99
OPT.3	Informática Aplicada II	40	2	20	20	--	71.03.03.00-6
OPT.4	Metodologia do Trabalho Científico	40	2	40	00	--	77.02.00.00-99
OPT.5	Libras	40	2	40	00	--	78.02.15.00-99
OPT.6	Sociologia Aplicada	40	2	40	00	--	77.02.00.00-99
OPT.7	Artes	40	2	30	10	--	78.03.11.00-99
--	TOTAL	280	14	230	50	--	--

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA	
Código: OPT.1	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 40 horas CH Prática: 0 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos: II	
Semestre:	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
A disciplina faz uma introdução à Estatística e seus conceitos básicos, enfatizando os métodos de análise exploratória de dados.	
OBJETIVO(S)	
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as formas de medição das variáveis de sua área de atuação e de organização e manipulação dos dados. • Saber produzir sínteses numéricas e gráficas dos dados, através da construção de índices, mapas e gráficos. • Saber usar os Modelos básicos de análise estatística, de forma especial, os modelos de associação entre uma variável resposta e um conjunto de variáveis explicativas. 	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - Estatística e análise exploratória de dados. UNIDADE II – Gráficos. UNIDADE III - Medidas de posição central. UNIDADE IV - Medidas de dispersão. UNIDADE V - Medidas de ordenamento e forma. UNIDADE VI - Estatística com a utilização de planilhas eletrônicas.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas e dialogadas, com utilização de recursos impressos e audiovisuais; Dinâmica de grupos com resolução de questões; Estudo de casos e atividades em sala de aula para fixação do conteúdo.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação da aprendizagem, compreendida numa perspectiva continuada, evolutiva e constante, ocorrerá de acordo com o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. O processo avaliativo realizar-se-á por meio da participação ativa nas aulas, atividades e aplicação de avaliações para assimilação com testes individuais ou em equipes, exercícios periódicos e trabalhos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
[1] BRUNI, A. L. Estatística aplicada à gestão empresarial . 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2013. [2] CRESPO, A. A. Estatística fácil . 19ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009. [3] VIEIRA, Sônia. Elementos de estatística . 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] CASTANHEIRA, N. Pereira. **Estatística aplicada a todos os níveis**. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- [2] LARSON, Ron; FARBER, Betsy. **Estatística aplicada**. 4ª Ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2010.
- [3] NEUFELD, J. **Estatística aplicada à administração usando Excel**. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 2003.
- [4] MCCLAVE, James T. **Estatística para administração e economia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- [5] WALPOLE, Ronald E. et al. **Probabilidade e estatística para engenharia e ciências**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

Coordenador do Curso**Setor Pedagógico**

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA	
Código: OPT.2	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 20 horas CH Prática: 20 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos: II	
Semestre:	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
Introdução ao processo de aquisição do conhecimento sistematizado acerca da cultura corporal. Desenvolvimento de reflexões, pesquisas e vivências da relação corpo, natureza e cultura. Princípios didático-pedagógicos para apropriação do conhecimento produzido e redimensionado pela humanidade ao longo de sua história.	
OBJETIVO	
<p>Objetivo geral: Construir o conhecimento crítico-reflexivo sobre as práticas corporais, assegurando a participação irrestrita nas diversas vivências pertinentes à cultura corporal e sua relação com a área da administração.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer, conceituar e ressignificar as diversas manifestações da cultura corporal produzidas pelas diversas sociedades. • Vivenciar de maneira teórica e prática os elementos dos jogos, das danças, das lutas, das ginásticas, dos esportes e da qualidade de vida, atribuindo-lhes um sentido e um significado próprios. • Relacionar os conteúdos da educação física com a temática da administração e sua atuação profissional específica. • Desenvolver atitudes e valores intrínsecos da cultura corporal, tais como ética, cooperação, liderança, autonomia, a criatividade, a integração, a capacidade de comunicação, reflexão, crítica, co-decisão e coeducação. 	
PROGRAMA	
<p>1. HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL E NO MUNDO</p> <p>2. MANIFESTAÇÕES DA CULTURA CORPORAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Jogos, Brinquedos e Brincadeiras. • Lutas e Jogos de Oposição. • Danças e Atividades Rítmicas. • Ginástica e Atividade Física. • Esportes Convencionais, Não-Convencionais e de Aventura. 	

- Conhecimentos sobre o Corpo, Saúde e Qualidade de Vida.

3. LAZER, TEMPO LIVRE E RECREAÇÃO

4. NOÇÕES DE SOCORROS DE URGÊNCIA

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão expositiva-dialógicas, com uso de com metodologias ativas, com atividades de interação entre os alunos, atrelando os conteúdos estudados à dinâmica do curso e da comunidade, articulando o conhecimento produzido à realidade do aluno e ao contexto escolar.

AVALIAÇÃO

A avaliação será diagnóstica, processual e formativa através de trabalhos dirigidos, provas, seminários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- [1] DARIDO, S. C. (org). **Educação física e temas transversais na escola**. Campinas: Papyrus, 2012.
- [2] SOUZA JR., Osmar Moreira; DARIDO, Suraya Cristina. **Para ensinar educação física: possibilidades de intervenção na escola**. 4.ed. Campinas: Papyrus, 2010.
- [3] SOARES, Carmem Lúcia et al. **Metodologia do ensino de educação física**. 2.ed. São Paulo: Cortez 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] CASTELLANI FILHO, L. **Educação no Brasil: a história que não se conta**. 19.ed. Campinas: Papyrus, 2011.
- [2] DIEHL, Rosilene Moraes. **Jogando com as diferenças**. São Paulo: Phorte, 2008.
- [3] FREIRE, João Batista. **Educação de corpo Inteiro: teoria e prática da educação física**. São Paulo: Scipione, 1989. 88812458
- [4] HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- [5] SANTOS, Ednei Fernando dos. **Manual de primeiros socorros da educação física aos esportes. O papel do educador físico no atendimento de socorro**, Ednei Fernando dos Santos - 1 ed. – Rio de Janeiro, Galenus 2014.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____
--	--------------------------------------

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: INFORMÁTICA APLICADA II	
Código: OPT.3	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 20 horas CH Prática: 20 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: I	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
Formatação de textos e documentos. Elaboração de tabelas. Elaboração e formatação de planilhas eletrônicas. Inserção de funções básicas e intermediárias nas planilhas. Gráficos. Criação e personalização de apresentações de slides. Correio eletrônico. Pesquisas e armazenamento na grande rede.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar o conhecimento em informática. • Compreender e utilizar funções de nível intermediário de um editor de texto; editor de slides, e editor de planilhas de cálculo. • Conhecer recursos disponíveis na internet que auxiliam na organização de rotinas administrativas. 	
PROGRAMA	
<ul style="list-style-type: none"> • Planilhas Eletrônicas. • Editores de Texto. • Editores de Apresentações. • Internet. 	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Esta disciplina contará com aulas teóricas expositivas e práticas. Nas aulas teóricas será utilizada exposição de conceitos e de vídeos explicativos. As aulas práticas e teóricas serão ministradas no laboratório de informática, assimilando a teoria com a prática na elaboração e apresentação de projetos.	
AVALIAÇÃO	

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplinas e bimestres, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº. 9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas. Os critérios de verificação do desempenho acadêmico dos estudantes são tratados pela Organização Didática do IFCE. A prática enquanto componente curricular do ensino será avaliada pela elaboração de planilhas eletrônicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- [1] DONDA, Daniel. **Administração do Windows Server 2008 R2: Server Core**. Rio de Janeiro, RJ: Brasport, 2011.
- [2] RATHBONE, Andy. **Windows 7 para leigos**. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2010.
- [3] VELLOSO, F. C. **Informática: conceitos básicos**. Elsevier, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] BELRMIRO, João. **Informática Aplicada**. Pearson Education do Brasil, 2014.
- [2] CAPRON, H. L. **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
- [3] JOHNSON, E. J. CAPRON, H. L. **Introdução à informática**. Pearson Prentice Hall, 2004.
- [4] SOARES, F. A. P. **Processamento eletrônico de documentos**. Florianópolis: IFSC, 2009.
- [5] SANTOS, A de Araujo. **Informática na Empresa: inclui capítulos sobre sistemas ERP e XBRL**. Atlas, 2010.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	
Código: OPT.4	
Carga Horária Total: 40	CH Teórica: 40 horas CH Prática: 0 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre:	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
A Importância da metodologia científica no mundo acadêmico. Leitura e análise de textos. Conhecimento e Métodos.	
OBJETIVO	
Compreender as diversas finalidades do trabalho acadêmico, assim como a multiplicidade de formas; Realizar análises textuais, temáticas e resumos técnicos; Reconhecer as características da investigação científica e dos níveis de conhecimento; Conhecer os principais métodos científicos.	
PROGRAMA	
<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia Científica no Mundo Acadêmico. • Trabalho Acadêmico e suas Finalidades. • O ato de Estudar. • Trabalho e Transformação do Mundo. • Leitura e Análise de Textos. • Leitura. • Formas de Registro ou Documentação. • Resumo Técnico. • Resenha. • Fichamentos. • Conhecimento. • Níveis de Conhecimento. • Método. • Método Científico. • Métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação. • Métodos que indicam os meios técnicos da investigação. 	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas - Leitura de textos e debates; orientações monográficas; realização de oficinas e/ou projetos em grupo. Serão desenvolvidas atividades interdisciplinares com outras disciplinas.	
AVALIAÇÃO	

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplinas e bimestres, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº. 9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas, aos trabalhos escolares e aos exercícios. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas. Além disso, os alunos serão avaliados por meio de provas, questionários, trabalhos em grupos, pesquisa, participação e resolução de exercícios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- [1] CARVALHO, Francisco Geraldo Freitas. **Introdução a metodologia do estudo e do trabalho científico**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora 2011.
- [2] LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.
- [3] SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] CARVALHO, Maria Cecília M. **Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas**. São Paulo: Papirus, 1997.
- [2] DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- [3] GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- [4] NUNES, Rizatto. **Manual de monografia jurídica: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- [5] RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: LIBRAS	
Código: OPT.5	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 40 horas CH Prática: 0 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre: III	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
Noções básicas de LIBRAS com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito escolar no ensino de língua e literaturas da língua portuguesa.	
OBJETIVO	
Realizar trocas comunicativas com pessoas surdas, com as quais poderão se deparar em sua vida profissional futura.	
PROGRAMA	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aspectos gerais da LIBRAS. 2. Paralelos entre línguas orais e gestuais. 3. Unidades mínimas gestuais. 4. Classificadores. 5. Expressões faciais e corporais. 6. Alfabeto digital. 7. Identificação Pessoal - pronomes pessoais. 8. Léxico de categorias semânticas. 9. Etiqueta e boas maneiras – saudações cotidianas. 10. Família. Lar – móveis e eletrodomésticos. 11. Objetos, vestimentas, cores, formas. 12. Números e operações aritméticas. 13. Lateralidade e Posições. 14. Tamanhos. 15. Tempo - estados do tempo. 16. Estações do ano. 17. Localização – pontos cardeais. 18. Calendário: datas comemorativas. 19. Meios de transporte. 20. Meios de comunicação. 21. Frutas e verduras. 22. Legumes e cereais. 23. Alimentos doces e salgados. 24. Bebidas. 25. Animais domésticos e selvagens, aves, insetos. 26. Escola. 	

27. Esportes.
28. Profissões.
29. Minerais.
30. Natureza.
31. Corpo humano.
32. Sexo.
33. Saúde e higiene.
34. Lugares e serviços públicos.
35. Cidades e estados brasileiros.
36. Política.
37. Economia.
38. Deficiências.
39. Atitudes, sentimentos, personalidade.
40. Religião e esoterismo.
41. Vocabulário específico da área de Letras relacionados ao ensino de língua e de literatura.
42. Verbos.
43. Principais verbos utilizados no cotidiano da escola.
44. Verbos pertinentes às categorias semânticas estudadas.
45. Verbos pertinentes aos conteúdos específicos estudados.
46. Marcação de tempos verbais.

METODOLOGIA DE ENSINO

A aula será expositiva-dialógica, com atividades de interação entre os alunos. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco, o projetor de multimídias, livros, dentre outros materiais.

AVALIAÇÃO

Trabalhos dirigidos – Desenvolvimento de atividades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- [1] QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- [2] CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, V. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue – Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - v.1**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- [3] FELIPE, Tânia Amaral. **Libras em contexto: curso básico**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **LIBRAS em Contexto**. Brasília: SEESP, 1998.
- [2] PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação especial. **Falando com as Mãos: LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)**. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.
- [3] CHAVES, Ernando P. **Sinaliza, surdo!: caracterização da construção de um modelo de escola de surdos**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Faculdade de Educação, UFC. 2003.
- [4] FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre. Editora Artmed, 2003.
- [5] LABORIT, Emmanuelle. **O voo da gaivota**. Best Seller, 1994.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA APLICADA	
Código: OPT.6	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 40 horas CH Prática: 0 horas
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	
Semestre:	
Nível: Técnico Subsequente	
EMENTA	
<p>A sociologia como ciência e as teorias sociológicas clássicas e contemporâneas. Sociologia aplicada à administração. Economia e mercado. Relações sociais nas organizações, gestão administrativa e burocracia. Cultura organizacional e relações de poder nas organizações. Diversidade social e diferença: relações étnico-raciais, questões de gênero e geracional.</p>	
OBJETIVO	
<p>Objetivo geral: Desenvolver a capacidade analítica e crítica para compreender as relações na sociedade, nas organizações e no mundo do trabalho.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar a realidade social utilizando-se das teorias sociológicas, incitando a pesquisa e sistematização do conhecimento. • Compreender as relações sociais que perpassam o universo das organizações. • Refletir sobre a cultura e as relações de poder na organização do trabalho. • Entender a organização do trabalho frente ao modelo de gestão na contemporaneidade. • Reconhecer a diversidade sociocultural e as múltiplas relações sociais engendradas. 	
PROGRAMA	
<ol style="list-style-type: none"> 1. A sociologia como ciência e as teorias sociológicas. 2. Sociologia aplicada à administração: economia e mercado. 3. Relações nas organizações, gestão administrativa e burocracia. 4. Redes e grupos sociais. 5. Cultura organizacional e poder. 6. Diversidade e diferença sociocultural, de gênero e geracional. 7. Diversidade étnico-racial e as relações na empresa. 	
METODOLOGIA DE ENSINO	

A aula será expositiva-dialógica, em que se fará uso de debates, realização de seminários, assim como resolução de atividades dirigidas e trabalhos teóricos, dentre outros. Como recursos, serão utilizados o quadro branco, o projetor de slides, imagens e vídeos.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios.

Alguns critérios a serem avaliados: Participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- [1] DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- [2] FORRACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (org.). **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2004.
- [3] RIBEIRO, Corina A. Bezerra Carril. **Teorias sociológicas modernas e pós-modernas: uma introdução a temas, conceitos e abordagens**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- [2] ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 9.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- [3] MÉSZAROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- [4] CULPI, Ludmila Andrzejewski. **Empresas transnacionais: uma visão internacionalista**. Curitiba: Intersaberes, 2016.
- [5] FERRÉOL, Gilles; NORECK, Jean-Pierre. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2007.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: ARTES		
Código: OPT.8		
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 30 horas	CH Prática: 10 horas
Número de Créditos: 2		
Código pré-requisito:		
Semestre: III		
Nível: Técnico Subsequente		
EMENTA		
Introdução às quatro linguagens artísticas e apresentação de elementos básicos da música a partir de vivências práticas instrumental ou coral.		
OBJETIVOS		
Estimular o senso crítico do educando em relação ao conceito de arte por meio de discussões teóricas e vivências práticas na linguagem da Música.		
PROGRAMA		
UNIDADE 1: O QUE É ARTE?		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceito. 2. A arte no cotidiano. 3. Linguagens das artes: Artes Visuais, Música, Dança e Teatro. 4. Funções das artes. 		
UNIDADE 2: MÚSICA – ASPECTOS PRÁTICOS E TEÓRICOS		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceito de música na contemporaneidade. 2. Música na dimensão emocional e racional. 3. Leitura e escrita musical – símbolos e suas respectivas leituras. 4. Prática instrumental e/ou coral – aspectos técnicos iniciais. 		
UNIDADE 3: HISTÓRIA GERAL DA MÚSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Música/Arte antes do renascimento. 2. Música/Arte no renascimento. 3. Música/Arte no Barroco. 4. Música/Arte no Classicismo. 5. Música/Arte no Romantismo. 6. Música/Arte do Século XX à Contemporaneidade. 7. História e cultura afro-brasileira e indígena. 		
UNIDADE 4: PREPARAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Revisão geral dos fundamentos abordados ao longo das três (3) unidades anteriores. 2. Escolha de repertório para possível apresentação coletiva. 3. Escolha de repertório para possíveis apresentações individuais. 4. Fundamentos para elaboração de apresentação artística. 5. Ensaios e apresentação artística. 		

METODOLOGIA DE ENSINO	
Abordagem expositiva dialogada, com execução instrumental e utilização de recursos tecnológicos pertinentes a cada abordagem.	
AVALIAÇÃO	
Conforme o conteúdo abordado, serão realizados os seguintes procedimentos avaliativos: Avaliação contínua do desenvolvimento e compreensão teórica das temáticas abordadas. Provas escritas e provas práticas. Realização de apresentação em recital do repertório trabalhado.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
[1] MATEIRO, Tereza; ILARI, Beatriz (org.). Pedagogias em educação musical . Curitiba: InterSaberes, 2012. [2] ROCHA, Murílio Andrade et al. Arte de perto . São Paulo: Leya, 2016. [3] SCHAFFER, R. MURRAY. Ouvido pensante . 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
[1] BOZZANO, Hugo B. Arte em interação : volume único. São Paulo: IBEP, 2013. [2] FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas e fios : um ensaio sobre a música e educação. São Paulo: Ed. Da Unesp, 2005. [3] PROENÇA, Graça. História da Arte . São Paulo: Editora Ártica, 1994. [4] SANTOS, Solange dos et al. Arte por toda parte : volume único. 2.ed. São Paulo: FTD, 2016. PAZ, Ermelinda A. Pedagogia musical brasileira no século XX : metodologias e tendências. [5] Brasília: MusiMed, 2000.	
Coordenador do Curso <hr/>	Setor Pedagógico <hr/>